PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001- 03 NIRE Nº43300002799 COMPANHIA ABERTA ATA Nº 10 DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL 1. Data, hora e local: Realizada em 22 de janeiro de 2024, às 14:30 horas na Irani Papel e Embalagem S.A., na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, por vídeo conferência. **2. Presenças e mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho Fiscal, e como convidados, Odivan C. Cargnin, Diretor de Administração, Finanças e Relações com Investidores, Cassandra D. Pavelski e Evandro Zabott, Gerentes da Companhia, presidida pelo Sr. Rene Sanda e secretariada pela Sra. Adrielly S. Moreira. **3. Ordem do Dia:** Atualização dos relatórios de contingências ativas e passivas; Renúncias de Propriedade de Imóveis da Companhia; e Revisão e avaliação dos riscos fiscais, financeiros e operacionais da empresa (Cronograma de Gerenciamento de Riscos 2024). **4. Abertura dos trabalhos:** O Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Rene Sanda iniciou lendo a pauta da reunião e deu boas-vindas a todas as Conselheiras Fiscais e demais participantes. **5. Matérias apreciadas: 5.1. Atualização dos relatórios de contingências ativas e passivas.** Cassandra D. Pavelski com auxílio do Sr. Evandro Zabott, apresentaram os processos passivos e ativos contingentes e suas provisões, conforme apresentação que fica arquivada na Companhia, compondo o material desta reunião. O Conselho Fiscal tomou conhecimento da atualização das contingências ativas e passivas. **5.2. Renúncias de Propriedade de Imóveis da Companhia.** Cassandra D. Pavelski com auxílio do Sr. Odivan C. Cargnin, justificaram as renúncias de propriedades dos Imóveis de Balneário Pinhal-RS, Ilha Comprida- SP e Rio das Ostras-RJ aprovados pelo Conselho de Administração em Reuniões de dezembro de 2023, motivados principalmente pela ausência de valor econômico, propriedades fora do *core business* da Companhia e mitigação de potencial risco ambiental. **5.3. Revisão e avaliação dos riscos fiscais, financeiros e operacionais da empresa (Cronograma de Gerenciamento de Riscos 2024).** Cassandra D. Pavelski, apresentou o cronograma de gerenciamento de riscos de 2024 e informou que não houve mudanças dos riscos identificados e que não há plano de ação de riscos em atraso na Companhia, conforme apresentação que fica arquivada na Companhia, compondo o material desta reunião. Os Conselheiros Fiscais solicitaram que sejam informados de eventual existência de riscos relevantes que possam afetar a qualidade das Demonstrações Financeiras da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi por todos assinada. Porto Alegre, 22 de janeiro de 2024. Rene Sanda - Presidente do Conselho Fiscal. Letícia Pedercini Issa e Rosângela Costa Süffert - Conselheiras Fiscais. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10240361 em 15/02/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 240389174 - 06/02/2024. Autenticação: 39445FBA-7CD48EB3CD19EEEB1F4B22F39B2BB8. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, hora e local: Em 24 de janeiro de 2024, às 16:30 horas na sede da Companhia, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.480-900, por vídeo conferência. **2. Presenças e mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida por Péricles Pereira Druck. **3. Ordem do Dia:** Analisar e deliberar sobre a Venda com Assunção de Dívida de imóveis de propriedade da Companhia. **4. Deliberações:** O Conselho de Administração, analisou a matéria apresentada e deliberou por unanimidade: **a.** Aprovar a Venda com Assunção de Dívida dos imóveis localizados no município de Cidreira, RS, totalizando 7.721 lotes, conforme relacionados no "Anexo" integrante desta ata. **b**. Autorizar a Diretoria e/ou seus procuradores da Companhia, a praticar todos os atos, ratificar os atos já praticados, tomar todas as providências e adotar as medidas necessárias para a formalização e efetivação da deliberação desta reunião, objetivando a celebração dos instrumentos necessários para a venda dos imóveis relacionados, bem como a adoção, junto a órgãos governamentais, registros públicos e entidades privadas, das providências que se fizerem necessárias para sua efetivação. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Paulo Sergio Viana Mallmann, Paulo Iserhard, Roberto Faldini e Maria Cristina Capocchi Ricciardi). **6. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 24 de janeiro de 2024. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10236900 em 12/02/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 240389620 - 02/02/2024. Autenticação: E5229D63C0A-344186788C1195DDA20F1465DC7AE. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

Tio João · Meu Biju · Azeite Nova Oliva · Supra Soy · Soy+ · Supremo Insumos · Real Fertilizantes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Neste relatório são apresentadas as informações na forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 59,8% do capital social da Real Empreendimentos S.A..

Considerações gerais
A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o Arroz Tio João, o Arroz Tio Mingote, Arroz Meu Biju e Feijão Meu Biju. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas Cozinha Fácil Tio João e Cozinha e Sabor, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca SupraSoy. Através de outra parceria – com a chilena Olivos del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca Nova Oliva. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas Supremo e Organo Mineral NPK1.

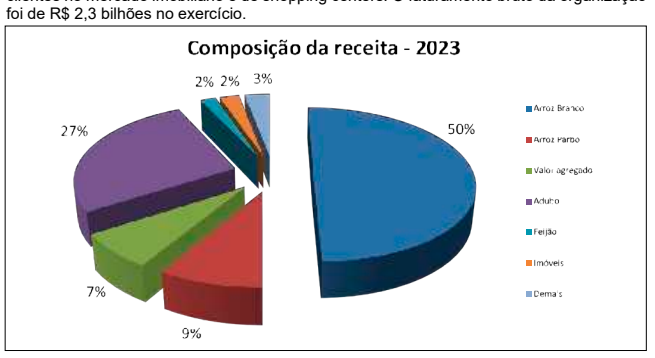
Mercado orizícola
A safra do arroz em 2022/2023 apresentou uma produção de 10 milhões de toneladas, safra 7% menor quando comparada à de 2021/2022. A produtividade média no Brasil foi 2% maior, de 6.779 Kg/ha contra 6.666 kg/ha. A menor da oferta de arroz na safra e a retomada das exportações seguiu a redução do estoque de passagem, trazendo uma apreciação dos preços das matérias primas ainda mais robusta que no ano da pandemia. Assim, o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2023 foi de R$ 92, superando em 26% os R$ 73 do exercício de 2022. As expectativas para a safra 2023/2024 indicam uma oferta 5% maior que a anterior, de 10,5 milhões de toneladas, com aumento de 4,7% da área plantada e também um pequeno aumento da produtividade (0,5%). Mesmo com uma oferta doméstica um pouco maior de matéria prima, a evolução no nível de preços de arroz para o 2024 dependerá da volatilidade do dólar e de sua influência no desempenho das exportações e das importações.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2023 e 2022:

	2023 (R$ Mil)	2022 (R$ Mil)	Variação % e p.p.
Vendas Brutas	2.277.741	2.414.884	-6%
Vendas Líquidas	2.119.154	2.265.866	-6,5%
Lucro Bruto	457.255	484.086	-5,5%
% LB s/VL	21,6%	21,4%	0.2 p.p.
Ebitda	141.670	146.114	-3%
% Ebitda s/VL	6,7%	6,5%	0.2 p.p.
Lucro Líquido controladores	16.105	30.541	-47%
% LL s/VL	0,8%	1,4%	-0.6 p.p.

Investimentos
Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R$ 3,5 milhões (R$ 4 milhões em 2022) na adequação e modernização tecnológica dos processos industriais.

Vendas totais
A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil da linha de alimentos, produtores rurais no segmento de fertilizantes e insumos agrícolas e também clientes no mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R$ 2,3 bilhões no exercício.



Mercado externo
O dólar médio de 2023 foi de R$ 5, inferior aos R$ 5,13 de 2022. O menor dólar médio e a apreciação dos valores dos preços da matéria prima no mercado doméstico reduziu a competitividade das exportações no exercício. Ainda assim, a Companhia exportou R$ 187 milhões em 2023, equivalentes a 8,2% da receita total, ante 7,3% em 2022 - quando exportou R$ 175 milhões. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos nichos de mercado que apresentem possibilidade de agregar valor.

Margem bruta
A margem bruta da Companhia foi de 21,6% das vendas líquidas (Lucro bruto de R$ 457 milhões). A competitividade do setor de grãos no Brasil e o desempenho do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)
A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R$ 142 milhões, representando 6,7% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R$ 146 milhões ou 6,5% das vendas líquidas. O desempenho operacional de 2023 encontra-se em linha com desempenhos históricos da Companhia.

Endividamento bancário líquido
No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R$ 515 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R$ 98 milhões, contra R$ 85 milhões do ano anterior. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R$ 240 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Lucro líquido
Essa conjuntura de elevadas despesas financeiras, volatilidade dos preços da matéria prima e a participação do segmento de insumos agrícolas influenciaram nas margens e na rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2023 atingiu R$ 16 milhões (R$ 1.522 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2022 foi de R$ 30,5 milhões (R$ 2.886 pelo lote de 1.000 ações).

Patrimônio líquido
O patrimônio líquido atingiu R$ 581 milhões contra R$ 565 milhões do ano anterior.

Ativos intangíveis
Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca Tio João, no arroz e feijão a marca Meu Biju, na soja a marca Suprasoy, nos insumos a marca Supremo - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: www.josapar.com.br – www.tiojoao.com.br – www.suprasoy.com.br.

Recursos humanos
A Companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livraria, convênio escola e creche. No exercício de 2003 a Companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão.

Relacionamento com Auditores Independentes
Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

Declaração da Diretoria
Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 80/22, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Agradecimentos
A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa(nota 4.b)	629.476	572.702	737.237	659.942
Clientes(nota 6)	410.277	454.692	421.232	476.817
Estoques(nota 7)	308.879	410.543	366.047	441.743
Adiantamentos a fornecedores(nota 8)	132.549	104.991	132.549	104.991
Impostos a compensar(nota 9)	83.273	65.649	83.497	65.859
Outras contas	25.203	24.419	21.710	23.706
Total do ativo circulante	1.589.657	1.632.996	1.762.272	1.773.058
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Devedores diversos	-	-	10.559	-
Coligadas(nota 14)	50.277	14.424	25.468	16.457
Créditos fiscais diferidos(nota 15.a)	44.216	38.095	44.216	38.095
Impostos a compensar(nota 9)	49.227	52.477	49.227	52.477
Total do realizável a longo prazo	143.720	104.996	129.470	107.029
Investimentos(nota 10)	247.755	233.606	326.025	322.969
Imobilizado(nota 11)	165.518	203.824	168.356	206.504
Intangível(nota 11)	1.873	2.024	1.908	2.059
Total do ativo não circulante	558.866	544.450	625.759	638.561
Total do ativo	2.148.523	2.177.446	2.388.031	2.411.619

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 12)	164.403	135.417	165.029	136.164
Instituições financeiras(nota 13)	514.407	735.381	514.407	735.381
Arrendamento Mercantil	1.309	2.035	1.309	2.035
Obrigações sociais e tributárias	28.050	22.289	33.393	27.687
Dividendos propostos(nota 16.e)	4.590	8.704	7.121	11.325
Credores diversos	21.311	18.473	40.967	20.828
Provisão para contingências(nota 20)	14.464	25.453	36.623	39.361
Outras contas	56.496	50.611	57.647	51.956
Total do passivo circulante	805.030	998.363	856.496	1.024.737
NÃO CIRCULANTE				
Instituições financeiras(nota 13)	733.068	568.540	733.068	568.540
Arrendamento Mercantil	290	1.426	290	1.426
Obrigações sociais e tributárias(nota 19)	13.657	22.305	13.657	22.305
Impostos diferidos (nota 15.b)	14.588	20.900	22.080	28.413
Outros débitos	475	475	14.726	15.211
Total do passivo não circulante	762.078	613.646	783.821	635.895
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social(nota 16.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Ajuste de avaliação patrimonial(nota 16.d)	21.837	34.850	21.837	34.850
Reserva reflexo controlada(nota 16.d)	136.053	131.979	136.053	131.979
Reserva estatutária	170.276	166.869	170.276	166.869
Reserva legal(nota 16.b)	21.755	20.949	21.755	20.949
Subvenção para Investimentos(nota 16.c)	110.942	90.238	110.942	90.238
Patrimônio líquido dos controladores	581.415	565.437	581.415	565.437
Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	166.299	185.550
Total do patrimônio líquido	581.415	565.437	747.714	750.987
Total do passivo e patrimônio líquido	2.148.523	2.177.446	2.388.031	2.411.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora										
		Ajuste avaliação Patrimonial			Reserva de Lucros						
	Capital social	Reserva de reavaliação	Próprias	Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal	Subvenção para Investimentos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio Líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	120.000	552	34.850	132.437	165.417	19.422	70.937	-	543.615	180.587	724.202
Reflexo de controladas	-	-	-	(458)	-	-	-	443	(15)	-	(15)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.541	30.541	-	30.541
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.963	4.963
Dividendos propostos (R$ 822,52 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(8.704)	(8.704)	-	(8.704)
Constituição de reservas	-	-	-	-	1.452	1.527	19.301	(22.280)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	120.000	552	34.850	131.979	166.869	20.949	90.238	-	565.437	185.550	750.987
Ajustes e realizações de reservas	-	-	(13.013)	-	-	-	-	13.013	-	-	-
Reflexo de controladas	-	-	-	(376)	-	-	-	389	13	-	13
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.105	16.105	-	16.105
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.251)	(19.251)
Variação de participação em controlada	-	-	-	4.450	-	-	-	-	4.450	-	4.450
Dividendos propostos (R$ 433,72 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(4.590)	(4.590)	-	(4.590)
Constituição de reservas	-	-	-	-	3.407	806	20.704	(24.917)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	120.000	552	21.837	136.053	170.276	21.755	110.942	-	581.415	166.299	747.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	2.037.963	2.183.293	2.090.481	2.240.030
Mercado externo	187.260	174.854	187.260	174.854
	2.225.223	2.358.147	2.277.741	2.414.884
Deduções da receita bruta	(155.923)	(146.117)	(158.587)	(149.018)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.069.300	2.212.030	2.119.154	2.265.866
Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 17)	(1.661.100)	(1.780.848)	(1.661.899)	(1.781.780)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	408.200	431.182	457.255	484.086
Despesas com vendas(nota 17)	(198.942)	(198.550)	(198.942)	(198.550)
Despesas gerais e administrativas (nota 17)	(99.070)	(115.486)	(138.273)	(156.056)
Outras receitas operacionais(nota 17)	6.355	4.228	6.730	3.819
Resultado de equivalência patrimonial	8.106	8.418	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	124.649	129.792	126.770	133.299
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	115.358	138.474	129.409	151.332
Despesas financeiras	(227.538)	(236.111)	(227.771)	(236.702)
	(112.180)	(97.637)	(98.362)	(85.370)
Participação dos funcionários (nota 17)	-	(3.200)	-	(3.200)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.469	28.955	28.408	44.729
Imposto de renda e contribuição social correntes(nota 15.c)	(8.797)	(10.243)	(18.583)	(19.296)
Imposto de renda e contribuição social diferidos(nota 15.c)	12.433	11.829	12.433	11.829
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	16.105	30.541	22.258	37.262
Atribuidos aos acionistas controladores	16.105	30.541	16.105	30.541
Atribuidos aos acionistas não controladores	-	-	6.153	6.721
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16.105	30.541	22.258	37.262
Lucro por lote de mil ações- Básico e diluido — R$	1.521,84	2.886,04	1.521,84	2.886,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	16.105	30.541	16.105	30.541
Ajuste do fluxo operacional:				
Depreciações e amortizações	14.418	15.670	14.900	16.015
Venda ou baixa de ativo fixo	26.925	344	26.925	431
Equivalência patrimonial	(8.106)	(8.418)	-	-
Provisões de contingências	(11.310)	9.806	(3.060)	24.956
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	358	162	358	162
	22.285	17.564	39.123	41.564
Variação dos ativos:				
Clientes	44.057	(120.714)	55.227	(120.510)
Estoques	101.664	(137.669)	75.696	(136.922)
Créditos com coligadas	(35.853)	964	(9.011)	(1.766)
Impostos a compensar	(14.374)	19.692	(14.388)	19.674
Adiantamentos a fornecedores	(27.558)	51.660	(27.558)	51.660
Outros	(12.948)	7.046	(17.444)	873
	54.988	(179.021)	62.522	(186.991)
Variação dos passivos:				
Fornecedores	28.986	33.530	28.865	33.789
Obrigações sociais e tributárias	(2.887)	(6.421)	(2.942)	(5.271)
Outros	7.194	9.368	25.519	(11.555)
	33.293	36.477	51.442	16.963
Recursos líquidos das atividades operacionais	126.671	(94.439)	169.192	(97.923)
Fluxo das atividades de investimento:				
Propriedades para investimento	-	-	(296)	-
Adições do imobilizado e intangível	(2.886)	(3.274)	(3.526)	(3.958)
Direitos de Uso - Contrato de aluguel	-	(4.450)	-	(4.450)
Caixa líquido utilizado nas operações de investimentos	(2.886)	(7.724)	(3.822)	(8.408)
Fluxo das atividades de financiamento:				
Financiamentos obtidos	939.993	734.180	939.993	734.180
Pagamentos de financiamentos	(998.301)	(581.442)	(998.301)	(581.890)
Participação de minoritários	-	-	(19.251)	4.963
Dividendos pagos	(8.703)	(8.762)	(10.516)	(10.552)
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	(67.011)	143.976	(88.075)	146.701
Aumento de caixa de equivalentes de caixa	56.774	41.813	77.295	40.370
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa no início do exercício	572.702	530.889	659.942	619.572
Caixa no final do exercício	629.476	572.702	737.237	659.942
	56.774	41.813	77.295	40.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua

Continuação

Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
RECEITAS				
Venda de produtos, mercadorias e serviços liquídas das devoluções	2.172.971	2.309.532	2.224.895	2.365.312
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(358)	(162)	(358)	(162)
Outras receitas operacionais	6.355	4.228	6.730	3.819
	2.178.968	2.313.598	2.231.267	2.368.969
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(1.451.685)	(1.486.801)	(1.452.495)	(1.487.745)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(387.300)	(477.200)	(410.856)	(501.293)
	(1.838.985)	(1.964.001)	(1.863.351)	(1.989.038)
Valor adicionado bruto	339.983	349.597	367.916	379.931
Depreciação e amortização	(14.418)	(15.670)	(14.900)	(16.015)
Valor adicionado liquido produzido pela entidade:	325.565	333.927	353.016	363.916
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	8.106	8.418	-	-
Receitas financeiras	115.358	138.474	129.409	151.332
	123.464	146.892	129.409	151.332
Valor adicionado total a distribuir	449.029	480.819	482.425	515.248
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	111.274	114.023	124.305	128.487
Impostos e contribuições	99.178	97.535	113.159	110.192
Juros e aluguéis	234.904	242.706	235.135	243.293
Dividendos propostos	-	8.704	-	8.704
Reserva de Lucros	16.105	21.837	16.105	21.837
Participação dos acionistas não controladores	-	-	6.153	6.721
Outros	(12.432)	(3.986)	(12.432)	(3.986)
	449.029	480.819	482.425	515.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	16.105	30.541	22.258	37.262
Outros resultados abrangentes	4.450	-	4.450	-
Total do resultado abrangente do exercício	20.555	30.541	26.708	37.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 15 de março de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro I*nternational Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo I*nternational Accounting Standards Board* (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas informações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta) vide nota 10.
- Josapar Internacional – (direta) vide nota 10.
- Copérnico Participações S/A – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda. – (indireta)
- Real Rio Grande Empreendimentos Ltda. – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)
- Pelotense Administradora de Shopping Centers Ltda. – (indireta)

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para perdas de crédito esperadas, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 estão descritas a seguir:

a) Alterações ao IAS 1, equivalente ao CPC 26 (R1) (Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 – 2020): Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante; e

b) Alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros): Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa n° 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 73 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica. A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela resolução CVM 002/2020.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM n° 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) Arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

5. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 73 dias e a perda reconhecida foi de 0,03% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a resolução CVM 002/2020 a Companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 4 sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia, em reais.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Ativos:		
Matéria-Prima Fertilizantes	67.666	183.048
Contas a receber de clientes	30.748	27.651
	98.414	210.699
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	(44.710)	(168.384)
	(44.710)	(168.384)
Exposição passiva líquida	53.704	42.315

Em linha com a estratégia de hedge e proteção das margens operacionais frente às oscilações da taxa de câmbio a Companhia informa que realizaram no exercício diversas operações de câmbio futuro, travando taxas de pedidos de venda em carteira com a aquisição das respectivas matérias-primas. Tais operações importam em 31.12.2023 R$4.263 (USD 880) tendo sido utilizadas na sua totalidade.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela lei 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2023 em R$:

			Cenários		
Risco: alta do CDI	CDI dez23: 11,75%	a.a.	Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato		11,75%	manutenção 11,75% CDI a.a.	> 25% 14,69% CDI a.a.	> 50% 17,63% CDI a.a.
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento			
31/12/2023	R$ 153.858	diversos	CDI	diversos	R$ 191.200	R$ 198.498	R$ 205.894
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R$-	R$ 7.298	R$ 14.694

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a resolução CVM 002/2020.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Clientes mercado interno	381.082	428.236	399.810	458.134
Clientes mercado externo	30.748	27.651	30.748	27.651
Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.553)	(1.195)	(9.326)	(8.968)
Total	410.277	454.692	421.232	476.817

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Produtos acabados e semielaborados	143.436	156.840	143.436	156.840
Mercadorias para revenda	6.837	8.586	6.837	8.586
Matérias - primas	135.418	218.834	135.418	218.834
Outros	23.188	26.283	23.188	26.283
Imóveis	-	-	57.168	31.200
Total	308.879	410.543	366.047	441.743

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de arroz	130.065	98.585
Fornecedores diversos	2.484	6.406
Total	132.549	104.991

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
ATIVO CIRCULANTE	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PIS e COFINS	54.010	47.527	54.010	47.527
IRPJ/CSLL	17.792	6.059	18.016	6.269
ICMS a recuperar	11.471	8.489	11.471	8.489
Outros créditos	-	3.574	-	3.574
Total	83.273	65.649	83.497	65.859
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
PIS E COFINS	46.917	49.928	46.917	49.928
Outros créditos	735	974	735	974
Total	49.227	52.477	49.227	52.477

Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

Os créditos de PIS E COFINS no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais estão sendo utilizados nas compensações de tributos federais.

Os demais créditos no ativo circulante e não circulante referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, e saldo de declaração e outros créditos usuais da operação.

A administração da Companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da Companhia.

10. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S. A	190.152	59,7075	413.627	49.500	14.259	8.106
Josapar Internacional	50	100	298	242	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2022	232.795	321	490	233.606	321.476	1.493	322.969
Reflexo ajustes em controladas	8.620	(23)	-	8.597	-	2.760	2.760
Dividendos a receber	(2.554)	-	-	(2.554)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	8.106	-	-	8.106	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	296	-	296
Em 31 de dezembro de 2023	246.967	298	490	247.755	321.772	4.253	326.025

Continua

Continuação

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS
Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Bens de Direito de Uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	25.886	97.305	178	200	64.443	8.863	14.934	211.809
Adições	-	-	4.450	280	2.236	298	450	7.714
Baixas	-	-	-	(274)	(69)	-	(1)	(344)
Transferências	-	-	-	-	3.450	(6.667)	3.217	-
Depreciações	-	(2.884)	(1.517)	(30)	(8.193)	-	(2.731)	(15.355)
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	25.886	94.421	3.111	176	61.867	2.494	15.869	203.824
Adições	-	-	-	-	1.057	1.481	348	2.886
Baixas	(18.377)	(8.363)	-	(7)	(3)	-	(175)	(26.925)
Transferências	-	115	-	-	299	(965)	551	-
Depreciações	-	(2.778)	(1.608)	(23)	(7.184)	-	(2.674)	(14.267)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	7.509	83.395	1.503	146	56.036	3.010	13.919	165.518

Consolidado	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Bens de Direito de Uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	25.886	97.305	178	1.126	64.903	9.485	15.354	214.237
Adições	-	-	4.450	554	2.251	298	845	8.398
Baixas	-	-	-	(361)	(69)	-	(1)	(431)
Transferências	-	-	-	-	3.450	(6.667)	3.217	-
Depreciações	-	(2.884)	(1.517)	(260)	(8.199)	-	(2.840)	(15.700)
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	25.886	94.421	3.111	1.059	62.336	3.116	16.575	206.504
Adições	-	-	-	629	1.067	1.482	348	3.526
Baixas	(18.377)	(8.363)	-	(7)	(3)	-	(175)	(26.925)
Transferências	-	115	-	-	299	(965)	551	-
Depreciações	-	(2.778)	(1.608)	(366)	(7.186)	-	(2.811)	(14.749)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	7.509	83.395	1.503	1.315	56.513	3.633	14.488	168.356

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	1.826	503	2.329	1.861	503	2.364
Adições	-	10	10	-	10	10
Amortizações	-	(315)	(315)	-	(315)	(315)
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	1.826	198	2.024	1.861	198	2.059
Adições	-	-	-	-	-	-
Amortizações	-	(151)	(151)	-	(151)	(151)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	1.826	47	1.873	1.861	47	1.908

As taxas de depreciação e amortização praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,80%	a.a.
Veículos	20%	a.a.
Veículos industriais	10%	a.a.
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7%	a.a.
Móveis e utensílios	10%	a.a.
Instalações e benfeitorias	10%	a.a.
Sistemas, Softwares e equipamentos de informática	33%	a.a.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 ocorre por depreciação ou baixa dos bens na empresa e consolidado. As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.
Com a adoção do IFRS 16, a Companhia passou a registrar a partir de 1º de janeiro de 2019 o direito de uso sobre os contratos de arrendamentos. Desta forma, os valores do ativo imobilizado em 31.12.2023 incluem o valor de R$1.503, referente ao direito de uso arrendado aluguéis.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Matéria-prima Arroz	76.934	63.403	76.934	63.403
Matéria-prima Insumos Agrícola	61.057	40.092	61.057	40.092
Outros	26.412	31.922	27.038	32.669
Total	164.403	135.417	165.029	136.164

13. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Passivo circulante	Controladora		Consolidado	
Moeda Interna	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Financiamentos para investimentos	3.947	5.484	3.947	5.484
Crédito Rural – recursos livres	82.297	52.219	82.297	52.219
Capital de giro	383.453	509.294	383.453	509.294
Total	469.697	566.997	469.697	566.997
Moeda estrangeira				
Capital de giro-FINIMP	44.710	168.384	44.710	168.384
Total	44.710	168.384	44.710	168.384
Total do circulante	514.407	735.381	514.407	735.381
Passivo não circulante				
Moeda Interna	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Financiamentos para investimentos	15.274	18.320	15.274	18.320
Crédito Rural – recursos livres	140.909	68.576	140.909	68.576
Capital de giro	576.885	481.644	576.885	481.644
Total	733.068	568.540	733.068	568.540
Total do não circulante	733.068	568.540	733.068	568.540
Vencimentos de longo prazo	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
2024	-	390.531	-	390.531
2025	465.498	142.324	465.498	142.324
2026	184.393	26.836	184.393	26.836
2027 a 2037	83.177	8.849	83.177	8.849
Total do não circulante	733.068	568.540	733.068	568.540

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,00%a.a.
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,96%a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	3,95%a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US$	7,94%a.a.
Capital de Giro	CDI	2,39%a.a.

a) Empréstimos nacionais:
Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré-fixada de 2,50% a.a. a 6% a.a.
Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós-fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.
A Companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
b) Empréstimos no exterior:
Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US$ 9.235 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.
A administração da Companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

14. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado
	Ativo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	591	6.958	-
Peroli Participações S.A.	5.918	-	7.170
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	1.033
Ferragens Vianna S.A.	2.869	-	2.869
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	3.010
Outros	1.628	-	2.375
Em 31 de dezembro de 2022	14.424	6.958	16.457
Real Empreendimentos S.A.	523	9.513	-
Peroli Participações S.A.	15.013	-	16.265
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	409	-	1.034
Ferragens Vianna S.A.	2.903	-	2.903
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	3.010
Real Rio Grande Ltda.	26.910	-	-
Outros	1.509	-	2.256
Em 31 de dezembro de 2023	50.277	9.513	25.468

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da Companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a Companhia.
Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para perda de crédito esperadas, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contribuição social diferida	13.841	11.724	13.841	11.724
Imposto de renda diferido	30.375	26.371	30.375	26.371
Total	44.216	38.095	44.216	38.095

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contribuição social diferida	(3.862)	(5.532)	(6.489)	(8.167)
Imposto de renda diferido	(10.726)	(15.368)	(15.591)	(20.246)
Total	(14.588)	(20.900)	(22.080)	(28.413)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
Corrente	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contribuição social	(2.374)	(2.699)	(4.992)	(5.128)
Imposto de renda	(6.423)	(7.544)	(13.591)	(14.168)
	(8.797)	(10.243)	(18.583)	(19.296)
Diferido				
Contribuição social	3.789	3.161	3.789	3.161
Imposto de renda	8.644	8.668	8.644	8.668
	12.433	11.829	12.433	11.829
	3.636	1.586	(6.150)	(7.467)

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	12.469	28.955	28.408	44.729
Eliminações – ajustes efeito controlada	-	-	6.153	6.721
	12.469	28.955	34.561	51.450
Despesa tributária pela alíquota oficial (IRPJ – 25%; CSLL – 9%).	(4.239)	(9.845)	(11.751)	(17.493)
Exclusões (adições) permanentes	9.599	8.367	9.599	8.367
Exclusões (adições) temporárias	(13.387)	(5.136)	(13.387)	(5.136)
Efeito tributação em controlada	-	-	(2.274)	(1.405)
Outros	11.663	8.200	11.663	8.200
	3.636	1.586	(6.150)	(7.467)

A Companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A administração baseada no histórico de resultado e lucros tributáveis da companhia estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme a média histórica de percentuais dos últimos 5 anos, 2023:10%, 2024:10%, 2025:10%, 2026:10%, 2027:10% e o restante 50%, nos próximos 5 anos.
A projeção de realização do saldo considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, estes percentuais podem não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital
O Capital Social é de R$120.000, subscrito e integralizado é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.
b) Reserva Legal
O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.
c) Subvenções para Investimentos
A Companhia possui incentivos governamentais para investimentos, que são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição social.
Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registra o montante de R$110.942 (R$ 90.238 em 2022).
Os valores registrados no período são transferidos para a conta "Subvenção para investimentos", em conformidade com o artigo 195-A da lei das sociedades por Ações.
d) Ajuste de Avaliação Patrimonial
Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.
e) Dividendos
O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.
Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.
Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro Líquido do exercício	16.105	30.541
Reserva legal	(805)	(1.527)
Lucro líquido para cálculo de dividendos	15.300	29.014
Dividendos propostos – 30%	4.590	8.704

Os dividendos propostos correspondem a R$433,19-(R$821,50 em 2022) por lote de mil ações ordinárias e R$ 476,51-(R$903,65 em 2022) por lote de mil ações preferenciais.

17. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
Por função:	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Custos dos produtos	(1.661.100)	(1.780.848)	(1.661.899)	(1.781.780)
Despesas com vendas	(198.942)	(198.550)	(198.942)	(198.550)
Despesas gerais e administrativas	(99.070)	(118.686)	(138.273)	(159.256)
Outras receitas/despesas	6.355	4.228	6.730	3.819
	(1.952.757)	(2.093.856)	(1.992.384)	(2.135.767)
Por natureza:	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Depreciações e amortizações	(14.418)	(15.670)	(14.900)	(16.015)
Despesas com pessoal	(111.274)	(114.023)	(124.305)	(128.487)
Matérias-primas e materiais	(1.451.685)	(1.486.801)	(1.452.495)	(1.487.745)
Fretes	(115.341)	(120.527)	(115.341)	(120.527)
Outras	(260.039)	(356.835)	(285.343)	(382.993)
	(1.952.757)	(2.093.856)	(1.992.384)	(2.135.767)

No exercício findo em 31.12.2023 o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R$12.426-(R$ 5.982 em 31.12.2022), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.
A Companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)
A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.
As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites – Total M$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro/2024
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho/2025
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho/2024
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho/2024
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.500 cabotagem 650 rodoviário	Novembro/2024
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US$ 3.000.000	Novembro/2024
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US$ 1.000.000	Novembro/2024

19. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e Consolidado	
Passivo circulante	31.12.2023	31.12.2022
PRR (FUNRURAL)	7.075	6.289
PERT (IRPJ e CSLL)	332	325
Total do circulante	7.407	6.614
Passivo não circulante		
PRR (FUNRURAL)	11.373	19.737
PERT (IRPJ e CSLL)	2.284	2.568
Total do não circulante	13.657	22.305
	21.064	28.919

A Companhia incluiu débitos no programa de parcelamento Rural-PRR Lei 13.606/2018, que juntamente com PERT Lei 13.496/2017, totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor está atualizado e líquido das parcelas pagas.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS
No desenvolvimento de suas operações, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2023, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R$180.000.
A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.
O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para contingências	16.821	28.131	44.636	47.696
(-) Depósitos judiciais	(2.357)	(2.678)	(8.013)	(8.335)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	14.464	25.453	36.623	39.361

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Presidente)

Luciano Adures de Oliveira
(Vice-Presidente)

Ary Teixeira de Oliveira
Carlos Eduardo F. Lobato
Jorge Alberto Zugno
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor-Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

Luis Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

Continua

Continuação

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

Tio João · Biju · Nova Oliva · Supra Soy · Soy+ · Supremo Nutrição · Real Empreendimentos

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas
JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações
Porto Alegre – RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Obrigações financeiras
Porque é um PAA:
Em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa 13, as demonstrações financeiras consolidadas da JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações incluem R$ 1.247.475 mil, em obrigações com instituições financeiras, as quais segregam-se em R$ 514.407 mil e R$ 733.068 mil, entre o passivo circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 76% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R$ 244.561 mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural, contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?
Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.
Baseados nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as obrigações financeiras registradas e divulgadas pela Companhia, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e individualmente.
Outros Assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.
Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
Porto Alegre, RS, 15 de março de 2024.

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador - CRCSC nº 020036-0-8 T-RS
Taticca Auditores Independentes S.S.
CRC 2 SP-032267/O-1
CVM 12.220

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC
Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes

DISPONÍVEL NO Google play
DISPONÍVEL NA App Store

PUBLICIDADE LEGAL

FERRAGENS VIANNA S/A IMPORTADORA E COMÉRCIO EM GERAL

CNPJ 92.192.236/0001-95 – NIRE 43.300.016.901

Companhia Fechada

Senhores Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Porto Alegre, 15 de março de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	152	222
Dividendos a receber	1.313	1.097
Total do ativo circulante	1.465	1.319
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Empresas ligadas (nota 5)	344	344
Total realizável a longo prazo	344	344
Investimentos (nota 4.b)	22.891	32.302
Total do ativo não circulante	23.235	32.646
Total do ativo	24.700	33.965

PASSIVO	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		
Dividendos propostos/a pagar	1.229	1.179
Total do passivo circulante	1.229	1.179
NÃO CIRCULANTE		
Empresas ligadas (nota 5)	3.279	3.245
	3.279	3.245
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 6.a)	622	622
Reserva de capital	6	6
Reserva de reavaliação reflexa	30	30
Ajuste avaliação patrimonial reflexa (nota 6.b)	(28.085)	(14.998)
Reserva de lucros (nota 6.c)	54.413	50.675
Ações em tesouraria	(6.794)	(6.794)
Total do patrimônio líquido	20.192	29.541
Total do passivo e patrimônio líquido	24.700	33.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de capital			Reserva de lucros				
	Capital social	Ações em tesouraria	Correção monetária do capital	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de Avaliação patrimonial reflexa	Reserva para investimento e capital de giro	Reserva legal	Reserva reflexa de subvenção para investimento	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	622	(6.794)	6	30	(14.997)	38.587	124	8.996	-	26.574
Ajuste reflexo controlada e outros	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(10)	(11)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	3.971	3.971
Dividendos propostos (R$ 2.778,54 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(993)	(993)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	489	-	2.479	(2.968)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	622	(6.794)	6	30	(14.998)	39.076	124	11.475	-	29.541
Ajuste reflexo controlada e outros	-	-	-	-	(13.087)	-	-	-	2.360	(10.727)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.105	2.105
Dividendos propostos (R$1.473,14 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(201)	-	-	(526)	(727)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	666	-	3.273	(3.939)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	622	(6.794)	6	30	(28.085)	39.541	124	14.748	-	20.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL		
Resultado da equivalência patrimonial	1.990	3.785
Receitas operacionais	150	220
Despesas operacionais	(34)	(33)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	2.106	3.972
Resultado financeiro líquido	(1)	(1)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.105	3.971
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.105	3.971
Lucro por lote de mil ações R$	5.892,57	11.114,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	2.105	3.971
Ajuste do Fluxo operacional:		
Equivalência patrimonial	(1.990)	(3.785)
Variação dos ativos	11.185	800
Variação dos passivos	(10.270)	28
Recursos líquidos das atividades operacionais	1.030	1.014
Fluxo das atividades de financiamento:		
Pagamentos de dividendos	(1.100)	(915)
	(1.100)	(915)
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	(70)	99
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo no inicio do exercício	222	123
Saldo no final do exercício	152	222
	(70)	99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferragens Vianna S.A Importadora e Comércio em Geral é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

b) Ativos circulantes e não circulantes

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c) Investimentos

Investimentos em empresa controlada são avaliados a valor justo. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

d) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. INVESTIMENTOS RELEVANTES

O Investimento relevante esta representando a participação societária na controlada Peroli S/A Participações e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras apuradas 31 de dezembro de 2023.

a) Informação sobre controlada:

Peroli S/A Participações	Participação direta (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro
Em 2023	20,325	101.834	100.598	9.791
Em 2022	20,325	101.834	146.900	18.624

b) Movimentação do Investimento:

	Peroli S.A.	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.620	1.807	29.427
Reserva reflexa e outros	(11)	-	(11)
Equivalência patrimonial de resultado	3.785	-	3.785
Dividendos a receber	(899)	-	(899)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.495	1.807	32.302
Reserva reflexa e outros	(10.727)	-	(10.727)
Equivalência patrimonial de resultado	1.990	-	1.990
Dividendos a receber	(674)	-	(674)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.084	1.807	22.891

5. PARTES RELACIONADAS

Os valores no ativo não circulante e passivo não circulante referem-se a saldos com empresas ligadas.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no valor de R$ 622, subscrito e integralizado, é composto por 460.360 ações ordinárias, sendo 357.292 em circulação e 103.068 em tesouraria, todas sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajuste de avaliação patrimonial do investimento e de bens de controladas, líquidos dos tributos e realizações.

c) Reserva de lucros

• Reserva legal – É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo desta conta atingiu o limite estatutário.

• Reserva para investimentos e capital de giro – Constituída conforme o estatuto social da Companhia, depois de assegurada a distribuição dos dividendos obrigatórios, 25% do lucro ajustado conforme lei 6.404/76.

• Reserva reflexa de Subvenção para investimentos – Refere-se a incentivos governamentais caracterizados como subvenção para investimentos na Controlada Josapar- Joaquim Oliveira S/A Participações, registrada de forma reflexa.

d) Dividendos

Os dividendos são calculados conforme prevê o Estatuto Social, demonstrados como segue.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	2.105	3.971
Base de calculo dos dividendos	2.105	3.971
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	526	993
Dividendos propostos	526	993

DIRETORIA

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

Jornalismo sério e de credibilidade

No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!

Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais:

PUBLICIDADE LEGAL

COPÉRNICO PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 03.956.426/0001-01 - NIRE 43.300.040.241

Companhia Fechada

Senhores Acionistas: A administração de Copérnico Participações S/A, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Porto Alegre, 15 de Março de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	N.E	2023	2022	PASSIVO	N.E	2023	2022
CIRCULANTE		171	172	CIRCULANTE		20	21
Impostos a compensar		171	172	Obrigações fiscais		20	21
				NÃO CIRCULANTE		791	596
				Dividendos propostos a pagar	5.d	791	596
NÃO CIRCULANTE		2.621	2.400	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.981	1.955
Partes Relacionadas	4	2.621	2.400	Capital social	5.a	300	300
				Reserva de ágio	5.b	1.400	1.400
				Reserva legal	5.c	60	60
				Resultado do período	5.a	221	195
TOTAL DO ATIVO		2.792	2.572	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.792	2.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Discriminação	Capital social	Reserva de ágio	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	300	1.400	60	-	1.760
Lucro líquido do exercício	-	-	-	195	195
Dividendos propostos	-	-	-	(195)	(195)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	300	1.400	60	-	1.760
Lucro líquido do exercício	-	-	-	221	221
Dividendos propostos	-	-	-	(221)	(221)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	300	1.400	60	-	1.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL		
Despesas operacionais	(11)	(11)
Resultado financeiro líquido	315	273
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	304	262
Imposto de renda e contribuição social	(83)	(67)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	221	195
Lucro por lote de mil ações	R$ 735,84	R$ 650,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Copérnico S.A é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo CFC- Conselho Federal de Contabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

b) Ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

c) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

Estão calculados com base no lucro real, sendo imposto de renda à alíquota de 15%, mais adicional de 10% e contribuição social de 9%.

4. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

DISCRIMINAÇÃO	2023	2022
Real Empreendimentos S/A	2.621	2.400

O saldo no ativo não circulante refere-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem encargos financeiros equivalentes a juros de 99,5% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado, no valor de R$300, é composto de 300.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma.

b) Reserva de ágio - Refere se ao aumento de capital ocorrido em agosto de 2000.

c) Reserva legal - É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos - Conforme estatuto social, aos acionistas é assegurada a distribuição anual de dividendos mínimos obrigatórios, correspondente a de 25% do lucro líquido ajustado.

A administração da sociedade propõe a distribuição de dividendos correspondentes a 100% do lucro líquido do exercício ajustado, conforme abaixo:

DISTRIBUIÇÃO	2023	2022
Lucro líquido do exercício	221	195
Lucro líquido base para cálculo dos dividendos	221	195
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	55	49
Dividendos propostos	221	195

DIRETORIA	RESPONSÁVEL TÉCNICO
Augusto Lauro de Oliveira Junior Luciano Adures de Oliveira Luis Eduardo Bastos dos Santos Marcelo Augusto Furlan dos Santos	Wesles Ramos Dias (Contador CRC-PR-039924/O)

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

PEROLI S/A PARTICIPAÇÕES

CNPJ 01.093.994/0001.09 - NIRE 43.300.034.381 - Companhia Fechada

Senhores Acionistas: A Administração de Peroli S/A Participações, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Porto Alegre, 15 de março de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	10
Dividendos a receber	3.002	5.446
Impostos a compensar	13	23
Total do ativo circulante	3.019	5.479
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Empresas ligadas (nota 5)	24.902	19.419
Total do realizável a longo prazo	24.902	19.419
Investimentos (nota 4.b)	117.005	156.033
Total do ativo não circulante	141.907	175.452
Total do ativo	144.926	180.931

PASSIVO	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		
Credores	2.422	-
Dividendos propostos/a pagar	3.189	5.049
Total do passivo circulante	5.611	5.049
NÃO CIRCULANTE		
Credores	606	5.449
Empresas ligadas (nota 5)	38.111	23.533
Total do passivo não circulante	38.717	28.982
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 6.a)	101.834	101.834
Reserva de capital	18	18
Reserva de reavaliação reflexa	322	322
Ajuste avaliação patrimonial controlada (nota 6.b)	(138.178)	(73.791)
Reserva de lucros (nota 6.c)	231.405	213.320
Ações em tesouraria	(94.803)	(94.803)
Total do patrimônio líquido	100.598	146.900
Total do passivo e do patrimônio líquido	144.926	180.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de capital			Reserva de lucros				
	Capital social	Ações em tesouraria	Correção monetária do capital	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de Avaliação patrimonial reflexa	Reserva para investimento e capital de giro	Reserva reflexa de subvenção para investimento	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	101.834	(94.803)	18	322	(73.785)	143.842	44.263	11.062	-	132.753
Reservas reflexas e outros	-	-	-	-	(6)	-	-	-	(48)	(54)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	18.624	18.624
Dividendos propostos (R$ 142,05 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.423)	(4.423)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	1.028	12.194	931	(14.153)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	101.834	(94.803)	18	322	(73.791)	144.870	56.457	11.993	-	146.900
Ajuste investimento a valor de mercado	-	-	-	-	(55.682)	-	-	-	-	(55.682)
Reservas reflexas e outros	-	-	-	-	(8.705)	-	-	-	11.609	2.904
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.791	9.791
Dividendos propostos (R$74,68 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(990)	-	-	(2.325)	(3.315)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	2.481	16.104	490	(19.075)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	101.834	(94.803)	18	322	(138.178)	146.361	72.561	12.483	-	100.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL		
Resultado da equivalência patrimonial	10.447	19.108
Despesas operacionais	(72)	(36)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO EFEITO FINANCEIRO	10.375	19.072
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(584)	(448)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.791	18.624
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.791	18.624
Resultado por lote de 1.000 ações - R$	314,44	598,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	9.791	18.624
Ajuste do fluxo operacional:		
Equivalência patrimonial	(10.447)	(19.108)
Variação dos ativos	46.447	(313)
Variação dos passivos	(40.384)	5.307
Recursos líquidos das atividades operacionais	5.407	4.510
Fluxo das atividades de financiamento:		
Pagamentos de dividendos	(5.413)	(4.503)
	(5.413)	(4.503)
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	(6)	7
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo no inicio do exercício	10	3
Saldo no final do exercício	4	10
	(6)	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Peroli S.A é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

b) Ativos circulantes e não circulantes

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c) Investimentos

Investimentos em empresa controlada são avaliados a valor justo. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

d) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. INVESTIMENTOS RELEVANTES

O Investimento, esta avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras apuradas 31 de dezembro de 2023.

a) Informação sobre controlada:

JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A Participações	Participação direta (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro
Em 2023	65,404	120.000	581.415	16.105
Em 2022	62,565	120.000	565.437	30.541

b) Movimentação do Investimento:

	Josapar S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142.035
Reserva reflexa e outros	336
Equivalência patrimonial de resultado	19.108
Dividendos a receber	(5.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	156.033
Compra de Ações	6.339
Ajuste a Valor de Mercado	(55.682)
Reserva reflexa outros	2.870
Equivalência patrimonial de resultado	10.447
Dividendos a receber	(3.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	117.005

5. PARTES RELACIONADAS

Os valores no ativo não circulante e passivo não circulante referem-se a saldos com empresas ligadas.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R$101.834, é composto de 43.723.876 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo 31.137.462 ações em circulação, e 12.586.414 ações em tesouraria, todas sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajuste de avaliação patrimonial do investimento e de bens de controladas, líquidos dos tributos e realizações.

c) Reserva de lucros

- Reserva legal – É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- Reserva para investimentos e capital de giro – Constituída conforme o estatuto social da Companhia, depois de assegurada a distribuição dos dividendos obrigatórios, 25% do lucro ajustado conforme lei 6.404/76.
- Reserva reflexa de Subvenção para investimentos – Refere-se a incentivos governamentais caracterizados como subvenção para investimentos na Controlada Josapar- Joaquim Oliveira S/A Participações, registrada de forma reflexa.

d) Dividendos

Os dividendos são calculados conforme prevê o Estatuto Social, demonstrados como segue.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	9.791	18.624
Reserva legal	(490)	(931)
Base de calculo dos dividendos	9.301	17.692
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.325	4.423
Dividendos propostos	2.325	4.423

DIRETORIA

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

Jornalismo sério e de credibilidade

No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!

Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais:

REAL EMPREENDIMENTOS

Real Empreendimentos S.A.

CNPJ 92.213.552/0001-04 - NIRE 43.300.011.429

COMPANHIA FECHADA

EMPRESA CONTROLADA POR:

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Senhores Acionistas:

A administração de Real Empreendimentos S.A, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Permanecemos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Porto Alegre 15 de março de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	83.822	67.686
Clientes (nota 5)	8.013	8.090
Impostos a compensar	-	2
Outros créditos	6.961	6.812
Estoques (nota 6)	27.134	27.331
Total do ativo circulante	125.930	109.921
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (nota 12)	4.229	4.231
Partes relacionadas (nota 9)	3.365	2.659
Total do realizável a longo prazo	7.594	6.890
Investimentos (nota 7)	352.604	345.935
Imobilizado (nota 8)	2.808	2.656
Intangível (nota 8)	35	35
Total do ativo não circulante	363.041	355.516
Total do ativo	488.971	465.437

PASSIVO	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE		
Fornecedores	454	586
Obrigações sociais e tributárias (nota 10)	4.454	4.474
Dividendos a pagar (nota 9/13.c)	12.044	9.580
Adiantamento de clientes	398	538
Outros débitos (nota 11)	20.500	3.196
Total do passivo circulante	37.850	18.374
NÃO CIRCULANTE		
Partes relacionadas (nota 9)	3.838	2.991
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 13.d)	7.412	7.414
Provisão para contingências (nota 12)	26.244	17.974
Total do passivo não circulante	37.494	28.379
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 13.a)	49.500	49.500
Ações em tesouraria	(20.209)	(5.148)
Correção monetária do capital	186	186
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 13.d)	235.748	236.424
Reserva de lucros	148.402	137.722
Total do patrimônio líquido	413.627	418.684
Total do passivo e do patrimônio líquido	488.971	465.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (nota 15)	48.537	52.581
Deduções da receita bruta	(2.078)	(2.255)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	46.459	50.326
Custo dos serviços prestados	(55)	(193)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	46.404	50.133
Despesas gerais e administrativas (nota 16)	(37.367)	(39.149)
Resultado de equivalência patrimonial	3.459	3.127
Outras receitas operacionais	590	323
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	13.086	14.434
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	(543)	(865)
Receitas financeiras	10.453	9.763
	9.910	8.898
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.996	23.332
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 14)	(8.737)	(8.192)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.259	15.140
Lucro por lote de mil ações do capital social - R$	42,01	44,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.996	23.332
Depreciações e amortizações	478	335
Provisão para contingências	13.448	15.151
Equivalência patrimonial	(3.459)	(3.127)
	33.463	35.691
Variação dos ativos:		
(Aumento) redução de Clientes	77	(473)
(Aumento) redução de Estoques	197	8
(Aumento) redução de Partes relacionadas	(705)	1.774
(Aumento) redução de Outras contas	(144)	(29)
	(575)	1.280
Variação dos passivos:		
Aumento (redução) de Fornecedores	(132)	225
Aumento (redução) de Obrigações sociais e tributárias	(20)	1.087
Aumento (redução) de Partes relacionadas	847	(2.954)
Aumento (redução) de Outras contas	12.004	(21.421)
Imposto de renda e contribuição social pagos/provisionados	(8.737)	(8.192)
	3.962	(31.255)
Recursos líquidos das atividades operacionais	36.850	5.716
Fluxo das atividades de investimento:		
Propriedades para investimento	(449)	1.732
Aquisição de outras empresas	(2.761)	-
Adições e baixas de imobilizado	(630)	(583)
Recursos líquidos das atividades de investimento	(3.840)	1.149
Fluxo das atividades de financiamento:		
Pagamentos de financiamentos	-	(448)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.813)	(10.309)
Ações em tesouraria	(15.061)	-
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	(16.874)	(10.757)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	16.136	(3.892)
Demostração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo no início do exercício	67.686	71.578
Saldo no final do exercício	83.822	67.686
	16.136	(3.892)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Correção monetária do capital	Ajuste de avaliação patrimonial – Própria	Ajuste de avaliação patrimonial – Controlada	Reserva de Lucros – Reserva para investimento e capital de giro	Reserva de Lucros – Reserva legal	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	49.500	(5.148)	186	233.484	3.763	116.538	9.562	-	407.885
Ajustes em reservas	-	-	-	-	-	797	-	-	797
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(190)	(633)	-	-	-	(823)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	15.140	15.140
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(4.315)	(4.315)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	10.068	757	(10.825)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	49.500	(5.148)	186	233.294	3.130	127.403	10.319	-	418.684
Ações em tesouraria	-	(15.061)	-	-	-	-	-	-	(15.061)
Ajustes em reservas	-	-	-	(45)	(653)	698	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	2	20	-	-	-	22
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	14.259	14.259
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(4.277)	(4.277)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	10.401	(419)	(9.982)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	49.500	(20.209)	186	233.251	2.497	138.502	9.900	-	413.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	48.319	52.140
Outras receitas operacionais	590	323
	48.909	52.463
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custos dos serviços vendidos	(55)	(193)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.777)	(21.815)
	(20.832)	(22.008)
Valor adicionado bruto:	28.077	30.455
Depreciação e amortização	(478)	(335)
Valor adicionado líquido recebido pela companhia	27.599	30.120
Valor adicionado recebido em transferência:		
Resultado de equivalência patrimonial	3.459	3.127
Receitas financeiras	10.453	9.763
	13.912	12.890
Valor adicionado total a distribuir	41.511	43.010
Distribuição do valor adicionado total:		
Pessoal e encargos	13.223	14.503
Impostos e contribuições	12.715	11.659
Juros e aluguéis	1.314	1.708
Reservas de Lucros	9.982	10.825
Dividendos propostos	4.277	4.315
	41.511	43.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A REAL EMPREENDIMENTOS S.A. é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre e suas atividades principais consistem na administração de imóveis próprios e de terceiros, a locação, a incorporação e a compra e venda de imóveis e participações em outras sociedades.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Conforme previsto na RESOLUÇÃO CFC n.º 1.426/13, a companhia optou em incluir e publicar suas demonstrações financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas de sua controladora JOSAPAR - Joaquim Oliveira S/A Participações. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 15 de março de 2024. A Companhia não está apresentando a demonstração de resultado abrangente, em virtude de não haver valores a serem apresentados nesta demonstração.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Clientes

O saldo de clientes corresponde aos valores a receber decorrentes da administração de imóveis próprios e de terceiros.

O saldo divulgado está líquido das provisões para perdas. A provisão para devedores duvidosos é com base nas perdas estimadas e inclui dentre outros, os saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.

c) Estoques

Estão representados por imóveis a venda, avaliados ao custo de aquisição e ajustados ao valor justo com base em laudo de avaliação emitido por avaliador independente.

d) Propriedades para investimento

Os bens mantidos para obtenção de renda estão representados por imóveis e mensurados pelo método do valor justo e suas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício, quando ocorrerem.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda, quando aplicável. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM n° 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

f) Imobilizado e intangíveis

Reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e construção, líquidos das depreciações e amortizações, calculadas em função do correspondente benefício econômico.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes

Estão calculados com base no lucro presumido com presunção de 32% sobre aluguéis da Cia, sendo Imposto de renda à alíquota de 15%, 10% de adicional e contribuição social de 9%.

h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i) Demais passivos circulantes e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

j) Ativos e passivos financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e renda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos, assim como contas a pagar e outras obrigações. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

k) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

l) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A administração da companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando-se o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.

m) Utilização estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas requer que a administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas, poderão ser diferentes de tais estimativas.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	132	114
Banco c/ movimento	183	246
Aplicações financeiras	83.507	67.326
	83.822	67.686

5.CLIENTES

	31.12.2023	31.12.2022
Aluguéis a receber	14.163	14.192
Distribuição antecipada	243	249
Outros créditos	1.380	1.422
(-) Provisão para perdas estimadas	(7.773)	(7.773)
	8.013	8.090

Estão registrados no Ativo Circulante todos os valores a receber de aluguéis. As contas a receber estão registradas por seus valores históricos. Os acréscimos decorrentes de atualização monetária, juros e multas são reconhecidos contabilmente como receita por ocasião do seu recebimento. Os valores estão ajustados por conta de créditos de liquidação duvidosa.

6.ESTOQUES

	31.12.2023	31.12.2022
Terrenos	11.658	11.658
Loteamentos	15.476	15.673
	27.134	27.331

7. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre as empresas controladas

	Número de Ações	Participação Capital Social (%)	Patrimônio Líquido	Capital Social	Lucro líquido/prejuízo	Equivalência Patrimonial
Copérnico Participações S/A	300	100	1.760	300	221	221
Shopping João Pessoa S/A	326.914	50	10.748	14.601	(667)	(335)
Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda	12.876	44	118	290	(21)	(9)
Pelotense Adm. de Shopping Centers Ltda	43	43	87	100	13	7
Real Rio Grande Ltda	1.305	100	25.787	261	3.576	3.575

b) Movimento dos Investimentos

	Controladas – Copérnico Part. S/A	Shopping João Pessoa S/A	Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda	Pelotense Adm. de Shopping Centers Ltda	Real Rio Grande Ltda	Total	Demais investimentos – Outros	Propriedades para investimento	Total
Em 31.12.2022	1.760	6.700	61	31	22.184	30.736	-	315.199	345.935
Dividendos creditados	(221)	-	-	-	-	(221)	-	-	(221)
Equivalência P.	221	(335)	(9)	7	3.575	3.459	-	-	3.459
AAP Reflexa	-	-	-	-	20	20	-	-	20
Propriedades para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	649	649
Investimentos	-	-	-	-	-	-	2.762	-	2.762
Em 31.12.2023	1.760	6.365	52	38	25.779	33.994	2.762	315.848	352.604

A administração da companhia contratou empresa especializada para emissão de laudo de avaliação, emitido por avaliador independente, para apuração de acréscimos e análise da vida útil remanescente dos bens do imobilizado no ativo, pelo método do valor justo de seus estoques, das propriedades para investimento e do imobilizado, em contrapartida do patrimônio líquido na conta de ajuste de avaliação patrimonial e passivo não circulante na conta imposto de renda e contribuição social diferidos.

8. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	Veículos	Máquinas e equipamentos informática	Obras em construção	Móveis, utensílios e instalações	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	966	105	625	712	2.408
Adições	187	1	-	395	583
Depreciação	(235)	(4)	-	(96)	(335)
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	918	102	625	1.011	2.656
Adições	630	-	-	-	630
Depreciação	(344)	(4)	-	(130)	(478)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	1.204	98	625	881	2.808

O saldo do intangível no valor de R$35 e (R$35 | 2022), refere-se a marcas e patentes e direitos de uso.

9. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Dividendos a pagar e juros s/capital próprio
Josapar S/A	693	1.216	9.513
Copérnico S/A	-	2.621	-
Outras empresas	2.672	1	2.531
Em 31.12.2023	3.365	3.838	12.044
Josapar S/A	-	590	6.958
Copérnico S/A	-	2.400	-
Outras empresas	2.659	1	2.622
Em 31.12.2022	2.659	2.991	9.580

As operações de mútuo financeiro são registradas pelos seus valores originais acrescidos de rendimentos às taxas contratuais (99,5% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário) até a data do balanço.

10.OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	31.12.2023	31.12.2022
IRRF s/ salários	551	524
INSS s/ salários	458	518
FGTS	140	150
Provisão de férias e encargos	300	287
IRPJ	1.197	1.181
CSLL	627	592
IPTU	894	894
Outros	287	328
	4.454	4.474

11.OUTROS DÉBITOS

	31.12.2023	31.12.2022
Retirada de sócios	16.837	-
Resultado Condomínio Monet	1.802	1.376
Outros débitos	1.861	1.820
	20.500	3.196

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2023, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R$ 2.565 mil (R$ 940 mil em 2022).

A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O saldo dos depósitos judiciais apresenta-se líquido das presentes provisões prováveis constituídas:

	Ativo não circulante	Passivo não circulante
(-) Provisão para contingências	(1.426)	26.244
Depósitos judiciais	5.655	-
Em 31.12.2023	4.229	26.244
(-) Provisão para contingências	(1.426)	17.974
Depósitos judiciais	5.657	-
Em 31.12.2022	4.231	17.974

Continua

Continuação

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é de R$49.500 e está subscrito e integralizado, composto por 339.407.505 ações, sendo 250.349.180 ações ordinárias e 89.058.325 ações preferenciais escriturais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se a 5% do lucro líquido dos exercícios, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a companhia mantém registrado nesta rubrica o valor de R$ 9.900 (R$10.319 | 2022).

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício. Para as ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% sobre o lucro líquido.

	Dividendos a pagar	Juros s/ capital próprio a pagar	Total
Em 31.12.2022	9.187	393	9.580
Dividendos pagos	(1.813)	-	(1.813)
Dividendos propostos 2023	4.277	-	4.277
Em 31.12.2023	11.651	393	12.044

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	14.259	15.140
Reserva legal	-	(757)
Base de cálculo dos dividendos	14.259	14.383
Cálculo dos Dividendos	30%	30%
Dividendos mínimos obrigatórios	4.277	4.315
Dividendos propostos - 30%	4.277	4.315

Os dividendos correspondem respectivamente a R$12,28 (R$ 12,39 - 2022) em reais, por lote de mil ações ordinárias e R$13,51 (R$13,63 - 2022) em reais, por lote de mil ações preferenciais.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se a contrapartida do ajuste de avaliação patrimonial em imóveis e terrenos em estoques registrados como propriedades para investimentos, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados e ajustados pelo lucro presumido às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

Estão calculados com base no lucro presumido, com presunção de 32% sobre aluguéis da Cia e 8% para as vendas de terrenos, sendo Imposto de renda à alíquota de 15%, 10% de adicional e contribuição social de 9%.

	31.12.2023	31.12.2022
Receita Locações	47.660	44.831
Receita Venda Terrenos	270	1.871
Base de cálculo	47.930	46.702
Presunção Locações 32%	15.251	14.346
Presunção Venda Terrenos IRPJ 8%	22	150
Presunção Venda Terrenos CSLL 12%	32	225
Receitas financeiras	10.167	9.571
Ganhos de capital	325	78
Base de cálculo p/ IRPJ	25.765	24.145
Base de cálculo p/ CSLL	25.775	24.220
Provisão IRPJ 15% + Adicional 10%	6.417	6.012
Provisão CSLL 9%	2.320	2.180
	8.737	8.192

15.RECEITA OPERACIONAL

	31.12.2023	31.12.2022
Locações	48.137	50.454
Venda Terrenos	400	2.127
Receita Operacional Bruta	48.537	52.581
Descontos/ cancelamentos	(218)	(441)
Impostos s/ faturamento	(1.860)	(1.814)
Deduções da Receita Bruta	(2.078)	(2.255)
Receita Operacional Líquida	46.459	50.326

16.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31.12.2023, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R$12.831 (R$ 14.272 em 31.12.2022), e está registrado no resultado do exercício.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

	31.12.2023	31.12.2022
Remuneração a dirigentes	12.831	14.272
Despesas com pessoal	393	231
Despesas gerais e administrativas	22.025	22.993
Despesas tributárias	2.118	1.653
	37.367	39.149

17.INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Nessas mesmas datas o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivalem aproximadamente ao valor de mercado. A companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente.

18.COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A companhia mantém política de contratar ou exigir seguro para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros levando em consideração a natureza das atividades. A maioria absoluta das operações comerciais é locada, onde a responsabilidade da contratação do seguro é do Locatário por força contratual e a companhia figura como beneficiária. As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras. Principais coberturas:

Objeto de cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total de LMI	Vigência
Prédios, equipamentos e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	MR$ 56.717	Junho 2024
Responsabilidade Civil	Operações Shopping Center, guarda de veículos de terceiros, empregador, riscos contingentes de veículos, circulação de equipamentos, danos ao conteúdo e danos morais	RC	MR$ 10.000	Junho 2024
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	100% FIPE	Novembro 2024

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Presidente) Ivon Luiz de Oliveira Júnior (Vice-Presidente) Carlos Eduardo Lobato Joaquim Luiz de Oliveira Júnior Luciano Adures de Oliveira Sérgio Martins de Oliveira (Conselheiros)	Luciano Adures de Oliveira (Diretor Presidente) Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Diretor Vice-Presidente) Luis Eduardo Bastos dos Santos (Diretor de Operações) Marcelo Augusto Furlan dos Santos (Diretor Administrativo Financeiro)
	CONTADOR
	Wesles Ramos Dias (Contador CRC-PR-039924/O)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas
Real Empreendimentos S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Real Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 15 de março de 2024.

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador - CRCSC nº 020036-0-8 T-SP
Taticca Auditores Independentes S.S.
CRC 2 SP-032267/O-1
CVM 12.220

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Hertz FARMACÊUTICA

KLEY HERTZ FARMACÊUTICA S/A

CNPJ 92.695.691/0001-03 - NIRE 43300002322

RELATÓRIO DA DIRETORIA - (Em milhares de reais)

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., às demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2023. A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**3.405**	9.423	**21.622**	23.171
Aplicações financeiras	6	**9.441**	203	**22.449**	203
Contas a receber de clientes	7	**62.712**	34.420	**158.257**	129.258
Estoques	8	**59.922**	53.502	**95.616**	82.520
Tributos a recuperar	9	**22.126**	18.747	**35.088**	30.963
Dividendos a receber	21	**16.471**	15.834	**-**	-
Outras contas a receber		**2.183**	1.565	**4.830**	4.320
		176.260	133.694	**337.862**	270.435
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	9	**825**	16.119	**6.227**	21.521
Depósitos judiciais	15	**912**	722	**1.243**	948
Impostos diferidos	20	**-**	-	**5.952**	4.506
		1.737	16.841	**13.422**	26.975
Investimentos	10	**130.379**	99.018	**-**	-
Imobilizado	11	**104.332**	98.894	**107.582**	101.617
Direito de uso	17	**2.287**	620	**4.327**	1.272
Intangível	12	**56.149**	43.998	**56.179**	44.001
		293.147	242.530	**168.088**	146.890
		294.884	259.371	**181.510**	173.865
Total do ativo		**471.144**	393.065	**519.372**	444.300

PASSIVO	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**14.757**	8.832	**14.757**	8.832
Fornecedores		**22.278**	24.854	**32.461**	36.087
Empréstimos c/partes relacionadas	21	**-**	-	**-**	-
Obrigações tributárias e sociais	13	**7.002**	4.505	**21.051**	24.898
Obrigações trabalhistas e sociais		**7.792**	7.273	**12.111**	11.641
Arrendamentos a pagar	17	**518**	700	**1.792**	1.389
Dividendos a pagar	16	**23.970**	21.925	**25.471**	23.406
Provisões sobre vendas		**-**	-	**9.218**	6.100
Outras contas a pagar		**48**	242	**1.067**	2.129
		76.365	68.331	**117.928**	114.482
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**61.931**	37.333	**61.931**	37.333
Provisão para litígios	15	**1.240**	1.100	**1.703**	1.472
Impostos diferidos	20	**13.214**	10.305	**13.214**	10.305
Arrendamentos a pagar	17	**1.769**	-	**2.535**	-
Impostos a recolher	13	**733**	-	**1.829**	1.480
		78.887	48.738	**81.212**	50.590
Patrimônio líquido	16				
Capital social		**48.983**	48.983	**48.983**	48.983
Reservas de lucros		**266.909**	227.013	**266.909**	227.013
		315.892	275.996	**315.892**	275.996
Participação dos não controladores		**-**	-	**4.340**	3.232
Total do patrimônio líquido		**315.892**	275.996	**320.232**	279.228
Total do passivo e patrimônio líquido		**471.144**	393.065	**519.372**	444.300

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de vendas	18	**265.860**	214.742	**493.641**	467.008
Custo dos produtos vendidos	22	**(175.030)**	(155.461)	**(239.117)**	(231.999)
Lucro bruto		**90.830**	59.281	**254.524**	235.009
Despesas com vendas	22	**(365)**	(751)	**(88.858)**	(84.885)
Despesas administrativas	22	**(49.212)**	(45.863)	**(85.106)**	(77.180)
Resultado de equiv. patrimonial	10	**31.998**	45.754	**-**	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	**(6.256)**	(2.057)	**(10.230)**	(5.035)
Lucro antes do resultado financeiro		**66.995**	56.364	**70.330**	67.909
Receitas financeiras	19	**4.865**	2.680	**9.391**	5.919
Despesas financeiras	19	**(7.978)**	(2.250)	**(9.033)**	(4.048)
Resultado financeiro		**(3.113)**	430	**358**	1.871
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**63.882**	56.794	**70.688**	69.780
Imposto de renda e contribuição social	20	**(4.286)**	(1.296)	**(9.965)**	(12.841)
Lucro líquido do exercício		**59.596**	**55.498**	**60.723**	56.939
Atribuível a:					
Acionistas controladores		**-**	**-**	**59.596**	55.498
Acionistas não controladores		**-**	**-**	**1.127**	1.441
		-	**-**	**60.723**	56.939
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício - em R$		**1,21**	**1,13**		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**59.596**	55.498	**60.723**	56.939
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	**59.596**	55.498	**60.723**	56.939
Atribuível a:				
Acionistas controladores	**-**	**-**	**59.596**	55.498
Acionistas não controladores	**-**	**-**	**1.127**	1.441
	-	**-**	**60.723**	56.939

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro antes do IR e da contribuição social	**63.882**	56.794	**70.688**	69.781
Depreciações e amortizações	**12.515**	10.597	**12.894**	10.965
Depreciações e amortizações CPC 06	**560**	620	**1.930**	2.246
Valor resid. do ativo imob. e intangível baixado	**557**	222	**599**	230
Baixa projetos intangível	**1.363**	1.994	**1.363**	1.994
Provisão (reversão) p/créditos de liq duvidosa	**-**	-	**1.226**	1.360
Provisões sobre vendas	**-**	-	**3.118**	-
Provisão para contingências	**140**	148	**231**	(88)
Créditos de pis e cofins - exclusão do icms	**(416)**	-	**(416)**	-
Resultado de equivalência patrimonial	**(31.998)**	(45.754)	**-**	-
Juros de financiamento	**7.017**	1.342	**7.017**	1.840
Realização ajuste valor presente - CPC 06	**77**	66	**200**	166
	53.697	26.029	**98.850**	88.494
Variação em ativos e passivos operacionais				
Redução (aumento) de contas a receber	**(28.292)**	(4.300)	**(30.225)**	(39.007)
Redução (aumento) de estoques	**(6.420)**	(14.581)	**(13.096)**	(21.454)
Redução (aumento) de tributos a recuperar	**12.331**	(3.072)	**11.585**	(8.968)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	**(190)**	(95)	**(295)**	(91)
Redução (aumento) de outros ativos	**(618)**	1.710	**(511)**	(155)
Aumento (redução) de fornecedores	**(2.576)**	3.054	**(3.626)**	6.298
Aumento (red.) de salários e encargos sociais	**519**	5.098	**470**	8.451
Aumento (redução) de tributos a pagar	**3.230**	(2.396)	**(3.498)**	11.021
Aumento (redução) de empr. c/partes relac.	**-**	(15.582)	**-**	-
Aumento (redução) de outros passivos	**(194)**	(57)	**(1.063)**	4.856
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(1.377)**	100	**(8.501)**	(13.524)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**30.110**	(4.092)	**50.090**	35.921
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	**(32.024)**	(45.040)	**(32.998)**	(45.406)
Dividendos recebidos	**-**	32.069	**-**	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(32.024)**	(12.971)	**(32.998)**	(45.406)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação (amortiz.) de emprést. e financ	**23.506**	40.907	**23.506**	40.409
Pagamentos realizados arrendamento	**(717)**	(724)	**(2.247)**	(2.491)
Dividendos pagos aos acionistas	**(17.655)**	(14.559)	**(17.654)**	(14.559)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	**5.134**	25.624	**3.605**	23.359
Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa	**3.220**	8.561	**20.697**	13.874
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	**9.626**	1.065	**23.374**	9.500
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	**12.846**	9.626	**44.071**	23.374
Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa	**3.220**	8.561	**20.697**	13.874

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)

	Participação dos controladores							
		Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Para capital de giro e investimento	Para incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	48.983	9.797	139.579	43.383	-	241.742	2.785	244.527
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	55.498	55.498	1.441	56.939
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Dividendos complementares 2021	-	-	(2.854)	-	-	(2.854)	-	(2.854)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	24.820	(24.820)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16)	-	-	-	-	(7.670)	(7.670)	(742)	(8.412)
Dividendos adicionais prop. 2022 (Nota 16)	-	-	-	-	(10.720)	(10.720)	(252)	(10.972)
Reserva para capital de giro e investimento	-	-	12.288	-	(12.288)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	48.983	9.797	149.013	68.203	-	275.996	3.232	279.228
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**59.596**	**59.596**	**1.127**	**60.723**
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Reserva de incentivos fiscais	**-**	**-**	**-**	**31.061**	**(31.061)**	**-**	**-**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(7.134)**	**(7.134)**	**(19)**	**(7.153)**
Dividendos adicionais prop. 2023 (Nota 16)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(12.566)**	**(12.566)**	**-**	**(12.566)**
Reserva p/capital de giro e investimento	**-**	**-**	**8.835**	**-**	**(8.835)**	**-**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2023	**48.983**	**9.797**	**157.848**	**99.264**	**-**	**315.892**	**4.340**	**320.232**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Kley Hertz Farmacêutica S/A tem como principal objeto social a industrialização, a comercialização de medicamentos, correlatos cosméticos e suplementos alimentares.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas adotadas pela empresa na preparação das demonstrações contábeis foram: **3.1.** Apuração do Resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **3.2.** Aplicações Financeiras: Esta conta representa as aplicações em título de renda fixa de curto prazo sendo demonstrado ao custo acrescidos os rendimentos *pro-rata-die* até a data do balanço. **3.3.** Imposto de Renda e Contribuição Social: Os valores registrados de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, foram provisionados e pagos com base no Lucro Real, de acordo com a legislação vigente. **3.4.** Depreciações: As depreciações foram calculadas com base no método linear levando em conta as taxas estabelecidas pela legislação fiscal.

4. Capital Social: Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, está composto por 48.983.350 Ações Ordinárias Nominativas, com valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real) cada.

Porto Alegre, 08 de março de 2024.

ARTHUR LEITE HERTZ Diretor Presidente

ISABEL LEITE HERTZ Diretora Executiva

GERALDO LEITE HERTZ Diretor Executivo

ANA LUCIA NOGUEIRA Contadora CRCRS 043657/O-3

ACOMPANHE COM **PRATICIDADE** AS NOTÍCIAS **MAIS IMPORTANTES** E **EXCLUSIVAS DO DIA**

BAIXE O **APP JC**

PUBLICIDADE LEGAL

HERTZ ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 88.012.182/0001-61 - NIRE 43300046699

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2023. A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.779	2.481
Clientes	374	583
Impostos a recuperar	68	21
Outras contas a receber	25	33
	3.246	**3.118**
Não Circulante		
Propriedade para investimento	29.739	30.506
Imobilizado	856	676
	30.595	**31.182**
	30.595	**31.182**
Total do Ativo	**33.841**	**34.300**

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	96	14
Obrigações tributárias e sociais	74	71
Dividendos a pagar	1.217	1.263
	1.387	1.348
Não Circulante		
Impostos Diferidos	6.133	6.133
	6.133	6.133
Patrimônio Líquido		
Capital social	15.300	15.300
Reserva de lucros	6.591	7.113
Reserva Legal	618	594
Reserva de reavaliação	3.812	3.812
	26.321	26.819
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**33.841**	**34.300**

Demonstrativo de Resultado do Exercício (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional Líquida	**1.671**	**3.489**
Despesas (Receitas) Oper., Líquidas	**(1.186)**	**(1.252)**
Despesas gerais e administrativas	(1.242)	(1.147)
Outras despesas operacionais	56	(105)
Resultado Financeiro	**273**	**348**
Despesas financeiras	(5)	(5)
Receitas financeiras	278	353
Resultado Antes do Imposto	**758**	**2.585**
Imposto de renda e contribuição social	(278)	(330)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**480**	**2.255**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Legal	Reavaliação	Lucros acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2022	15.300	481	3.812	6.071	25.664
Resultado do exercício	-	-	-	2.255	2.255
Destinação do resultado do exercício					
Reserva legal	-	113	-	(113)	-
Dividendos mínimo propostos	-	-	-	(536)	(536)
Dividendos complementares propostos	-	-	-	(564)	(564)
Em 31 de dezembro de 2022	15.300	594	3.812	7.113	26.819
	15.300	594	3.812	7.113	26.819
Resultado do exercício	-	-	-	480	480
Destinação do resultado do exercício					
Reserva legal	-	24	-	(24)	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	(114)	(114)
Dividendos complementares propostos	-	-	-	(864)	(864)
Em 31 de dezembro de 2023	15.300	618	3.812	6.591	26.321

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto (Em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das	31/12/2023	31/12/2022
Atividades Operacionais		
Lucro antes dos impostos	758	2.585
Ajustes		
Depreciação e amortização	821	677
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	198
	1.579	3.460
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais		
Aumento (red.) de tít. e créd. a receber	209	120
Aumento (red.) de impostos a recuperar	(47)	(20)
Aumento (redução) de outros ativos	8	(1)
Aumento (redução) de fornecedores	82	(36)
Aumento (redução) de obrigações tributárias e sociais	(275)	(1.158)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**1.556**	**2.365**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(234)	-
	(234)	**-**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos a pagar	(1.024)	(829)
	(1.024)	**(829)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**298**	**1.536**
Caixa e equiv. de caixa no início do exerc.	2.481	945
Caixa e equiv. de caixa no final do exerc.	2.779	2.481
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**298**	**1.536**

Notas Explicativas (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Hertz Administração e Participações S/A, tem como principal objetivo a compra, venda e administração de imóveis.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas disposições contidas na Lei das S/As, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis Aplicáveis as Pequenas e Médias empresas - CPC-PME.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas adotadas pela empresa na preparação das demonstrações contábeis foram: *3.1. Apuração do resultado:* As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.*3.2. Aplicações financeiras:* Esta conta apresenta as aplicações em títulos de renda fixa de curto prazo, sendo demonstradas pelo custo, acrescida dos rendimentos, *pro-rata-die*, até a data do balanço. *3.3. Imposto de Renda e Contribuição Social:* As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido, foram registradas e pagas com base no Lucro Presumido, de acordo com as alíquotas vigentes. *3.4. Depreciações:* As depreciações foram calculadas com base no método linear, levando em conta as taxas estabelecidas pela legislação fiscal. *3.5. Propriedade para investimento:* Referem-se as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representada por imóveis alugados, mantidos para renda.

4. Dividendos Pagos: No decorrer do exercício, foram distribuídos dividendos aos acionistas no valor de R$ 1.024, efetivamente pagos no exercício e a distribuir R$ 978 em conta apropriada.

5. Capital social: Pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país, está composto por 15.300.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada.

Porto Alegre, 08 de março de 2024.

Branca Leite Hertz	Arthur Leite Hertz	Isabel Leite Hertz	Geraldo Leite Hertz	Ana Lucia Nogueira
Presidente	Vice-Presidente	Diretora	Diretor	Contadora CRCRS 043657/O-3

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

cpfl transmissão

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Companhia Aberta

www.grupocpfl.com.br

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2023, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida ("RAP") visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde - muito maior que a inicialmente esperada - contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de descompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros elevadas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito, houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis das Lojas Americanas, no início do ano, impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Lojas Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante ao finalizar o exercício: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

Ambiente regulatório

Os principais destaques da regulação setorial de 2023 no segmento de transmissão estão elencados a seguir:

Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):

A Resolução Homologatória ("REH") nº 3.216, de 04 de julho de 2023, estabeleceu as RAPs da CPFL Transmissão e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A RAP do Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R$ 1,122 bilhão, representando um incremento na ordem de 20% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2022-2023). Este aumento é devido, principalmente ao último ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT (Portaria) nº 120/2016 (RBSE) que incrementou em 112% o componente.

(em milhares de reais)

REH 3.067/2022 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBSE (**)	Baixas e ajustes	Parcela de ajuste	REH 3.216/2023
933.599	36.677	3.279	150.190	-1.724	-53.167	1.068.854

(*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA

(**) Incremento do componente financeiro

A Receita Homologada líquida (de PIS e COFINS) total da CPFL Transmissão, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001 e nº 080/2002 (CEEE-T), e da controlada TESB, nº 001/2011, apresenta a seguinte composição:

(em milhares de reais)

	REDE BÁSICA			Demais Instalações de Transmissão - DIT					
Contrato de Concessão	RBSE	RBNI	RBL	RPC	RCDM	RPEC	Parcela Ajuste	Total 2024 (*)	Total 2023(*)
055/2001	731.897	155.876	–	157.222	77.025	–	-53.167	1.068.854	917.241
080/2002	–	–	21.435	–	–	–	-446	20.989	21.733
001/2011	–	–	34.413	–	–	2.818	-6.026	31.204	24.009
	731.897	**155.876**	**55.848**	**157.222**	**77.025**	**2.818**	**-59.639**	**1.121.047**	**962.983**

(*) Valores homologados considerando a Parcela de ajuste - PA

Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

O Despacho ANEEL nº 402/23 de 14 de fevereiro de 2023 postergou o escopo total da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, repercutindo no Contrato de Concessão nº 055/2001 (CEEE-T).

Contrato de Concessão nº 004/2021- Cachoeirinha 3

Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na Subestação (SE) 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação comercial no contrato estava prevista para 30 de setembro de 2024, porém, em 26 de novembro de 2023, foi energizada de forma antecipada com receita anual de R$ 10.739.259,16.

Contrato de Concessão nº 001/2011- TESB

Em 28 outubro de 2023 foi energizada a última obra da subsidiária TESB, a LT 230kV PORTO ALEGRE 9/PORTO ALEGRE 8, resultando no montante de receita da concessão de R$ 43.161.248,90.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

A CPFL Transmissão tem apresentado excelente desempenho técnico-operacional no decorrer dos últimos anos.

Energia Não Suprida ("ENS")

O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a sociedade. Em 2023, o ENS totalizou 689,45 MWh, comparado a 975,72 MWh em 2022, representando uma redução de 29,3%.

Parcela Variável ("PV") Descontada

A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). Em 2023, a PV incidente totalizou 1,223%, comparado a 0,916% em 2022, representando um aumento de 33,5%. Esse aumento se refere a desconto de parcela variável executado pelo ONS relativo a evento ocorrido em 2022, mas que ainda estão sob análise da ANEEL, podendo ser devolvido à transmissora. Desconsiderando esse caso, o valor de desconto seria de 0,77% o qual apresenta melhor desempenho em relação à 2022.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R$ 2.084 milhões, representando um aumento de 1,1% (R$ 22 milhões), devido principalmente ao aumento de R$ 618 milhões na receita de construção, por conta do aumento de investimentos realizados ao longo do ano. Este efeito foi parcialmente compensado por uma redução de 32,4% (R$ 596 milhões) nos demais itens, principalmente por causa da queda na remuneração do ativo financeiro devido à entrada no último ciclo do reperfilamento do componente financeiro do RBSE.

As deduções da receita operacional foram de R$ 252 milhões, apresentando uma redução de 0,6% (R$ 2 milhões). A receita operacional líquida foi de R$ 1.833 milhões, um aumento 1,3% (R$ 23 milhões).

Geração operacional de caixa — EBITDA

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R$ 986 milhões, uma redução de 15,3% (R$ 179 milhões), devido principalmente ao aumento nos custos com construção de infraestrutura (R$ 355 milhões), derivado do investimento realizado pela companhia ao longo de 2023. Este efeito foi parcialmente compensado por: (I) uma redução no PMSO, especialmente a despesa com pessoal (R$ 62 milhões); (II) por uma redução nas perdas por ineficiência na construção do ativo contratual (R$ 85 milhões); (III) um aumento de receita, principalmente devido a um aumento nas receitas com construção de infraestrutura (R$ 22 milhões)

*Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA**

	2023	2022
Lucro Líquido	**608.820**	**905.788**
Depreciação e amortização	10.131	10.990
Resultado financeiro	178.177	(3.704)
Contribuição social	50.288	66.589
Imposto de renda	138.512	184.745
EBITDA*	**985.928**	**1.164.408**

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido

Em 2023, o lucro líquido do exercício atingiu R$ 609 milhões, ante um lucro líquido de R$ 906 milhões no ano anterior, uma redução de 32,8% (R$ 297 milhões), devido principalmente (i) à redução de 15,3% (R$ 179 milhões) no EBITDA e à (ii) à variação de R$ 182 milhões no resultado financeiro, passando de uma receita financeira líquida de R$ 4 milhões para uma despesa financeira líquida de R$ 178 milhões, em consequência da redução nas receitas advindas de variações cambiais pela quitação de financiamentos em moeda estrangeira, bem como do aumento nas despesas com encargos de dívidas, fruto das emissões de debêntures da Companhia. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma redução de 24,9% (R$ 63 milhões) no imposto de renda e contribuição social.

Endividamento

No final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R$ 2.109 milhões, apresentando um aumento de 98,8%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2023, foram realizados investimentos de R$ 701 milhões, para a manutenção e expansão do negócio. Incluso nesse valor estão os investimentos realizados pela controlada Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB, que totalizaram R$ 23 milhões.

A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

6. ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A CPFL Transmissão desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos socioambientais, consolidada na forma de programas aprovados pelos órgãos ambientais e executados nas fases de implantação e operação dos empreendimentos, em conformidade com a legislação e com as licenças ambientais.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2023, treinamos 234 colaboradores da base ativa. Foram 882 horas treinadas.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de covenants financeiros
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário
Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM nº 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

continua →

→★ continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Balanços Patrimoniais

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	263.595	215.857	374.296	268.915
Investimentos em Títulos do Governo	6	63.131	46.744	88.352	46.744
Concessionárias e Permissionárias	7	137.052	113.166	141.246	116.244
Tributos a Compensar	8	30.928	47.483	31.032	47.587
Estoques		21.939	38.820	21.939	38.820
Derivativos	32	104	–	104	–
Ativo Contratual	10	593.806	555.713	609.002	573.783
Outros Créditos a Receber	9	78.698	55.944	79.760	55.984
Total do circulante		**1.189.253**	**1.073.727**	**1.345.731**	**1.148.077**
Não circulante					
Tributos a Compensar	8	–	16.242	–	16.242
Depósitos Judiciais	20	174.047	116.984	208.819	149.347
Investimentos em Títulos do Governo	6	–	9.256	–	9.256
Ativo Contratual	10	3.715.628	3.039.014	3.983.725	3.289.346
Derivativos	32	39.027	–	39.027	–
Outros Créditos a Receber	9	3.862	2.959	3.862	2.959
Investimentos	11	393.141	259.204	22.422	17.848
Imobilizado	12	176.833	85.174	176.843	85.187
Direito de Uso		4.859	6.532	4.859	6.532
Intangível		5.248	11.232	5.248	11.232
Total do não circulante		**4.512.645**	**3.546.597**	**4.444.805**	**3.587.949**
Total do ativo		**5.701.898**	**4.620.324**	**5.790.536**	**4.736.026**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Fornecedores	13	144.827	69.495	145.415	72.391
Obrigações Trabalhistas	14	23.290	19.966	23.290	19.966
Obrigações Fiscais	15	86.645	58.640	88.711	62.156
Empréstimos e Financiamentos	16	2.384	4.179	2.384	4.179
Debêntures	17	16.047	78.937	16.047	78.937
Entidade de Previdência Privada	18	82.977	70.355	82.977	70.355
Obrigações da Concessão	19	73.348	37.124	73.749	37.360
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	20	–	9.321	–	9.321
Outros Passivos	22	50.939	43.472	51.400	43.850
Dividendos Obrigatórios e Juros Sobre Capital Próprio	23	106.617	227.069	106.617	227.069
Total do circulante		**587.074**	**618.558**	**590.590**	**625.584**
Não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	16	400.470	19.552	400.470	19.552
Debêntures	17	1.708.990	958.298	1.708.990	958.298
Entidade de Previdência Privada	18	664.599	408.023	664.599	408.023
Obrigações Fiscais	15	3.003	–	7.400	4.921
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	20	326.641	251.716	348.763	271.094
Obrigações da Concessão	19	64.227	57.191	64.227	57.191
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21	544.513	481.260	544.513	481.260
Derivativos	32	20.430	–	20.430	–
Outros Passivos	22	45.139	60.901	94.692	140.305
Total do não circulante		**3.778.012**	**2.236.941**	**3.854.084**	**2.340.644**
Patrimônio líquido	**23**				
Capital Social		981.343	981.343	981.343	981.343
Reserva de Capital		(17.293)	(16.148)	(17.293)	(16.148)
Outros Resultados Abrangentes		(601.994)	(300.055)	(601.994)	(300.055)
Reserva Legal		142.780	112.499	142.780	112.499
Reserva Lucro a realizar		109.601	59.887	109.601	59.887
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído		354.367	354.367	354.367	354.367
Dividendo		368.008	572.931	368.008	572.931
		1.336.812	1.764.824	1.336.812	1.764.824
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		–	–	9.050	4.973
Total do patrimônio líquido		**1.336.812**	**1.764.824**	**1.345.862**	**1.769.797**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.701.898**	**4.620.324**	**5.790.536**	**4.736.026**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	**25**	**1.769.086**	**1.784.277**	**1.832.616**	**1.809.228**
Custo de operação	26	**(196.160)**	**(254.063)**	**(197.507)**	**(308.100)**
Depreciação e amortização		(2.871)	(2.456)	(2.874)	(2.459)
Outros custos com operação		(193.289)	(251.607)	(194.633)	(305.641)
Custo com serviço prestado a terceiros	**26**	**(582.927)**	**(198.376)**	**(510.057)**	**(240.069)**
Lucro operacional bruto		**989.999**	**1.331.838**	**1.125.052**	**1.261.059**
Despesas operacionais	**26**	**(149.885)**	**(101.225)**	**(153.930)**	**(103.908)**
Despesas com vendas		1.997	(6.811)	1.900	(6.810)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.997	(6.811)	1.900	(6.810)
Despesas gerais e administrativas		(98.030)	(103.252)	(101.978)	(105.936)
Depreciação e amortização		(7.257)	(8.523)	(7.257)	(8.523)
Outras despesas gerais e administrativas		(90.773)	(94.729)	(94.721)	(97.413)
Outras despesas operacionais		(53.852)	8.838	(53.852)	8.838
Outras despesas operacionais		(53.852)	8.838	(53.852)	8.838
Outras receitas	27	1.139	13.029	1.139	13.029
Outras despesas	27	(1.878)	(32.291)	(1.878)	(20.579)
Resultado do serviço		**839.375**	**1.211.351**	**970.383**	**1.149.601**
Resultado de participações societárias		135.923	(54.219)	5.414	3.818
Resultado antes do resultado financeiro		**975.298**	**1.157.132**	**975.797**	**1.153.419**
Resultado financeiro	**28**				
Receitas financeiras		73.967	173.157	83.362	177.011
Despesas financeiras		(258.266)	(172.743)	(261.539)	(173.307)
		(184.299)	**414**	**(178.177)**	**3.704**
Lucro antes dos tributos		**790.999**	**1.157.546**	**797.620**	**1.157.123**
Contribuição social	21	(49.277)	(66.005)	(50.288)	(66.590)
Imposto de renda	21	(136.118)	(183.375)	(138.512)	(184.745)
		(185.395)	**(249.380)**	**(188.800)**	**(251.335)**
Lucro líquido do exercício		**605.604**	**908.166**	**608.820**	**905.788**
Lucro líquido atribuído ao acionista da companhia controladora		–	–	605.604	908.166
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador		–	–	3.216	(2.378)
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação ordinária - R$		63,13	94,68	63,47	94,43
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação preferencial - R$		63,13	94,68	63,47	94,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**605.604**	**908.166**	**608.820**	**905.788**
Outros resultados abrangentes	**(301.939)**	**301.667**	**(301.939)**	**301.667**
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.710	(5.371)	4.710	(5.371)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes	(1.601)	1.826	(1.601)	1.826
Ganhos (perdas) atuariais	(305.048)	305.212	(305.048)	305.212
Resultado abrangente do exercício	**303.665**	**1.209.833**	**306.881**	**1.207.455**
Atribuído ao acionista da companhia controladora			303.665	1.209.833
Atribuído ao acionista não controlador			3.216	(2.378)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
1 - Receita	**2.021.264**	**2.037.853**	**2.094.597**	**2.085.597**
1.1 Receita operacional bruta	1.994.023	2.000.742	2.067.453	2.048.486
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.998	(6.810)	1.901	(6.810)
1.3 Outras receitas	25.243	43.921	25.243	43.921
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	**(663.251)**	**(298.309)**	**(604.021)**	**(441.048)**
2.1 Material	(7.653)	(3.952)	(7.684)	(3.958)
2.2 Serviços de terceiros	(72.940)	(62.741)	(84.814)	(73.185)
2.3 Outros custos operacionais	–	–	85.000	–
2.4 Custo de construção	(582.927)	(198.376)	(595.058)	(329.660)
2.5 Outras despesas operacionais	269	(33.240)	(1.465)	(34.243)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**1.358.013**	**1.739.544**	**1.490.576**	**1.644.549**
4 - Retenções	**(69.754)**	**(1.367)**	**(69.720)**	**33.273**
4.1 Depreciação e amortização	(8.463)	(7.036)	(8.466)	(7.039)
4.2 Depreciação do ativo de direito de uso	(1.665)	(3.943)	(1.665)	(3.943)
4.3 Provisões	(59.626)	9.612	(59.589)	44.255
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**1.288.259**	**1.738.177**	**1.420.856**	**1.677.822**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**209.890**	**118.937**	**88.777**	**180.829**
6.1 Resultado de participações societárias	135.923	(54.219)	5.414	3.818
6.2 Receitas financeiras	73.967	173.156	83.363	177.011
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**1.498.149**	**1.857.114**	**1.509.633**	**1.858.651**
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	**174.893**	**238.709**	**174.920**	**238.833**
8.1.1 Remuneração direta	73.547	113.190	73.574	113.190
8.1.2 Benefícios	31.932	51.486	31.932	51.487
8.1.3 Plano de benefícios previdenciais	53.620	58.391	53.620	58.495
8.1.4 Compromissos previdenciais	7.832	6.845	7.832	6.866
8.1.5 FGTS	7.961	8.795	7.961	8.795
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**455.156**	**531.830**	**459.992**	**534.795**
8.2.1 Federais	453.010	520.951	457.846	523.740
8.2.2 Estaduais	79	17	79	17
8.2.3 Municipais	2.067	10.862	2.067	11.038
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**262.496**	**178.410**	**265.902**	**179.235**
8.3.1 Despesas de locações	4.230	5.701	4.363	5.853
8.3.2 Despesas financeiras	258.266	172.709	261.539	173.382
8.4 Remuneração de capital próprio	**605.604**	**908.165**	**608.819**	**905.788**
8.4.1 Juros sobre capital próprio	91.800	95.000	91.800	95.000
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	433.809	707.870	433.809	707.870
8.4.3 Reserva de lucro	79.994	105.295	79.994	102.917
8.4.4 Lucros acumulados	–	–	3.215	–
	1.498.149	**1.857.114**	**1.509.633**	**1.858.651**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Atividades Operacionais				
Lucro antes dos tributos	**791.000**	**1.157.546**	**797.621**	**1.157.122**
Ajustes:				
Depreciação e amortização	10.129	(4.650)	10.131	(4.647)
Baixa de ativo imobilizado, investimentos e intangível	709	3.158	709	3.158
Resultado de equivalência patrimonial	(135.923)	54.219	(5.414)	(3.818)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	37.881	54.131	40.089	56.180
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.998)	6.810	(1.901)	6.810
Variação dos investimentos em títulos do governo	(5.874)	(7.465)	(5.874)	(7.465)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	210.175	70.901	210.711	70.901
Ativo contratual	(733.559)	(1.194.712)	(774.551)	(1.090.334)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	61.384	–	61.384	–
Outros	1.858	(36.619)	1.858	57.684
	235.782	**103.319**	**334.763**	**245.591**
Variações nos ativos e passivos operacionais				
(Aumento) redução dos ativos:				
Concessionárias e permissionárias	(22.108)	(19.090)	(23.321)	(20.387)
Tributos a recuperar	32.774	(42.009)	32.774	(42.009)
Estoques	25.904	(6.188)	25.904	(6.188)
Empréstimos a receber	–	198.789	–	198.789
Adições do ativo de transmissão	(525.658)	(223.819)	(547.952)	(229.685)
Ativo contratual	592.756	634.705	611.637	650.350
Depósitos judiciais	(48.382)	(44.651)	(50.791)	(47.761)
Outros ativos	(23.888)	(2.695)	(25.478)	(11.017)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	75.332	39.503	73.024	39.487
Obrigações fiscais	(45.334)	7.521	(48.292)	7.360
Obrigações trabalhistas a pagar	3.324	(30.833)	3.324	(30.846)
Obrigações da concessão	44.323	516	44.488	497
Outras contas a pagar	(8.296)	10.113	(8.550)	(134.120)
Provisão para benefícios a empregados	(97.234)	(82.456)	(97.234)	(82.456)
	3.513	**439.406**	**(10.466)**	**292.013**
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(254.566)	(47.409)	(254.566)	(47.409)
Pagamento de contingências judiciais	(10.916)	(14.031)	(10.916)	(14.031)
IRPJ e CSLL pagos	(61.172)	(67.579)	(63.594)	(67.579)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**(87.359)**	**413.706**	**(4.779)**	**408.585**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(93.601)	–	–
Dividendos recebidos	803	3.557	803	3.557
Investimentos em títulos do governo	3.453	54.214	(21.768)	54.214
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(151.465)	(37.018)	(151.465)	(77.682)
Adições no intangível	(1.195)	(40)	(1.195)	(40)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**(148.404)**	**(72.888)**	**(173.625)**	**(19.951)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(23.798)	(590.367)	(23.798)	(590.367)
Captação de empréstimos e debêntures	1.165.142	957.801	1.165.142	957.801
Liquidação de operações com derivativos	(18.771)	–	(18.771)	–
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(839.072)	(1.218.652)	(839.072)	(1.218.652)
Redução de capital	–	–	284	–
Resgate compulsório de ações	–	(15.666)	–	(15.666)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	**283.501**	**(866.884)**	**283.785**	**(866.885)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	47.738	(526.066)	105.381	(478.251)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**215.857**	**741.923**	**268.915**	**747.166**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**263.595**	**215.857**	**374.296**	**268.915**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →★

→★ continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

			Reserva de Lucro								
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucro a realizar	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuidos	Dividendos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos não Controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**981.343**	**(16.148)**	**59.887**	**112.499**	**354.367**	**572.931**	**–**	**(300.055)**	**1.764.824**	**4.973**	**1.769.798**
Resultado abrangente total	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**605.604**	**(301.939)**	**303.665**	**3.216**	**306.881**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–	605.604	–	605.604	3.216	608.820
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	4.710	4.710	–	4.710
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	(1.601)	(1.601)	–	(1.601)
Ganhos (perdas) atuariais	–	–	–	–	–	–	–	(305.048)	(305.048)		(305.048)
Mutação interna do patrimônio líquido	**–**	**–**	**49.714**	**30.280**	**–**	**–**	**(79.994)**	**–**	**–**	**–**	**–**
Constituição de reserva legal	–	–	–	30.280	–	–	(30.280)	–	–	–	–
Constituição de reserva de lucro a realizar	–	–	49.714	–	–	–	(49.714)	–	–	–	–
Transações de capital com os acionistas	**–**	**(1.145)**	**–**	**–**	**–**	**(204.923)**	**(525.609)**	**–**	**(731.676)**	**861**	**(730.816)**
Juros sobre capital próprio - AGE 31/03/23, 30/06/23 e 29/12/23	–	–	–	–	–	–	(91.800)	–	(91.800)	–	(91.801)
Constituição reserva de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(284)	(284)
Dividendos distribuídos	–	–	–	–		(572.931)	–		(572.931)		(572.931)
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	–	(1.145)	–	–	–	–	–	–	(1.145)	1.145	–
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	368.008	(368.008)	–	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(65.800)	–	(65.800)	–	(65.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**981.343**	**(17.293)**	**109.601**	**142.780**	**354.367**	**368.008**	**–**	**(601.994)**	**1.336.812**	**9.050**	**1.345.862**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

			Reserva de Lucro									
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucro a realizar	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuidos	Dividendos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos não Controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**981.343**	**–**	**421.658**	**–**	**67.091**	**1.153.883**	**–**	**–**	**(601.721)**	**2.022.254**	**6.868**	**2.029.122**
Resultado abrangente total	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**908.166**	**301.666**	**1.209.832**	**(2.378)**	**1.207.454**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	908.166	–	908.166	(2.378)	905.788
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.546)	(3.546)	–	(3.546)
Ganhos (perdas) atuariais	–	–	–	–	–	–	–	–	305.212	305.212	–	305.212
Mutação interna do patrimônio líquido	**–**	**–**	**–**	**59.887**	**45.408**	**–**	**–**	**(105.295)**	**–**	**–**	**–**	**–**
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	45.408	–	–	(45.408)	–	–	–	–
Constituição de reserva de lucro a realizar	–	–	–	59.887	–	–	–	(59.887)	–	–	–	–
Transações de capital com os acionistas	**–**	**(16.148)**	**(421.658)**	**–**	**–**	**(799.516)**	**572.931**	**(802.870)**	**–**	**(1.467.261)**	**482**	**(1.466.778)**
Transferência de saldos de reserva fiscal	–	–	(421.658)	–	–	421.658	–	–	–	–	–	–
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	–	(482)	–	–	–	–	–	–	–	(482)	482	–
Resgate compulsório de ações	–	(15.666)	–	–	–	–	–	–	–	(15.666)	–	(15.666)
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–	(1.221.174)	–	–	–	(1.221.174)	–	(1.221.174)
Juros sobre capital próprio - AGE 30/12/2022	–	–	–	–	–	–	–	(95.000)	–	(95.000)	–	(95.000)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	–	572.931	(572.931)	–	–	–	–
Dividendos minímo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(134.939)	–	(134.939)	–	(134.939)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	981.343	(16.148)	–	59.887	112.499	354.367	572.931	–	(300.055)	1.764.824	4.973	1.769.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas: **Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL:** Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão. O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 - RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 13, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinquenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042. **Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL:** Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica. **Contrato de Concessão nº 04/2022 - ANEEL:** Em 2022 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O contrato de concessão previa a energização para até 30 de setembro de 2024, com RAP de R$ 9.234, auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações, sendo que a energização e a entrada em operação comercial ocorreram em novembro de 2023. A Companhia possui participações diretas na seguinte controlada:

Transmissão de Energia	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização (Estado)
Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 97,77%	Rio Grande do Sul

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia e sua controlada também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi emitida pela Administração em 26 de fevereiro de 2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 10 - Ativo contratual; • Nota 16 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 17 - Debêntures; • Nota 18 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 20 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos; • Nota 21 - Créditos e débitos fiscais diferidos; e • Nota 32 - Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo). **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo esta a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários. **2.6 Informações sobre participações societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 11. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB) é consolidada de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegrense Ltda. (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e as demais coligadas são registradas pelo método de custo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida na controlada TESB. **2.7 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração conforme práticas IFRS.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. **3.2 Ativo Contratual da Concessão:** Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão. O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão. A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados. Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Companhia esclarece que: I. Para fins do consolidado a Companhia apresenta margens negativas de construção, implícita no custo, em função dos atrasos de obras e custos acima do orçado verificados na subsidiária TESB. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. Para os demais contratos do grupo a Companhia a Administração possui margem de construção entre 6% e 29%. II. A companhia reconhece margem de operação e manutenção de até 45%. III. A atualização monetária do Ativo Contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida em cada projeto, determinada através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão após alocação de suas devidas margens. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 12% a.a. **3.3 Instrumentos financeiros: 3.3.1 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **Custo amortizado**: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 34). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: • a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **3.3.2 Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: **i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. **ii. Mensurados ao custo amortizado**: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32. **3.4 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de

continua→★

continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acordo com o CPC 16/IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio. **3.5 Imobilizado e atividades não vinculadas à concessão:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que os mesmos estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos. A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,48% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão regulador. Os ganhos e perdas na alienação e baixa de um ativo imobilizado são registrados no resultado na mesma competência em que os recursos advindos da alienação ocorram. A Companhia possui em seu acervo patrimonial uma série de bens administrativos e outros não vinculados ao serviço da concessão, sendo estes bens destinados à sua utilização própria. Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução n° 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. **3.6 Intangível:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e servidões de passagem para as linhas de transmissão. **3.7 Redução ao valor recuperável *("impairment")*: Ativos financeiros:** A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas *(forward-looking)*. A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9/CPC 48 descrita como perda de crédito esperada *(Expected Credit Losses)*, contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default)*, exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default)* e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default)*. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas às concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. **3.8 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.9 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego:** As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente. **3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com o ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76, para sociedades anônimas, pode ser provisionado como exigível, de forma que o dividendo proposto e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após sua aprovação pelo órgão competente. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos e juros sobre capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem ao critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.11 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são: • Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras. • Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência. **3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto corrente no caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento. Para fins dos pagamentos mensais determinados sobre a base de cálculo estimada de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a concessionária poderá considerar como receita o montante efetivamente recebido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.13 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **3.14 Arrendamentos:** De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)), a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo prazo estabelecido em contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **3.15 Base de consolidação: Controlada e coligadas:** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para as coligadas, este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento da aquisição. As políticas contábeis das controladas e das coligadas consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de sua controlada. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para a controlada. Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Para controlada, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado. Os saldos das coligadas, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11. **Aquisição de participação de acionistas não controladores:** É registrada como transação entre acionistas, consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação. **3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis:** A partir de 1º de janeiro de 2023, o Grupo adotou as alterações ao CPC 32/IAS 12 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 / IAS 8 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1)/IAS 1 no que concerne à aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. **3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1)/IAS 1):** Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas *(covenants)* apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2):** Em junho de 2023, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima. A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa. Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas. As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas, e não adotará.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração. - Ativo contratual: O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. - Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 34).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos bancários	9.043	(240)	9.060	(234)
Aplicações financeiras	254.552	216.097	365.236	269.149
Título de crédito privado (a)	251.531	216.097	365.236	269.149
Operações compromissadas em debêntures (a)	3.021	–	3.021	–
Total	**263.595**	**215.857**	**374.296**	**268.915**

(a) Corresponde à títulos de crédito privado de operação de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") montante de R$ 365.236 (R$ 269.149 em 31 de dezembro de 2022), tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 103,02% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") para CDB e 88,59% do CDI para Operações Compromissadas.

6. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

Refere-se a investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), com as seguintes características:

i. Data-base: 15 de julho de 2000; ii. Valor Nominal na data-base: R$ 1.000,00 (Um mil reais); iii. Modalidade: nominativa e negociável; iv. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior; v. Juros remuneratórios: 6% a.a.; vi. Pagamento do principal em parcela única, na data de vencimento do título e dos juros semestralmente com ajuste do prazo no primeiro período de fluência. O investimento é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). **Forma de atualização das NTN-Bs:** Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal e atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e juros remuneratórios de 6% a.a., calculados pró-rata-die). O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **Movimentação:** O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Saldo em 31/12/2021	**108.121**	**22.264**	**(1.504)**	**13.817**	**(4.698)**
Atualização pela taxa efetiva	7.465	–	–	7.465	–
Valorização do valor justo	(10.181)	–	(10.181)	–	–
Juros recebidos	–	–	4.810	–	–
Venda do ativo financeiro	(49.404)	–	–	–	–
Efeito tributário	–	2.676	1.826	–	(4.502)
Saldo em 31/12/2022	**56.000**	**24.940**	**(5.049)**	**7.465**	**(4.502)**
Atualização pela taxa efetiva	5.874	–	–	5.874	–
Valorização do valor justo	1.542	–	1.542	–	–
Juros recebidos	–	–	3.168	–	–
Venda do ativo financeiro	(285)	–		–	–
Efeito tributário	–	1.424	(1.601)	–	177
Saldo em 31/12/2023	**63.131**	**26.364**	**(1.941)**	**5.874**	**177**
Circulante	**63.131**				

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos	Vencidos		Total		Saldos	Vencidos		Total	
	Vincendos	até 360 dias	> 360 dias	31/12/2023	31/12/2022	Vincendos	até 360 dias	> 360 dias	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	126.247	10.805	5.322	142.374	122.242	130.103	11.144	5.419	146.665	125.320
	126.247	10.805	5.322	142.374	122.242	130.103	11.144	5.419	146.665	125.320
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(5.322)	(9.076)				(5.419)	(9.076)
Total				**137.052**	**113.166**				**141.246**	**116.244**

Referem-se aos valores a receber de concessionárias e permissionárias pela disponibilização do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), autorizados por meio das Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL, e pelos faturamentos dos contratos de conexão (CCT's) ao sistema de transmissão, firmados diretamente com os agentes acessantes. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total	Concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2021	**(3.952)**	**(7.569)**	**(11.521)**	**(3.952)**	**(7.569)**	**(11.521)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(5.124)	(1.686)	(6.810)	(5.124)	(1.686)	(6.810)
Saldo em 31/12/2022	**(9.076)**	**(9.255)**	**(18.331)**	**(9.076)**	**(9.255)**	**(18.331)**
Provisão revertida (constituída) líquida	3.754	220	3.974	3.657	220	3.877
Saldo em 31/12/2023	**(5.322)**	**(9.035)**	**(14.357)**	**(5.419)**	**(9.035)**	**(14.454)**
Circulante	(5.322)	(9.035)	(14.357)	(5.419)	(9.035)	(14.454)

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.215	13.770	10.297	13.852
IRPJ Saldo Negativo	11.551	20.338	11.553	20.340
CSLL Saldo Negativo	5.754	10.833	5.754	10.833
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**27.520**	**44.941**	**27.604**	**45.025**
Programa de integração social - PIS	453	316	455	318
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.470	1.484	2.470	1.484
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	300	313	300	313
Outros	185	429	203	447
Outros tributos a compensar	**3.408**	**2.542**	**3.428**	**2.562**
Total Circulante	**30.928**	**47.483**	**31.032**	**47.587**
Não circulante				
Imposto de renda a compensar	–	16.242	–	16.242
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**–**	**16.242**	**–**	**16.242**
Total não circulante	**–**	**16.242**	**–**	**16.242**

continua

continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.595	8.601	12.595	8.601
Adiantamento a Fornecedores/Empregados	1.916	3.447	2.978	3.486
Serviços Prestados	4.936	9.310	4.936	9.310
Dividendos a Receber	59	763	59	763
Custos a Reembolsar	2.273	1.440	2.273	1.440
Alienação de Bens e Serviços	382	1.521	382	1.521
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	34.442	17.855	34.442	17.855
Pagamentos Antecipados	4.009	2.177	4.009	2.177
(–) Provisão Para Créditos De Liquidação Duvidosa	(9.035)	(9.255)	(9.035)	(9.255)
Outros Devedores	27.121	20.085	27.121	20.085
Total Circulante	**78.698**	**55.944**	**79.760**	**55.984**
Não circulante				
Bens e Direitos Destinados à Alienação/Renda	3.413	2.827	3.413	2.827
Outros	449	132	449	132
Total não circulante	**3.862**	**2.959**	**3.862**	**2.959**

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL. **Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais -** refere-se aos saldos das ordens e projetos de reformas em andamento, relacionados aos equipamentos desinstalados das subestações e linhas de transmissão, os quais passam por uma análise de triagem que, em caso de um parecer técnico favorável pelo seu reaproveitamento, são encaminhados ao processo de reforma e, posteriormente, movimentados para o estoque de investimento.

10. ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como "Ativo Contratual" a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo. A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados. As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como seguem:

	Controladora					Consolidado	
	Contrato 080/2002 Lote A	Contrato 055/2001 RBSE	Contrato 055/2001 RBNI	Contrato 004/2021 Lote 6	Total	Contrato 001/2011 TESB	Total
Saldo em 31/12/2021	**61.276**	**1.523.804**	**1.172.600**	**–**	**2.757.680**	**341.894**	**3.099.574**
(+) Adições	–	–	223.891	53.149	277.040	46.530	323.571
(+) Remuneração	25.709	330.026	167.150	846	523.731	15.765	539.496
(+) Atualização Monetária	54.877	210.767	84.656	–	350.300	1.093	351.393
(–) Baixas	–	–	(109)	–	(109)	–	(109)
(–) Amortização do exercício	(13.999)	(421.674)	(198.923)	–	(634.596)	(15.645)	(650.241)
(+/–) Outros	–	54.036	266.645	–	320.681	(121.236)	199.445
Saldo em 31/12/2022	**127.863**	**1.696.959**	**1.715.910**	**53.995**	**3.594.727**	**268.401**	**3.863.129**
(+) Adições	–	–	726.560	93.709	820.269	22.294	842.563
(+) Remuneração	12.219	179.274	158.512	5.326	355.331	18.534	373.865
(+) Atualização Monetária	(4.370)	76.991	72.059	–	144.680	22.459	167.139
(–) Amortização	(19.788)	(387.733)	(184.416)	(819)	(592.756)	(18.881)	(611.637)
(+/–) Outros	(4.091)	297	(9.980)	957	(12.817)	(29.514)	(42.331)
Saldo em 31/12/2023	**111.833**	**1.565.788**	**2.478.645**	**153.168**	**4.309.434**	**283.293**	**4.592.728**
Circulante	**19.128**	**384.783**	**189.895**	**–**	**593.806**	**15.196**	**609.002**
Não Circulante	**92.705**	**1.181.005**	**2.288.750**	**153.168**	**3.715.628**	**268.097**	**3.983.725**

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2023/2024 está vigente desde 1º de julho de 2023 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.216/2023 para os contratos de concessão de transmissão: (i) nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNI), é de R$ 232.902, para as operações sobre rede básica existente (RBSE), é de R$ 889.119, a Parcela de Ajuste (PA) é de (R$ 53.167), (ii) nº 080/2002, é de R$ 21.435 e (iii) nº 0004/2022 que entrou em operação em dezembro de 2023 é de R$ 9.988.

Para o contrato 0001/2011 da controlada TESB, a RAP vigente para o ciclo 2023/2023 é de R$ 37.230, com RAP adicional prevista de R$ 5.931 na medida em que as obras de reforço forem concluídas. Em junho de 2022, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE, tendo ocorrido, neste mesmo mês, decisão monocrática (Despacho nº 1.762/22) deliberada pelo Diretor da ANEEL sobre o referido tema. A decisão monocrática foi suspensa por meio da emissão do Despacho nº 1.844/2022, quando a Diretora Geral da Agência decidiu acatar o pedido de efeito suspensivo interposto pela ABRATE, suspendendo assim os efeitos do despacho nº 1.762/2022 até o julgamento definitivo pela Diretoria Colegiada da ANEEL. Em 27 de abril de 2023, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL emitiu uma nova Nota Técnica nº 85/2023 tratando das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE contudo, não produziu efeitos práticos imediatos e toda e qualquer evolução relacionada ao tema RBSE ainda depende de decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL. As premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento estão vigentes e permanecem apropriados, conforme entendimento da Administração e se encontram refletidos nessas demonstrações financeiras.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	390.252	256.315	19.533	14.959
Avaliadas pelo método de custo	2.889	2.889	2.889	2.889
	393.141	**259.204**	**22.422**	**17.848**

11.1 Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial: Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB	1.131.490	97,77%	799.856	96,85%
Coligadas				
TPAE	38.146	9,65%	38.146	9,65%
ETAU	34.895	10,00%	34.895	10,00%

Controlada - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB): A Companhia juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. (Procable) e a RealYou Group Co. Ltd., constituíram a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB), sociedade limitada, cujo objeto social é a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos. Em 26 de maio de 2023, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), na qual, a Companhia integralizou o montante de R$ 85.100. Em 05 de dezembro de 2023 foi realizada nova AGE, na qual, a Companhia integralizou o montante de R$ 29.517. Em ambos os casos, o aumento de capital não foi acompanhado pelos demais acionistas. Assim, a participação acionária da Companhia na TESB passou de 96,85% para 97,77% em 31 de dezembro de 2023. Também na AGE realizada em 05 de dezembro de 2023 foi aprovado a compra, pela TESB, da totalidade das ações detidas pela acionista Procable pelo preço total de R$ 283.245, a qual, foi inicialmente constituída Reserva de Capital e destinada para manutenção em tesouraria. Como consequência, fica consignada a saída da Procable do quadro de acionistas da TESB a partir desta data. **Coligadas: Transmissora Porto Alegrense Ltda. (TPAE):** Sociedade de Propósito Específico com objetivo de explorar concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da linha de transmissão subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4. **Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU):** A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai (ETAU) atua na transmissão de energia elétrica através da linha de transmissão Campos Novos - Santa Marta de 230 kV, subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e entradas de linhas e instalações associadas a essas. O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

Informações Financeiras Controladas e Coligadas:

	31/12/2023		
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Controladas			
TESB	616.565	406.066	133.724
Coligadas			
TPAE	38.146	50.125	193
ETAU	34.895	146.772	30.504

Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Centrais Elétricas Brasileira S.A. - ELETROBRAS	2.013	2.013
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	876	876
	2.889	**2.889**

11.2 Movimentação dos investimentos:

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Integralização de Capital	AFAC	Perda de Investimentos	Saldos em 31/12/2023
Controladas							
TESB	241.356	130.508	–	114.900	(114.900)	(1.146)	370.718
Coligadas							
TPAE	4.144	1.055	(343)	–	–	–	4.856
ETAU	10.816	4.359	(497)	–	–	–	14.678
	256.316	**135.922**	**(840)**	**114.900**	**(114.900)**	**(1.146)**	**390.252**

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Integralização Capital	Perda/Ganho de investimento	AFAC	Provisão para realização de AFAC	Saldos em 31/12/2022
Controladas								
TESB	111.971	(58.038)	–	99.300	(482)	114.900	(26.297)	241.355
Coligadas								
TPAE	3.445	804	(105)	–	–	–	–	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	–	–	–	–	10.815
	125.132	**(54.219)**	**(2.020)**	**99.300**	**(482)**	**114.900**	**(26.297)**	**256.314**

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Saldos em 31/12/2023
Coligadas				
TPAE	4.144	1.055	(343)	4.856
ETAU	10.815	4.359	(497)	14.677
	14.959	**5.414**	**(840)**	**19.533**

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2022
Coligadas				
TPAE	3.445	804	(105)	4.144
ETAU	9.716	3.014	(1.915)	10.815
	13.161	**3.818**	**(2.020)**	**14.959**

A equivalência patrimonial em 2023, R$ 135.922 se refere aos investimentos da Companhia, sendo composto pelas investidas TESB, TPAE e ETAU.

12. IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Não vinculados à concessão	Total
Saldo em 31/12/2021	**727**	**2.926**	**35.416**	**201**	**320**	**47.080**	**44**	**86.715**
Adições	–	–	–	–	–	39.187	–	**39.187**
Baixas	–	(1.289)	(9.591)	–	(2.272)	(35.488)	(4.581)	**(53.221)**
Depreciação	–	(219)	(3.044)	(160)	(45)	–	(8)	**(3.476)**
Baixa da depreciação	–	440	8.926	–	2.058	–	4.545	**15.969**
Saldo em 31/12/2022	**727**	**1.858**	**31.707**	**41**	**61**	**50.779**	**–**	**85.174**
Adições	–	–	–	–	–	151.465	–	**151.465**
Baixas	–	–	(670)	(30)	(9)	(57.269)	–	**(57.978)**
Depreciação	–	(155)	(2.104)	(32)	(13)	–	–	**(2.304)**
Baixa da depreciação	–	–	438	30	8	–	–	**476**
Saldo em 31/12/2023	**727**	**1.703**	**29.371**	**9**	**47**	**144.975**	**–**	**176.833**
Taxa média de depreciação 2022		**3,42%**	**4,35%**	**14,29%**	**6,25%**			
Taxa média de depreciação 2023		**3,48%**	**4,71%**	**14,29%**	**6,25%**			

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em curso	Não vinculados à concessão	Total
Saldo em 31/12/2021	**727**	**2.926**	**35.432**	**201**	**320**	**47.080**	**44**	**86.731**
Adições	–	–	–	–	–	79.851	–	**79.851**
Baixas	–	(1.289)	(9.591)	–	(2.272)	(76.152)	(4.581)	**(93.885)**
Depreciação	–	(219)	(3.047)	(160)	(45)	–	(8)	**(3.479)**
Baixa da depreciação	–	440	8.926	–	2.058	–	4.545	**15.968**
Saldo em 31/12/2022	**727**	**1.858**	**31.720**	**41**	**61**	**50.779**	**–**	**85.187**
Adições	–	–	–	–	–	151.465		**151.465**
Baixas	–	–	(670)	(30)	(9)	(57.269)		**(57.978)**
Depreciação	–	(155)	(2.106)	(32)	(13)	–	–	**(2.306)**
Baixa da depreciação	–	–	438	30	8	–	–	**476**
Saldo em 31/12/2023	**727**	**1.703**	**29.382**	**9**	**47**	**144.975**	**–**	**176.843**
Taxa média de depreciação 2022		**3,42%**	**4,35%**	**14,29%**	**6,25%**			
Taxa média de depreciação 2023		**3,48%**	**4,71%**	**14,29%**	**6,25%**			

O Ativo imobilizado da Companhia no montante de R$ 176.843 (R$ 85.187 em 31 de dezembro de 2022), é composto por bens administrativos, assim como por outros bens de utilizações geral não vinculados à concessão do serviço de energia elétrica, os quais fazem parte da BAR (Base de Anuidade Regulatória). Desta forma, ficam excluídos do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 47 e da Norma NBC TG 47. As principais adições no período se referem às aquisições de equipamentos destinados aos almoxarifados de investimento; às aquisições de veículos; e aos gastos voltados às melhorias e construções de edificações diversas. As baixas registradas no período estão vinculadas ao consumo de equipamentos dos almoxarifados para os projetos vinculados às redes e subestações vinculadas à concessão, ou seja, ao Ativo Contratual.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e Serviços	142.549	65.125	143.137	68.021
Retenção Contratual	2.278	4.370	2.278	4.370
Total	**144.827**	**69.495**	**145.415**	**72.391**

O saldo de R$ 144.827 (R$ 69.495 em 31 de dezembro de 2022) refere-se às aquisições de materiais e contratações de serviços necessários à execução das melhorias e ampliações, assim como para a execução de novas obras nas linhas de transmissão e nas subestações vinculadas à concessão. A elevação do saldo em 2023 ocorreu devido ao maior nível de investimentos realizados ao longo do exercício, principalmente, para as aquisições direcionadas ao estoque de investimento, assim como para diversas instalações, das quais cita-se as subestações PAL6, PAL9, PAL13.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Férias, 13º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	20.479	17.205	20.479	17.205
Retenções sobre a Folha de Pagamento	2.796	2.755	2.796	2.755
Prêmio Assiduidade	15	6	15	6
	23.290	**19.966**	**23.290**	**19.966**

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	47.286	18.928	47.645	19.248
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	12.064	3.629	12.397	3.802
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**59.350**	**22.557**	**60.042**	**23.051**
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	4.521	1.286	4.521	1.578
Programa de integração social - PIS	1.972	1.798	2.008	1.815
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	9.078	8.326	9.244	8.403
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.697	7.516	3.697	7.516
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	997	890	997	890
IRRF Sobre JSCP	–	14.250	–	14.250
Outros	7.030	2.017	8.202	4.653
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**27.295**	**36.083**	**28.669**	**39.105**
Total Circulante	**86.645**	**58.640**	**88.711**	**62.156**
Não circulante				
Outros	3.003	–	7.400	4.921
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	3.003	–	**7.400**	**4.921**
Total Não circulante	**3.003**	**–**	**7.400**	**4.921**

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora						
Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré-Fixado	242		(242)	1	–	(1)	–
TJLP	23.489		(23.556)	1.391	–	(1.324)	–
Total Moeda Nacional	**23.731**		**(23.798)**	**1.392**	**–**	**(1.325)**	**–**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	–	416.195	–	12.033	(9.526)	(9.649)	409.053
Marcação a mercado	–	–	–	(6.199)	–	–	(6.199)
Total Moeda estrangeira	**–**	**416.195**	**–**	**5.834**	**(9.526)**	**(9.649)**	**402.854**
Total	**23.731**	**416.195**	**(23.798)**	**7.226**	**(9.526)**	**(10.974)**	**402.854**
Circulante	**4.179**						**2.384**
Não circulante	**19.552**						**400.470**

continua

→★ continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
Modalidade	**Saldo em 31/12/2021**	**Amortização principal**	**Encargos, atualização monetária e marcação a mercado**	**Atualização cambial**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2022**
Moeda nacional						
Mensuradas ao custo						
Pré-fixado	3.147	(2.900)	42	–	(46)	242
TJLP	27.169	(3.832)	2.006	–	(1.855)	23.489
Total Moeda Nacional	**30.316**	**(6.732)**	**2.048**	**–**	**(1.901)**	**23.731**
Mensuradas ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	649.363	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	–
Total Moeda estrangeira	**649.363**	**(583.635)**	**5.762**	**(25.982)**	**(45.508)**	**–**
Total	**679.679**	**(590.367)**	**7.810**	**(25.982)**	**(47.409)**	**23.731**
Circulante	**656.088**					**4.179**
Não circulante	**23.591**					**19.552**

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	**Encargos financeiros anuais**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**Faixa de vencimento**	**Garantia**
Mensuradas ao custo					
Moeda Nacional					
Pré-fixado					
FINEM	Pré-fixado de 2,5%	–	242	2016 a 2023	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
		–	**242**		
Pós-fixado					
TJLP	TJLP + 3,05%	–	23.489	2016 a 2023	Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominado Nota do Tesouro Nacional - Série B
		–	**23.489**		
Total moeda nacional		**–**	**23.731**		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimo bancário (Lei 4.131)	US$ + 4,4906%	409.053	–	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		409.053	**–**		
Marcação a mercado		**(6.199)**	**–**		
Total moeda estrangeira		**402.854**	**–**		
Total		**402.854**	**23.731**		

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de Vencimento	**Controladora**
2025	406.669
Subtotal	**406.669**
Marcação a mercado	(6.199)
Total	**400.470**

Adições no exercício

				Montantes R$ mil					
Modalidade	**Total aprovado**	**Liberado em 2023**	**Pagamento de juros**	**Amortização do principal**	**Destinação do recurso**	**Encargo financeiro anual**	**Taxa efetiva anual**	**Custo Hedge**	**Cláusula restritiva-covenant financeiro**
Lei 4.131	416.195	416.195	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2025	Capital de Giro	USD + 4,4906%	USD + 4,4906%	CDI + 1,25%	(a)
	416.195	**416.195**							

(a) CPFL Energia: (i) Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,75 vezes; (ii) EBITDA/Resultado Financeiro ≥ 2,25 vezes.

Condições restritivas: Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais *(cross default),* dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Os empréstimos e financiamentos contratados em 2023 tem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem: **Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias e anuais consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

17. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				
Modalidade	**Saldo em 31/12/2022**	**Captação**	**Encargos e atualização monetária**	**Encargos pagos**	**Saldo em 31/12/2023**
Mensuradas ao custo - pós-fixado					
CDI	1.039.251	300.000	177.291	(243.592)	1.272.950
Gastos com captação	(2.016)	(1.053)	577	–	(2.491)
Total ao custo	**1.037.235**	**298.947**	**177.869**	**(243.592)**	**1.270.459**
Mensuradas ao valor justo - pós-fixado					
IPCA	–	450.000	6.106	–	456.106
Marcação a mercado	–	–	(1.528)	–	(1.528)
Total ao valor justo	**–**	**450.000**	**4.578**	**–**	**454.578**
Total	**1.037.235**	**748.947**	**182.447**	**(243.592)**	**1.725.037**
Circulante	**78.937**				**16.047**
Não circulante	**958.298**				**1.708.990**

	Controladora			
Modalidade	**Saldo em 31/12/2021**	**Captação**	**Encargos e atualização monetária**	**Saldo em 31/12/2022**
Mensuradas ao custo - pós-fixado				
CDI	–	960.000	79.251	1.039.251
Gastos com captação	–	(2.199)	183	(2.016)
Total	**–**	**957.801**	**79.434**	**1.037.235**
Circulante	**–**			**78.937**
Não circulante	**–**			**958.298**

Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	**Encargos financeiros anuais**		**31/12/2023**	**31/12/2022**	**Faixa de vencimento**	**Garantia**
Mensuradas ao Custo - pós-fixado						
CDI	CDI + 1,34%, CDI + 1,47% + CDI + 1,20%	(a)	1.272.950	1.039.251	2027 a 2029	Fiança da CPFL Energia
Gastos com Captação			(2.491)	(2.016)		
			1.270.459	**1.037.235**		
Mensuradas ao valor justo - pós-fixado						
IPCA	IPCA + 6,1774%		456.106	–	2031 a 2032	Fiança da CPFL Energia
Marcação a Mercado			(1.528)			
			454.578	**–**		
	Total		**1.725.037**	**1.037.235**		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32. Taxa efetiva: (a) De 104,68% a 111,60% do CDI | CDI + de 0,48% a 1,50%. Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de Vencimento	**Controladora**
2026	298.846
2027	259.686
2028	349.686
2029 a 2031	802.300
Subtotal	**1.710.518**
Marcação a mercado	(1.528)
Total	**1.708.990**

Adições no exercício:

Modalidade	**Quantidade emitida**	**Liberado em 2023**	**Liberado líquido dos gastos de emissão**	**Pagamento de juros**	**Amortização do principal**	**Encargo financeiro e Taxa efetiva anual**
Moeda nacional						
IPCA						
10ª Emissão - EEELA0	450.000	450.000	450.000	Semestral	Série única: Em 3 parcelas anuais - out/2031, out/2032 e out/2023	IPCA + 6,1774%
CDI						
9ª Emissão - EEEL19	300.000	300.000	298.947	Semestral	Dezembro de 2026	CDI + 1,20%
		750.000	**748.947**			

Os recursos captados serão destinados para financiamento da dívida e capital de giro. **Condições restritivas:** As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. As debêntures captadas têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem: **Índices exigidos nas Informações contábeis intermediárias e anuais consolidadas da CPFL Energia:** · Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

18.1 Características: A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: **(i) "Plano CEEEPREV":** O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados. Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável. Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes. Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. Sobre o acórdão proferido, as Partes apresentaram no próprio TJRS Embargos de Declaração contra o acórdão de Apelação a fim de obter esclarecimentos, os quais foram desacolhidos. Ato contínuo, todas as partes envolvidas apresentaram recursos Especiais e Extraordinários, respectivamente, ao STJ e STF. Em juízo de admissibilidade, o TJRS inadmitiu todos os Recursos Extraordinários e Especiais apresentados, com exceção do Recurso Especial apresentado pela Fundação Família Previdência. Ainda, ao Recurso da Fundação Família Previdência, atribuiu-se efeito suspensivo para manter vigentes as cláusulas do regulamento do Plano que atribuem às Patrocinadoras a responsabilidade pelo pagamento integral das contribuições extraordinárias, o qual foi posteriormente revogado. Atualmente, foram apresentados Agravos de Instrumento para subida do Recurso Especial e Extraordinário e pedido liminar de efeito suspensivo ao STJ o qual foi acolhido, determinando até julgamento final do Recurso Especial: I) a suspensão da debatida cobrança e/ou pagamento de contribuições no âmbito do Plano CEEEPREV, sem que haja a observância da paridade contributiva; II) admitir a exigibilidade do custeio de metade do déficit constituído anteriormente à prolação da sentença de parcial procedência, suspendendo qualquer bloqueio ou medida constritiva nas contas da requerente, com relação à parte excedente. Em atendimento às decisões proferidas no Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, a controlada, desde março de 2022, vem recolhendo sua contribuição extraordinária de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. Em face da implementação da decisão, a Fundação Família Previdência ajuizou Tutela Cautelar (Processo nº 5179986-58.2023.8.21.0001) na qual requer seja concedida tutela provisória para determinar que o Banrisul promova a execução do Contrato de Garantias em face das Patrocinadoras dos planos de benefício de previdência complementar, conforme termo celebrado entre as partes, transferindo o numerário à conta corrente de titularidade da Fundação, até o limite de R$ 147.036.919,51, dos quais R$ 72.430.030,80 são discutidos como dívida da CEEE-T frente ao Plano CEEEPREV. Em análise do pedido liminar, o juiz de primeira instancia deferiu a referida medida, limitada a R$ 145.050.105,01, excluídos os valores da CEEE-G, em face do que a Companhia apresentou o recurso competente. Em 08 janeiro de 2024, abrangido pela decisão liminar concedida pelo STJ na ação nº 5051477-51.2019.8.21.0001, foi proferida decisão que suspende os efeitos da tutela anteriormente deferida e determinou ao Banrisul o desbloqueio dos valores constritos. O valor envolvido na ação judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março/22 a dezembro de 2023 o valor de R$ 92.075 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado na provisão de perdas do plano. Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021 e demais decisões judiciais, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **(ii) "Plano Único":** O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados. Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária. **(iii) "Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP":** Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido:

	Controladora 31/12/2023			
	Plano Único	**CTP**	**CEEEPREV BD**	**Total**
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.391.131	3.405	2.421.746	3.816.282
Valor justo dos ativos do plano	(903.617)	–	(1.359.252)	(2.262.869)
Passivo atuarial (líquido) reconhecido no balanço	**487.514**	**3.405**	**1.062.494**	**1.553.413**
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	(282.004)	–	(523.833)	(805.837)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	**205.510**	**3.405**	**538.661**	**747.576**

	Controladora 31/12/2022			
	Plano Único	**CTP**	**CEEEPREV BD**	**Total**
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.358.357	3.335	2.252.981	3.614.673
Valor justo dos ativos do plano	(889.288)	–	(1.465.818)	(2.355.106)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	**469.069**	**3.335**	**787.163**	**1.259.567**
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	(274.221)	–	(495.115)	(769.336)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	**194.848**	**3.335**	**292.048**	**490.231**

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Controladora			
	Plano Único	**CTP**	**CEEEPREV BD**	**Total**
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	**1.247.745**	**3.857**	**1.901.248**	**3.152.850**
Custo do serviço corrente bruto	(15.067)	–	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigação atuarial	74.329	383	120.105	194.817
Contribuições de participantes vertidas no exercício	31	–	1.378	1.409
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	–	–	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	(19.129)	(80.459)
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	(16.465)	–	(82.219)	(98.684)
Benefícios pagos no ano	(145.704)	–	(194.704)	(340.408)
Benefício pago diretamente pela empresa	–	(308)	–	(308)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	**1.084.136**	**3.335**	**1.757.866**	**2.845.337**
Custo do serviço corrente bruto	(33)	–	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigação atuarial	67.042	328	111.805	179.175
Contribuições de participantes vertidas no exercício	–	–	866	866
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.272
Efeito *risk sharing* (Parcela atribuída aos participantes)	(7.783)	–	(28.718)	(36.501)
Benefícios pagos no ano	(147.778)	–	(208.510)	(356.288)
Benefício pago diretamente pela empresa	–	(308)	–	(308)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	**1.109.127**	**3.405**	**1.897.913**	**3.010.445**

	Controladora			
	Plano Único	**CTP**	**CEEEPREV BD**	**Total**
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	**(951.605)**	**–**	**(1.403.182)**	**(2.354.787)**
Rendimento esperado no exercício	(46.559)	–	(74.394)	(120.953)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(31)	–	(1.378)	(1.409)
Contribuições de patrocinadoras	(14.296)	–	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	–	(135.162)	(157.663)
Benefícios pagos no exercício	145.704	–	194.704	340.408
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	**(889.288)**	**–**	**(1.465.112)**	**(2.354.400)**
Rendimento esperado no exercício	(43.061)	–	(72.386)	(115.447)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	–	–	(866)	(866)
Contribuições de patrocinadoras	(32.562)	–	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(86.484)	–	39.761	(46.723)
Benefícios pagos no exercício	147.778	–	208.510	356.288
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	**(903.617)**	**–**	**(1.359.252)**	**(2.262.869)**

18.3 Movimentações dos passivos registrados: As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora			
	Plano Único	**CTP**	**CEEEPREV BD**	**Total**
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	**296.140**	**3.857**	**498.066**	**798.063**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	12.703	383	45.304	58.390
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(14.296)	–	(45.700)	(59.996)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	–	–	31.594	31.594
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(60.733)	(597)	(19.129)	(80.459)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(22.501)	–	(135.162)	(157.663)
Efeito *risk sharing*	(16.465)	–	(82.219)	(98.684)
Benefício pago diretamente pela empresa	–	(308)	–	(308)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	**194.848**	**3.335**	**292.754**	**490.937**
Outras contribuições	–	–	(11.756)	(11.756)
Total passivo	**194.848**	**3.335**	**280.998**	**479.181**
Circulante	**194.848**	**3.335**	**280.998**	**479.181**
Não circulante	**194.848**	**3.335**	**280.998**	**479.181**

continua →★

continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	**194.848**	**3.335**	**292.754**	**490.937**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	23.948	328	29.344	53.620
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(32.562)	–	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	–	–	–	–
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.272
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(86.484)	–	39.761	(46.723)
Efeito *risk sharing*	(7.783)	–	(28.718)	(36.501)
Benefício pago diretamente pela empresa	–	(308)	–	(308)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	**205.510**	**3.405**	**538.661**	**747.576**
Outras contribuições	–	–	–	6.843
Total passivo	**205.510**	**3.405**	**538.661**	**754.419**
Circulante			**538.661**	**754.419**
Não Circulante			**538.661**	**754.419**

18.4 Contribuições e benefícios esperados: As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2024 estão apresentadas a seguir:

	2024
CPFL Transmissão - Plano Único	35.140
CPFL Transmissão - CTP	365
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	106.106
Total	**141.611**

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2033	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	139.706	141.507	142.966	144.172	869.822	1.438.173
CPFL Transmissão - CTP	365	356	343	327	1.459	2.850
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	205.571	210.195	215.631	221.281	1.423.901	2.276.579
Total	**345.642**	**352.058**	**358.940**	**365.780**	**2.295.182**	**3.717.602**

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada: Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2023 e 2022 são como segue:

	2024 estimadas			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço	–	–	(370)	(370)
Juros sobre obrigações atuariais	64.148	313	112.586	177.047
Rendimento esperado dos ativos do plano	(41.332)	–	(63.599)	(104.931)
Total da despesa (receita)	**22.816**	**313**	**48.617**	**71.746**
	2023 realizadas			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(33)	–	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigações atuariais	67.042	338	111.805	179.185
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.061)	–	(72.386)	(115.447)
Total da despesa (receita)	**23.948**	**338**	**29.344**	**53.630**
	2022 realizadas			
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço	(15.067)	–	(407)	(15.474)
Juros sobre obrigações atuariais	74.329	383	119.399	194.111
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.559)	–	(74.394)	(120.953)
Total da despesa (receita)	**12.703**	**383**	**44.598**	**57.684**

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Plano Único e CEEEPREV BD	
	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BREMS sb v.2015 (****)	BR-EMSsb v.2021 MF (-10) (****)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(****) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plara o Plano Único é AT-2000 por sexo.

18.6 Ativos do plano: A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Família Previdência			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2023	2022	2023	2022
Renda fixa	**72%**	**67%**	**72%**	**65%**
Títulos públicos federais	59%	58%	62%	56%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	4%	1%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	3%	1%	3%
Fundos de investimento multimercado	11%	3%	9%	1%
Renda variável	**15%**	**19%**	**14%**	**21%**
Fundos de investimento em ações	15%	19%	14%	21%
Investimentos estruturados	**8%**	**7%**	**10%**	**9%**
Fundos de investimento multimercado	8%	7%	10%	9%
Cotados em mercado ativo	**94%**	**94%**	**97%**	**96%**
Imóveis	**1%**	**1%**	**1%**	**1%**
Operações com participantes	**3%**	**3%**	**3%**	**4%**
Outros ativos	**2%**	**2%**	**-1%**	**-1%**
Depósitos judiciais e outros	2%	2%	-1%	-1%
Não cotados em mercado ativo	**6%**	**6%**	**3%**	**4%**
	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos

	Família Previdência	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	76%	76%
Renda variável	10%	9%
Imóveis	1%	1%
Empréstimos e financiamentos	3%	3%
Investimentos estruturados	10%	11%
	100%	**100%**

18.7 Análise de sensibilidade: As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	Plano Único	CEEEPREV BD	Total
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	26.601	54.541	81.142
	0,25 p.p.	(25.693)	(52.417)	(78.110)
Tábua de biométrica de mortalidade**	1 ano	(40.207)	(51.223)	(91.430)
	-1 ano	39.876	50.132	90.008

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,71%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,46% a.a. e 9,96% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da VIVEST e BREMS sb v.2015 (RGE) e BREMS sb v.2021 (CPFL-T) para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 Risco de investimento: Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia. Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

19. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	8.421	7.459	8.430	7.465
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	–	–	93	44
Recursos P&D	31.544	29.021	31.795	29.178
Recursos FNDCT	723	326	755	345
Recursos MME	361	318	377	328
Outras obrigações da concessão	32.299	–	32.299	–
Total circulante	**73.348**	**37.124**	**73.749**	**37.360**
Não circulante				
Recursos P&D	5.145	3.961	5.145	3.961
Subvenções investimentos	59.079	53.227	59.079	53.227
Outras obrigações da concessão	3	3	3	3
Total não circulante	**64.227**	**57.191**	**64.227**	**57.191**

Outras obrigações da concessão - o valor de R$ 32.299 refere-se a efeitos temporários recebidos via RAP e que serão devolvidos via Parcela de Ajuste (PA) no próximo ciclo tarifário.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS, TRIBUTÁRIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	298.056	169.031	233.752	111.237	298.203	169.031	233.919	111.237
Cíveis	10.306	1.882	10.998	1.041	32.282	1.882	30.209	1.041
Fiscais	18.278	3.135	16.287	4.706	18.278	3.135	16.287	4.706
Regulatórios	–	–	–	–	–	34.772	–	32.363
Total	**326.641**	**174.047**	**261.037**	**116.984**	**348.763**	**208.819**	**280.415**	**149.347**
Circulante	**–**		**9.321**		**–**		**9.321**	
Não Circulante	**326.641**		**251.716**		**348.763**		**271.094**	

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	233.752	105.533	(61.912)	(10.150)	30.834	298.056
Cíveis	10.998	3.481	(5.398)	(759)	1.985	10.306
Fiscais	16.287	1.041	(4.864)	(7)	5.821	18.278
Total	**261.037**	**110.054**	**(72.174)**	**(10.916)**	**38.640**	**326.641**
	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	233.918	105.534	(61.932)	(10.150)	30.834	298.203
Cíveis	30.210	5.708	(5.398)	(759)	2.521	32.281
Fiscais	16.287	1.041	(4.864)	(7)	5.821	18.278
Total	**280.415**	**112.282**	**(72.194)**	**(10.916)**	**39.176**	**348.763**
	Controladora					
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	171.948	159.542	(104.221)	(13.862)	20.345	233.752
Cíveis	13.595	22.280	(23.291)	(158)	(1.428)	10.998
Fiscais	14.147	935	(1.114)	(11)	2.331	16.288
Total	**199.690**	**182.757**	**(128.626)**	**(14.031)**	**21.248**	**261.037**
	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	172.076	159.587	(104.228)	(13.862)	20.345	233.918
Cíveis	30.796	25.510	(24.510)	(158)	(1.428)	30.210
Fiscais	14.147	935	(1.114)	(11)	2.331	16.287
Total	**217.019**	**186.032**	**(129.851)**	**(14.031)**	**21.248**	**280.415**

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos da Companhia, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios e processos judiciais é como segue: **a) Trabalhistas -** A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-T referem-se a diferenças salariais (parcelas que teriam sido calculadas de forma incorreta) complementação de proventos de aposentadoria, condenações solidárias, correto enquadramento salarial e outras, que são responsáveis pelas principais movimentações na composição de riscos possíveis e prováveis. No decorrer de 2023 decisões desfavoráveis para empresa, resultaram na necessidade de constituição de prováveis perdas. **b) Cíveis -** A Companhia está sendo citada em processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se à complementação de planos de pensão, indenizações, desapropriação e revisão de contratos. **c) Tributárias -** O saldo provisionado de R$ 18.278 (R$ 16.287 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à maioria processos judiciais em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável. No dia 12 de janeiro de 2023, foi publicada a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023, que institui o Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRFL. O PRFL permite a transação de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal com recurso pendente de julgamento no âmbito de Delegacia da Receita Federal de Julgamento - DRJ, do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF e de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscrito em dívida ativa da União. O prazo de adesão foi de 1º de fevereiro de 2023 até o dia 31 de março de 2023. A transação dos créditos tributários em contencioso administrativo fiscal poderia ser realizada em modalidades com ou sem entrada, e com benefícios estabelecidos a partir do seu grau de recuperabilidade. Na Companhia, o valor total dos débitos recomendados para inclusão foi de R$ 7.494 (todos casos de perda provável) distribuídos em 7 processos administrativos com mais de 10 anos de tramitação. Foi protocolado o pedido de adesão ao PRFL e agora está pendente de homologação por parte da Receita Federal. A expectativa é de que o valor do débito seja reduzido para 2,8 MM. **Perdas possíveis:** A Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a existência de fatos ou fundamentos doutrinários e jurisprudenciais que apoiam a tese da empresa, muito embora ainda não consolidados. Por não haver, ainda, tendência firme nas decisões dos tribunais, nenhuma provisão foi constituída.

21. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

21.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Crédito (Débito) de contribuição social		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(144.136)	(127.392)
Subtotal	**(144.136)**	**(127.392)**
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(400.377)	(353.868)
Subtotal	**(400.377)**	**(353.868)**
Total	**(544.513)**	**(481.260)**

21.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	32.526	90.349	27.445	76.236
Entidade de previdência privada	(2.212)	(6.145)	(2.212)	(6.145)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	398	1.106	721	2.002
Provisão relacionada a pessoal	716	1.989	396	1.101
Derivativos	(2.379)	(6.607)	–	–
Instrumentos financeiros	–	–	–	–
CRC NTNB TRANCHE (Ajuste Financeiro)	(6.979)	(19.385)	(6.602)	(18.338)
Registro de concessões - Ajuste Financeiro (IFRS / CPC)	(172.726)	(479.795)	(148.513)	(412.535)
Outros	6.520	18.111	1.372	3.811
Total	**(144.136)**	**(400.377)**	**(127.392)**	**(353.868)**

21.3 Expectativa do período de recuperação: A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	Controladora
Expectativa de recuperação	
2023	43.476
2024	14.752
2025	12.304
2026	12.304
2027	12.304
2028 a 2030	36.896
a partir 2031	24.575
Total	**156.610**

continua

continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	Controladora			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**790.999**	**790.999**	**1.157.545**	**1.157.545**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(135.923)	(135.923)	54.219	54.219
Juros sobre o capital próprio	(91.800)	(91.800)	(95.000)	(95.000)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(2.846)	(5.897)	1.838	1.951
Base de cálculo	**560.430**	**557.380**	**1.118.602**	**1.118.715**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	**(50.439)**	**(139.345)**	**(100.674)**	**(279.679)**
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	1.162	3.227	34.670	96.304
Total	**(49.277)**	**(136.118)**	**(66.005)**	**(183.374)**
Corrente	**(32.958)**	**(90.786)**	**(13.322)**	**(37.034)**
Diferido	**(16.319)**	**(45.332)**	**(52.683)**	**(146.341)**

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Obrigações com Obras da Transmissão	–	6.134	–	6.134
Contas a Pagar Judicial	8.035	5.629	8.035	5.629
Adiantamento de Clientes	2.319	2.121	2.319	2.121
Contas a Pagar para CEEE-D e CEEE-G	4.390	4.390	4.390	4.390
Provisões Sócio Ambientais	20.214	11.399	20.214	11.399
Arrendamentos a Pagar	672	1.554	672	1.554
Outros Credores	15.309	12.245	15.770	12.623
Total circulante	**50.939**	**43.472**	**51.400**	**43.850**
Não circulante				
Provisões Sócio Ambientais	38.061	47.493	38.061	47.493
Provisão do Contrato Oneroso	–	–	23.234	53.087
Provisão para perda Investimento	–	–	26.297	26.297
Arrendamentos a Pagar	4.528	5.200	4.528	5.200
Outros Credores	2.551	8.207	2.571	8.228
Total não circulante	**45.139**	**60.901**	**94.692**	**140.305**

Provisão Socioambiental: refere-se a licenças e obrigações socioambientais relacionadas a concessão. **Provisão de Contrato Oneroso -** Em função do atraso nas obras e de aumento dos custos relacionados ao contrato de concessão referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010 da controlada TESB, apurou-se uma provisão para contrato oneroso no valor de R$ 23.234 (R$ 53.087 em 31 de dezembro de 2022), baseada na obrigação dos pagamentos deduzida das respectivas receitas relacionadas ao contrato. Estes valores são contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim distribuída:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2023						31/12/2022	
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL CONE SUL	9.480.088	100	112.356	100	9.592.444	100	9.592.444	100
Total	**9.480.088**	**100**	**112.356**	**100**	**9.592.444**	**100**	**9.592.444**	**100**

23.1 Gestão de Capital: A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador. A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA. Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 1,87 vezes o EBITDA em 2023 (1,88 vezes em 2022), menor do que no ano anterior, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. **23.2 Reserva de Capital:** Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 é de (R$ 17.293), que compreende: i) resgate compulsório de ações (R$ 15.666) e ii) alteração na participação sem alteração no controle (R$ 1.627). **23.3 Reserva de Lucros:** O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 526.753, que compreende: i) Reserva Legal de R$ 112.499; ii) Reserva Dividendos não Distribuídos de 354.367 e iii) Reserva de lucros a realizar de 59.887. **23.4 Outros Resultados Abrangentes:** Os saldos compõem-se de:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.941)	(5.049)
Perda Atuarial	(600.053)	(295.005)
	(601.994)	(300.055)

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento. **23.5 Distribuição de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio:** A Companhia está propondo para o exercício de 2023, o montante de R$ 65.801 de dividendo mínimo obrigatório e R$ 368.008 de dividendo adicional proposto. Em 2023, foram aprovadas declarações de JCP, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023, conforme: (i) AGE de 31 de março de 2023 o montante de R$ 24.000, (ii) AGE de 30 de junho de 2023 o montante de R$ 24.300, (iii) AGE de 30 de setembro de 2023 o montante de R$ 11.000 e (iiii) AGE de 29 de dezembro de 2023 o montante de R$ 32.500. Em 2023, a Companhia efetuou pagamento de dividendos no montante de R$ 707.917.459,41 e juros sobre capital próprio R$ 131.155. **23.6 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido base para destinação	**605.604**
Reserva legal	(30.280)
Reserva de lucro a realizar	(49.714)
Juros sobre capital próprio	(91.800)
Dividendos Mínimo Obrigatório	(65.801)
Dividendo Adicional Proposto	(368.008)

24. LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação - básico e diluído: O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	Controladora		
	31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	598.511	7.093	605.604
Denominador Básico			
Média das Ações	9.480.088	112.356	9.592.444
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R$	63,13	63,13	63,13
	31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	897.529	10.637	908.166
Denominador Básico			
Média das Ações	9.506.875	112.356	9.619.231
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R$	94,41	94,68	94,41

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) para as ações ordinárias	598.510	897.529
Lucro (Prejuízo) para as ações preferenciais	7.093	10.637
	605.604	908.166
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.480.088	9.480.088
Ações Preferenciais	112.356	112.356
	9.592.444	9.592.444
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação - R$	63,13	94,68

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita Operacional				
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual **(25.1)**	463.621	874.031	494.387	890.890
Receita de Operação e Manutenção	709.835	537.910	722.674	545.135
Receita com construção da infraestrutura	820.269	268.757	842.891	292.416
Outras Receitas **(25.2)**	24.263	355.202	24.263	334.024
	2.017.988	**2.035.900**	**2.084.215**	**2.062.464**
Deduções da Receita Operacional				
PIS/COFINS	(118.200)	(107.554)	(119.630)	(108.389)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(91.996)	(97.708)	(91.996)	(97.708)
Encargos Setoriais **(25.3)**	(35.519)	(42.095)	(36.786)	(42.874)
Outras deduções	(3.187)	(4.265)	(3.187)	(4.265)
Total deduções da Receita operacional	**(248.902)**	**(251.622)**	**(251.599)**	**(253.236)**
Receita Operacional Líquida	**1.769.086**	**1.784.277**	**1.832.616**	**1.809.228**

25.1 Remuneração/Atualização do ativo contratual - refere-se à receita de remuneração do ativo contratual reconhecida com base na taxa implícita de cada contrato de transmissão mencionados na nota 10. Nesta rubrica também são incluídas as atualizações monetárias relacionados aos contratos de concessão, vigentes desde 1º de julho de 2023 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.067/2023. **25.2 Outras Receitas** - o saldo de R$ 355.202 em 31 de dezembro de 2022 refere-se a remensuração do ativo de contrato oriundo a RTP - Revisão tarifária periódica. **25.3 Encargos Setoriais** - os encargos setoriais são previstos em lei, e definidos na regulação da ANEEL, sendo destinados à pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização do serviço de energia Elétrica (TFSE), compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH) e demais encargos ao consumidor.

26. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
					Despesas Operacionais					
	Custo de Operação		Custo Com Serviço Prestado a Terceiros		Gerais e Administrativas		Outros		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(94.761)	(142.805)	–	–	(20.918)	(26.213)	–	–	(115.679)	(169.018)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(53.630)	(64.624)	–	–	–	(612)	–	–	(53.630)	(65.236)
INSS - Empregador	(18.728)	(21.052)	–	–	(2.306)	(2.511)	–	–	(21.034)	(23.563)
Administradores	(6.683)	(1.305)	–	–	230	(3.174)	–	–	(6.453)	(4.479)
Subtotal Pessoal/Administradores	(173.802)	(229.786)	–	–	(22.994)	(32.510)	–	–	(196.796)	(262.296)
Total Pessoal e Administradores	(173.802)	(229.786)	–	–	(22.994)	(32.510)	–	–	(196.796)	(262.296)
Material	(4.673)	(2.490)	–	–	(2.938)	(2.243)	–	–	(7.611)	(4.733)
Serviço de Terceiros	(16.725)	(19.452)	–	–	(56.066)	(43.140)	–	–	(72.791)	(62.592)
Custo de Construção	–	–	(582.927)	(198.376)	–	–	–	–	(582.927)	(198.376)
Contribuições e Subvenções	–	–	–	–	–	(12)	–		–	(12)
Despesas de Locação	1.953	1.036	–	–	(6.184)	(6.737)	–	–	(4.231)	(5.701)
Seguros	–	(419)	–	–	(409)	(4)	–	–	(409)	(423)
Tributos	–	(471)	–	–	(2.146)	(9.741)	–	–	(2.146)	(10.212)
Provisão para Contingência Trabalhista	–	–	–	–	–	–	(52.197)	(66.774)	(52.197)	(66.774)
Provisão para Contingência Cível	–	–	–	–	–	–	259	(5.130)	259	(5.130)
Provisão para Contingência Fiscal	–	–	–	–	–	–	2.492	(3.947)	2.492	(3.947)
Outras Provisões	–	–	–	–	–	–	7.327	(8.266)	7.327	(8.266)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	–	–	–	–	–	–	(17.508)	(574)	(17.508)	(574)
Provisão para realização de AFAC	–	–	–	–	–	–	–	94.303	–	94.303
Outros	(42)	(25)	–	–	(36)	(342)	5.775	(774)	5.697	(1.141)
Total	**(193.289)**	**(251.607)**	**(582.927)**	**(198.376)**	**(90.773)**	**(94.729)**	**(53.852)**	**8.838**	**(920.841)**	**(535.874)**

	Consolidado									
					Despesas Operacionais					
	Custo de Operação		Custo Com Serviço Prestado a Terceiros		Gerais e Administrativas		Outros		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	(94.761)	(142.805)	–	–	(20.918)	(26.213)	–	–	(115.679)	(169.018)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(53.630)	(64.624)	–	–	–	(612)	–	–	(53.630)	(65.236)
INSS - Empregador	(18.728)	(21.052)	–	–	(2.306)	(2.511)	–	–	(21.034)	(23.563)
Administradores	(6.683)	(1.305)	–	–	203	(3.300)	–	–	(6.480)	(4.605)
Subtotal Pessoal/Administradores	(173.802)	(229.786)	–	–	(23.021)	(32.636)	–	–	(196.823)	(262.422)
Total Pessoal e Administradores	**(173.802)**	**(229.786)**	**–**	**–**	**(23.021)**	**(32.636)**	**–**	**–**	**(196.823)**	**(262.422)**
Material	(4.701)	(2.494)	–	–	(2.938)	(2.245)	–	–	(7.639)	(4.739)
Serviço de Terceiros	(17.859)	(23.114)	–	–	(59.603)	(45.292)	–	–	(77.462)	(68.406)
Custo de Construção	–	–	(510.057)	(240.069)	–	–	–	–	(510.057)	(240.069)
Contribuições e Subvenções		–	–	–	–	(12)	–	–	–	(12)
Despesas de Locação	1.821	1.036	–	–	(6.184)	(6.740)	–	–	(4.363)	(5.704)
Seguros	–	(419)	–	–	(615)	(229)	–	–	(615)	(648)
Tributos	–	(471)	–	–	(2.323)	(9.917)	–	–	(2.323)	(10.388)
Provisão para Contingência Trabalhista	21	–	–	–	–	–	(52.197)	(66.774)	(52.176)	(66.774)
Provisão para Contingência Cível	16	–	–	–	–	–	259	(5.130)	275	(5.130)
Provisão para Contingência Fiscal	–	–	–	–	–	–	2.492	(3.947)	2.492	(3.947)
Outras Provisões	–	–	–	–	–	–	7.327	(8.266)	7.327	(8.266)
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	–	–	–	–	–	–	(17.508)	(574)	(17.508)	(574)
Provisão para realização de AFAC	–	–	–	–	–	–	–	94.303	–	94.303
Outros	(129)	(50.393)	–	–	(37)	(342)	5.775	(774)	5.609	(51.509)
Total	**(194.633)**	**(305.641)**	**(510.057)**	**(240.069)**	**(94.721)**	**(97.413)**	**(53.852)**	**8.838**	**(853.263)**	**(634.285)**

27. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Outras Receitas				
Ganho nas Alienações de Materiais	935	14.243	935	14.243
Outras	204	(1.214)	204	(1.214)
Total	**1.139**	**13.029**	**1.139**	**13.029**
Outras Despesas				
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(1.311)	(17.894)	(1.311)	(17.894)
Outras	(567)	(14.397)	(567)	(2.685)
Total	**(1.878)**	**(32.291)**	**(1.878)**	**(20.579)**

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	47.687	41.603	54.553	42.337
Acréscimos e multas moratórias	147	150	149	160
Atualização de depósitos judiciais	8.681	10.301	8.681	10.301
Atualizações monetárias e cambiais **(28.1)**	18.439	112.592	18.439	112.592
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.212)	(3.480)	(3.212)	(3.480)
Outros	2.225	11.991	4.752	15.101
Total	**73.967**	**173.157**	**83.362**	**177.011**
Despesas				
Encargos de dívidas **(28.3)**	(166.368)	(92.810)	(166.368)	(93.347)
Atualizações monetárias e cambiais **(28.2)**	5.158	(35.996)	2.376	(35.996)
Atualização Contingências Judiciais Trabalhista	(30.834)	(16.524)	(30.834)	(16.524)
Atualização Contingências Judiciais Fiscais	(5.821)	(2.298)	(5.821)	(2.298)
Atualização Contingências Judiciais Civeis	(1.985)	965	(1.985)	965
Derivativos **(28.4)**	(33.169)	–	(33.169)	–
Outros	(25.247)	(26.080)	(25.738)	(26.106)
Total	**(258.266)**	**(172.743)**	**(261.539)**	**(173.307)**
Resultado financeiro	**(184.299)**	**414**	**(178.177)**	**3.704**

28.1 Receitas com atualizações monetárias e cambiais no montante de R$ 18.439 (R$ 112.592 em 31 dezembro 2022) reflexo devido a liquidação total dos empréstimos (AFD e BID) ocorrida no exercício de 2022. **28.2** Despesas com atualizações monetárias e cambiais no montante de R$ 5.158 (R$ 35.996, em 31 de dezembro de 2022) refere-se a despesas com derivativos, devido a liquidação total dos empréstimos (AFD e BID) ocorrida no exercício de 2022. **28.3** Despesas com encargos de dívidas no montante R$ 166.368 (R$ 92.810 em 31 de dezembro de 2022), aumento refere-se principalmente a encargos e atualização monetária de empréstimos e debêntures, o reflexo é devido a novas captações em 2023. **28.4** Derivativos no montante de R$ 33.169, aumento refere-se principalmente a novas captações de empréstimos e debêntures ocorridos em 2023.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A., que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A.. Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CPFL-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. **b) Alocação de despesas entre empresas:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários e compartilhamento. **c) Materiais e Prestação de Serviços e Outras operações:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras. A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Instituição Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência

continua

continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Privada. A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R$ 6.842 (R$ 4.804 em 2022). Este valor é composto por R$ 5.629 (R$ 3.644 em 2022) referente a benefícios de curto prazo, R$ 96 (R$ 54 em 2022) de benefícios pós-emprego e R$ 1.116 de outros benefícios de longo prazo. Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
Empresas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.109	–	4.317	3.332	7.437	–	21.036	10.158
Materiais e Prestação de Serviços							–	
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.219	235	5.261	11.089	11.816	22.270	94.639	16.481
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	27.625	–	–	–	–	–
Disponibilização do Sistema de Transmissão								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	4.329	4.604	–	–	384.629	354.981	–	–
Outras operações financeiras								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	7	7	–	–	–	7	–	–
Outras								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	–	–	–	- 94.303	–	–
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	11.465	–	–	–	–	–	8.882	–
Fundação Eletroceee	–	–	–	8.905	–	–	–	6.973

30. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2023
Ativo vinculado à Concessão	Riscos Nomeados	391.000
Transporte	Nacional e Internacional	35.894
Responsabilidade Civil	Geral, Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e Resp. Civil Profissional (E&O)	30.000
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	111.777
Garantia	Seguro Garantia	29.816
Outros	D&O	150.000
Total		**748.486**

31. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia: • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração: • Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento; • Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados. • Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e; • Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe: • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por: • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos; • Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas; • Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite; • Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios; • Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e • Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, e acionamento das garantias fornecidas pelos clientes da CCEE quando necessário. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** A Transmissora recebera pela prestação de serviço público de transmissão o pagamento da receita anual permitida (RAP), de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia descrita nas cláusulas do contrato. Uma vez a ANEEL revisando e homologando a Receita Anual Permitida, a transmissora aplica as condições de cobrança para as concessionárias e permissionárias. A receita assim fixada, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão da RAP, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

				Controladora 31/12/2023		Consolidado 31/12/2023	
	Nota Explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	(a)	Nível 2	263.595	263.595	374.296	374.296
Investimentos em Títulos do Governo	6	(a)	Nível 1	63.131	63.131	88.352	88.352
Derivativos	32	(a)	Nível 2	39.131	39.131	39.131	39.131
				365.857	365.857	501.779	501.779
Passivos							
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos(**)	16	(a)	Nível 2 (***)	402.854	402.854	402.854	402.854
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2	1.270.459	1.263.748	1.270.459	1.263.748
Debêntures - principal e encargos(**)	17	(a)	Nível 2	454.578	454.578	454.578	454.578
Derivativos	32	(a)	Nível 2	20.430	20.430	20.430	20.430
Total				**2.148.321**	**2.141.610**	**2.148.321**	**2.141.610**

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.
(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R$ 7.727 em 31 de dezembro de 2023.
(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7.

Legenda
Categoria/Mensuração
(a) - Valor justo contra o resultado
(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são: • Ativos financeiros: (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (iii) serviços prestados a terceiros. • Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **b) Instrumentos derivativos:** O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção *(hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas, conforme apresentado nas notas 16 e 17. Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16 e 18). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap,* todas negociadas no mercado de balcão:

	Valores de mercado (contábil)								
Estratégia	**Ativo**	**Passivo**	**Valores justos, líquidos**	**Valores a custo, líquidos (1)**	**Ganho (Perda) na marcação a mercado**	**Moeda / indexador dívida**	**Moeda / indexador swap**	**Faixa de vencimento**	**Nocional**
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários	–	(20.430)	(20.430)	(13.196)	(7.234)	USD + 4,4906%	CDI +1,25%	dez/25	416.195
	–	**(20.430)**	**(20.430)**	**(13.196)**	**(7.234)**				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	39.131	–	39.131	(1.202)	40.333	IPCA + 6,1774%	CDI + 0,619%	abr/24 a out/33	450.000
	39.131	**–**	**39.131**	**(1.202)**	**40.333**				
Total	**39.131**	**(20.430)**	**18.701**	**(14.398)**	**33.099**				
Circulante	**104**	**–**							
Não circulante	**39.027**	**(20.430)**							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.
(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	–	4.373	(18.771)	(14.398)
Marcação a mercado	–	33.099	–	33.099
Total	**–**	**37.472**	**(18.771)**	**18.701**
Ativo - circulante	**–**			**104**
Ativo - não circulante	**–**			**39.027**
Passivo - não circulante	**–**			**(20.430)**

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17). O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2023 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado 2023
Variação de taxas de juros	(7.234)
Marcação a mercado	6.199
Variação cambial	40.333
Marcação a mercado	1.528
	40.826

c) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **d) Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado: **d.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

			Controladora		
			Receita (despesa)		
Instrumentos	**Exposição (a)**	**Risco**	**Depreciação cambial (b)**	**Apreciação cambial de 25% (c)**	**Apreciação cambial de 50% (c)**
Instrumentos financeiros passivos	(402.854)		(16.759)	88.144	193.048
Derivativos - *swap plain vanilla*	411.732		17.129	(90.087)	(197.302)
	8.878	baixa dolar	**370**	**(1.943)**	**(4.254)**
Total	**8.878**		**370**	**(1.943)**	**(4.254)**
Efeitos no resultado do período			**370**	**(1.943)**	**(4.254)**

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem ativas, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **d.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

					Consolidado		
						Receita (Despesa)	
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Taxa no Período**	**Taxa Cenário Provável (A)**	**Cenário Provável**	**Elevação/ Redução de Índice em 25% (B)**	**Elevação/ Redução de Índice em 50% (B)**
Instrumentos financeiros ativos	88.352				3.083	8.071	5.381
Instrumentos financeiros passivo	(456.106)				(15.918)	(41.666)	(27.777)
Derivativos - swap plain vanilla	516.296				18.019	47.164	31.443
	148.542	baixa IPCA	4,62%	3,49%	**5.184**	**13.569**	**9.046**
Instrumentos financeiros passivo	(1.272.950)				(128.695)	(160.869)	(193.043)
Derivativos - swap plain vanilla	(909.327)				(91.933)	(114.916)	(137.900)
	(2.182.277)	alta CDI	11,65%	10,11%	**(220.628)**	**(275.785)**	**(330.942)**
Total	**(2.033.736)**				**(215.444)**	**(262.216)**	**(321.896)**
Efeitos no resultado do período					**(215.444)**	**(262.216)**	**(321.896)**

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

continua

continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. (b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável. **e) Risco de crédito:** O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Concessionárias e Permissionárias: A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Fatores macroeconômicos: Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito. Derivativos: O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção *(hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 34.b). A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. **f) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1 - 3 meses	3 meses a 1 ano	1 - 3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	141.677	301	625	693	2	1.528	144.827
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	–	–	47.550	446.856	–	–	494.405
Derivativos	32	–	–	–	20.430	–	–	20.430
Derivativos		–	–	–	20.430	–	–	20.430
Derivativos - juros		–	–	–	–	–	–	–
Debêntures - principal e encargos	17	–	26.207	139.005	628.426	836.640	995.487	2.625.765
Obrigação da Concessão	19	9.329	–	32.474	–	–	–	41.804
Outros	22	560	–	–	–	–	–	560
Concessionarias		560	–	–	–	–	–	560
Total		**151.566**	**26.508**	**219.654**	**1.096.405**	**836.642**	**997.015**	**3.327.791**

33. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

		Consolidado				
Obrigações contratuais em 31/12/2023	**Duração**	**Menos de 1 ano**	**1-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Projetos de construção de infraestrutura	6	426.031	395.092	29.345	462	850.930
Fornecedores de materiais e serviços	6	111.931	74.413	27.499	58	213.901
Total		**537.962**	**469.505**	**56.845**	**520**	**1.064.832**

34. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

34.1 Reajuste Tarifário Anual ("RTA"): A REH nº 3.216, de 04 de julho de 2023, estabeleceu as RAPs da CPFL Transmissão e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. A RAP do Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R$ 1,122 bilhão, representando um incremento na ordem de 20% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2022-2023). Este aumento é devido, principalmente ao último ciclo do reperfilamento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) que incrementou em 112% o componente. (em milhares de reais).

REH 3.067/2022 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBSE (**)	Baixas e ajustes	Parcela de ajuste	REH 3.216/2023
933.599	36.677	3.279	150.190	-1.724	-53.167	1.068.854

(*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA
(**) Incremento do componente financeiro

A Receita Homologada líquida (de PIS e COFINS) total da CPFL Transmissão, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001 e nº 080/2002 (CEEE-T), nº 003/2013 - CPFL TRANSMISSÃO (Piracicaba), nº 006/2015 - MORRO AGUDO, nº 020/2018 - MARACANAÚ, nº 005/2019 - CPFL SUL I e nº 011/2019 - CPFL SUL II e da controlada TESB, nº 001/2001, apresenta a seguinte composição:

(em milhares de reais)

	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT					
Contrato de Concessão	RBSE	RBNI	RBL	RPC	RCDM	RPEC	Parcela Ajuste	Total 2024 (*)	Total 2023 (*)
055/2001	731.897	155.876	–	157.222	77.025	–	-53.167	1.068.854	917.241
080/2002	–	–	21.435	–	–	–	-446	20.989	21.733
001/2011	–	–	34.413	–	–	2.818	-6.026	31.204	24.009
003/2013	–	–	12.356	–	–	3.073	-255	15.173	14.137
006/2015	–	–	16.252	–	–	2.807	-392	18.667	17.531
020/2018	–	–	9.372	–	–	1.287	-193	10.466	10.362
005/2019	–	–	34.856	–	–	–	-682	34.174	–
011/2019	–	–	40.967	–	–	2.220	-2.414	40.772	–
	731.897	**155.876**	**169.651**	**157.222**	**77.025**	**12.203**	**-63.576**	**1.240.300**	**1.005.103**

(*) Valores homologados considerando a Parcela de ajuste - PA

34.2 Revisão Tarifária Periódica ("RTP"): O Despacho ANEEL nº 402/23 de 14 de fevereiro de 2023 postergou o escopo total da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, repercutindo no Contrato de Concessão nº 055/2001(CEEE-T) e, adiou parcialmente o escopo da RTP de 2023 da RAP das concessionárias de transmissão licitadas, exclusivamente no que se refere aos Reforços e Melhorias, afetando o contrato nº 003/2013 da CPFL Piracicaba.

Em 13 de junho de 2023, foi publicada a REH nº 3.205/2023 que homologou o resultado parcial da Revisão Tarifária Periódica dos Contratos de Concessão outorgados mediante licitação, na modalidade de leilão público. Em consonância com o DSP 402/2023, foi realizada a revisão da RAP ofertada no Leilão do contrato nº 003/2013, CPFL-T Piracicaba, através do recálculo do Custo de Capital de Terceiros (rp). O índice de reposicionamento do contrato nº 003/2013 alcançou +**7,87%**. Entretanto, este índice não foi aplicado no reajuste tarifário das transmissoras em 2023 e, conforme DSP ANEEL nº 4.675/2023, será incluído no reajuste do ciclo 2024/2025 com efeitos retroativos. **Contrato de Concessão nº 004/2021- Cachoeirinha 3:** Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação comercial no contrato estava prevista para 30 de setembro de 2024, porém, em 26 de novembro de 2023, foi energizada de forma antecipada com receita de R$ 10.739.259,16 (dez milhões, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos). **Contrato de Concessão nº 001/2011- TESB:** Em 28 outubro de 2023, foi energizada a última obra da subsidiária TESB, a LT 230kV PORTO ALEGRE 9/PORTO ALEGRE 8, resultando no montante de receita da concessão de R$ 43.161.248,90 (quarenta e três milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa centavos). **34.3 Parcela Variável Descontada:** A Parcela Variável (PV) foi constituída como um incentivo à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica e consiste em um desconto sobre a remuneração mensal das concessionárias com base na disponibilidade e na capacidade operativa dos ativos. Como resultado dessa apuração realizada pelo ONS, referente ao ano de 2023, a Companhia alcançou a sexta melhor colocação, dentre as nove maiores transmissoras com contratos de concessão renovados no país, com um desconto de 1,223% da Receita Anual Permitida (RAP).

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 28 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou a incorporação reversa de sua controladora direta CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("Cone Sul"), uma empresa limitada de capital fechado. A incorporação foi aprovada pelos acionistas das duas sociedades em assembleias gerais extraordinárias realizadas no mesmo dia, e teve como objetivo simplificar a estrutura societária do grupo CPFL Energia, gerando sinergias operacionais e administrativas. A incorporação não teve efeito sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Diretoria

ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA – Diretor Presidente
CELSO GUIMARÃES FILHO – Diretor de Operações
YUEHUI PAN – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
JOSÉ ALEXANDRE ALMEIDA SERRA – Diretor de Engenharia
FU LI – Diretor Presidente Adjunto

Contabilidade

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros - CRC 1SP 321353/O-4

Conselho de Administração

KARIN REGINA LUCHESI – Presidente
ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA – Conselheiro
BRUNO AUGUSTO PEREIRA ROVEA – Conselheiro
FUTAO HUANG – Conselheiro
XINJIAN CHEN – Conselheiro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração do ativo contratual e correspondente receita de remuneração/ atualização do ativo contratual (Notas 3.2 e 10)

O ativo contratual da concessão refere-se ao direito da Companhia e de sua controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. à contraprestação em decorrência do cumprimento das obrigações de desempenho relacionadas a construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão, e a operação e manutenção dessas estruturas. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento por parte da administração sobre o critério de apuração e remuneração do ativo.

Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos, quando aplicável, para identificação das obrigações de desempenho e entendimento das condições pactuadas nos contratos de concessão, os preços e os prazos definidos.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, incluindo a determinação das margens de lucro, das taxas de desconto aplicadas e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Uma empresa CPFL Energia

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Companhia Aberta

www.grupocpfl.com.br

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2023, a RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência as demandas de 3,1 milhões de clientes, em 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 3,3% em relação ao exercício de 2022, com destaque para a classe industrial, que registrou uma queda de 14,4%.

A RGE, em 2023, recebeu a premiação da ANEEL na categoria Região Sul, para concessionárias acima de 400 mil unidades consumidoras.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde - muito maior que a inicialmente esperada - contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de descompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros nas alturas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis da Americanas no início do ano impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação só começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no apagar das luzes do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

Tarifas de energia elétrica

Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2023:

Como resultado da Consulta Pública nº 9/2023, em 13 de junho de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3.206, a ANEEL aprovou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da RGE, em vigor desde 19 de junho de 2023, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 1,67%, sendo 7,22% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e -5,55% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 6,79% e da Parcela B de 0,43%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 1,10%, sendo de -3,99%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 3,72%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Clientes: a RGE encerrou o ano com 3,1 milhões de clientes, com acréscimo de 31 mil consumidores, representando um crescimento de 1,0%.

Em 2023, as vendas para o mercado cativo totalizaram 11.390 GWh, uma queda de 3,3% em relação a 2022.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2023 foi de 51,9% para a classe residencial, 14,6% para a classe comercial e 9,5% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

• Classe Residencial: crescimento de 2,7%, devido à melhora da massa de renda real e o incremento de unidades consumidoras em 2023 quando comparado ao ano de 2022. Em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída);

• Classe Comercial: redução de 6,2%, refletindo o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e menores temperaturas registradas em 2023, quando comparado ao ano de 2022;

• Classe Industrial: redução de 14,4%, refletindo a desaceleração da produção industrial, a migração de clientes cativos para o mercado livre e o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída).

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2023, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a RGE obteve em 2023 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 77,9, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee, resultado 7,7 pontos (ou 8,0%) acima do resultado de 2022. O índice foi superior à média nacional de 72,5, e fez com que a empresa subisse da 13ª para a 7ª posição no ranking de sua categoria.

Fornecimento de energia: a RGE desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2023, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 8,63 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,98 vezes.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R$ 14.713 milhões em 2023, representando uma redução de 0,5% (R$ 80 milhões), decorrente das seguintes reduções: (i) de 23,2% (R$ 441 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (ii) de 4,1% (R$ 393 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (iii) de 18,9% (R$ 101 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos seguintes aumentos: (iv) de 346,2% (R$ 461 milhões) no ativo e passivo financeiro setorial; (v) de 16,9% (R$ 385 milhões) em outras receitas; e de 3,5% (R$ 10 milhões) no suprimento de energia elétrica.

As deduções da receita operacional foram de R$ 4.429 milhões em 2023, representando um aumento de 1,8% (R$ 77 milhões). A receita operacional líquida foi de R$ 10.284 milhões no ano, representando uma redução de 1,5% (R$ 157 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2023, o EBITDA foi de R$ 2.860 milhões, representando um aumento de 9,1% (R$ 239 milhões), devido às seguintes reduções: (i) de 23,2% (R$ 441 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; (ii) de 1,1% (R$ 54 milhões) no custo com energia elétrica. Essas reduções foram parcialmente compensadas pelas seguintes variações: (i) aumento de 8,3% (R$ 99 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

√ Aumento de 18,9% (R$ 74 milhões) nas despesas com pessoal;
√ Aumento de 4,6% (R$ 5 milhões) nas despesas com material;
√ Aumento de 11,6% (R$ 36 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
√ Redução de 3,1% (R$ 11 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
√ Redução de 38,8% (R$ 6 milhões) em entidade de previdência privada.

Além disso, houve uma redução de 1,5% (R$ 157 milhões) na receita operacional líquida.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA*

	2023	2022
Lucro Líquido	**1.124.512**	**1.065.789**
Amortização	515.596	474.783
Resultado Financeiro	608.457	501.841
Contribuição Social	162.782	153.772
Imposto de Renda	448.387	424.710
EBITDA*	**2.859.735**	**2.620.896**

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido: a RGE apurou lucro líquido de R$ 1.125 milhões em 2023, representando um crescimento de 5,5% (R$ 59 milhões), refletindo o aumento de 9,1% (R$ 239 milhões) no EBITDA. Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 21,2% (R$ 107 milhões) na despesa financeira líquida; (ii) de 5,7% (R$ 33 milhões) no imposto de renda e contribuição social; e (iii) de 8,6% (R$ 41 milhões) em amortização.

Endividamento: no final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da RGE atingiu R$ 7.256 milhões, representando um aumento de 7,6%.

5. INVESTIMENTOS

No ano, foram investidos R$ 1.488 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A RGE desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro de 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 2, 4, 6, 9, 14 em janeiro de 2024. Mais informações em: https://ri.cpfl.com.br/ > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: https://ri.cpfl.com.br/ > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2023, temos como principal destaque a manutenção da Certificação ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética para Fornecedores, bem como da Instrução do Programa de Integridade, e ainda; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a aplicação do formulário de conflito de interesses para especialistas, coordenadores e cargos gerenciais e acima, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Política Anticorrupção e fomento da cultura de integridade", "Assédio moral e tratamento desrespeitoso", "Assédio sexual e importunação sexual", e "Código de Conduta Ética para fornecedores", dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a RGE atua, em 2023 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração**: foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, por meio de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando cerca de 3.600 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) RGE nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando cerca de 35 mil pessoas; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital - alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 813 mil espectadores; **(iv) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, alcançando mais de 10 mil espectadores; **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital - alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 2 gravações especiais comemorativas, uma em Porto Alegre e outra em Campinas. Ao todo, ao longo de 2023, foram 154 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube; **(vi) Voluntariado:** o programa atendeu 6 ONGs ao longo do ano; e **(vii) Eficiência Energética (0,5% da ROL):** em 2023 foram investidos R$ 37,9 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R$ 7,1 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 1.559 clientes; (b) substituição de 30.068 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); e (c) 1.061 trocadores de calor. Foram executados, também, projetos educacionais (d) RGE nas Escolas, que beneficiou 12.931 alunos e capacitou 1.144 professores do ensino fundamental e médio no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R$ 4,7 milhões. Tivemos ainda, (e) a realização de projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 1.403 pontos de Iluminação por LED, com um investimento total de R$ 6,4 milhões. Por fim, (f) investimento de R$ 18,7 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão e substituição de geladeiras tradicionais por freezers científicos em unidades de saúde.

Gestão de Recursos Humanos: em 2023, treinamos 1.013 colaboradores da base ativa. Foram 3.937 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para formação de eletricistas ao longo do ano, foram 11 turmas, 268 participantes, 267 aprovados e 267 contratados.

Rede de Valor: em 2023, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 98 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela RGE para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de *covenants* financeiros
Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário
Licença de software e prestação de serviços de suporte técnico

A contratação dos auditores independentes, conforme Estatuto Social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da RGE Sul agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

continua →

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	289.851	464.913
Títulos e valores mobiliários	6	84.646	615
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.501.016	1.219.024
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	102.825	25.465
Outros tributos a compensar	8	127.235	132.966
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	811.851	541.208
Derivativos	32	47.774	39.714
Ativo financeiro setorial	9	130.933	52.746
Estoques		20.743	30.167
Outros ativos	12	366.243	336.620
Total do circulante		**3.483.118**	**2.843.438**
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	52.610	58.168
Depósitos judiciais	21	84.695	93.954
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	403	403
Outros tributos a compensar	8	170.910	172.572
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	1.131.885	1.963.226
Ativo financeiro setorial	9	113.565	55.675
Derivativos	32	238.820	128.930
Ativo financeiro da concessão	11	9.352.489	8.010.390
Outros ativos	12	28.712	19.043
Ativo contratual	13	944.845	614.740
Intangível	14	1.955.604	2.263.970
Total do não circulante		**14.074.538**	**13.381.071**
Total do ativo		**17.557.656**	**16.224.509**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	15	923.133	890.460
Empréstimos e financiamentos	16	534.107	491.124
Debêntures	17	284.265	130.440
Entidade de previdência privada	18	17	–
Taxas regulamentares	19	25.835	9.292
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	–	22.425
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	137.298	66.007
Dividendo e juros sobre capital próprio	29	267.072	185.718
Obrigações estimadas com pessoal		41.349	38.556
Passivo financeiro setorial	9	527.433	134.653
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	413.695	250.942
Outras contas a pagar	22	485.105	545.918
Total do circulante		**3.639.307**	**2.765.534**
Não circulante			
Fornecedores	15	219.560	244.771
Empréstimos e financiamentos	16	3.281.856	3.089.830
Debêntures	17	3.358.199	3.124.420
Entidade de previdência privada	18	60.175	90.209
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	9.878	9.154
Débitos fiscais diferidos	10	416.614	322.552
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	232.583	208.196
Derivativos	32	84.659	78.634
Passivo financeiro setorial	9	144.152	98.267
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	1.261.704	2.069.786
Outras contas a pagar	22	145.590	155.174
Total do não circulante		**9.214.971**	**9.490.993**
Patrimônio líquido	**23**		
Capital social		2.853.248	2.842.391
Reserva de capital		152.248	163.105
Reserva legal		344.299	288.073
Reserva de lucros a realizar		643.574	355.275
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		768.989	404.100
Dividendo		6.027	–
Resultado abrangente acumulado		(65.007)	(84.962)
Total do patrimônio líquido		**4.703.378**	**3.967.983**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**17.557.656**	**16.224.509**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	**25**	**10.283.920**	**10.440.750**
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	**26**	**(4.678.176)**	**(4.731.691)**
Custo com operação		**(977.793)**	**(897.931)**
Amortização		(420.855)	(378.321)
Outros custos com operação	27	(556.938)	(519.609)
Custo do serviço prestado a terceiros	**27**	**(1.457.332)**	**(1.897.880)**
Lucro operacional bruto		**3.170.618**	**2.913.248**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		**(277.199)**	**(257.095)**
Amortização		(5.595)	(5.781)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(70.584)	(85.430)
Outras despesas com vendas	27	(201.020)	(165.884)
Despesas gerais e administrativas		**(409.502)**	**(363.913)**
Amortização		(37.047)	(38.581)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(372.455)	(325.332)
Outras despesas operacionais		**(139.779)**	**(146.127)**
Amortização do intangível da concessão		(52.099)	(52.099)
Outras despesas operacionais	27	(87.679)	(94.028)
Resultado do serviço		**2.344.139**	**2.146.113**
Resultado financeiro	**28**		
Receitas financeiras		351.004	474.867
Despesas financeiras		(959.461)	(976.709)
		(608.457)	**(501.841)**
Lucro antes dos tributos		**1.735.681**	**1.644.271**
Contribuição social	10	(162.782)	(153.772)
Imposto de renda	10	(448.387)	(424.710)
		(611.169)	**(578.482)**
Lucro líquido do exercício		**1.124.512**	**1.065.789**
Lucro liquido básico e diluído por ação ordinária - R$	24	**999,19**	**947,01**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros: Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.831.534**	**173.962**	**234.784**	**–**	**–**	**591.850**	**(136.508)**	**–**	**3.695.623**
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	1.065.789	1.065.789
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	54.011	–	54.011
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	(2.466)	–	(2.466)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	53.289	–	–	–	–	(53.289)	–
Constituição da reserva de lucros a realizar	–	–	–	355.275	–	–	–	(355.275)	–
Constituição de reserva de capital de giro	–	–	–	–	404.100	–	–	(404.100)	–
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário	–	–	–	–	–	–	–	(67.407)	(67.407)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	(591.850)	–	–	(591.850)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(185.718)	(185.718)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.842.391**	**163.105**	**288.073**	**355.275**	**404.100**	**–**	**(84.962)**	**–**	**3.967.983**
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	1.124.512	1.124.512
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	21.851	–	21.851
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	(1.896)	–	(1.896)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	–	56.226	–	–	–	–	(56.226)	–
Constituição da reserva de lucros a realizar	–	–	–	288.299	–	–	–	(288.299)	–
Constituição de reserva de capital de giro	–	–	–	–	506.889	–	–	(506.889)	–
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário - AGE 20/06/2023	–	–	–	–	(142.000)	–	–	–	(142.000)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	6.027	–	(6.027)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(267.072)	(267.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.853.248**	**152.248**	**344.299**	**643.574**	**768.989**	**6.027**	**(65.007)**	**–**	**4.703.378**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos	**1.735.681**	**1.644.271**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	515.596	474.783
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	107.769	97.149
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.584	85.430
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	318.127	55.054
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	9.850	16.095
Perda (ganho) na baixa de não circulante	84.137	92.320
	2.841.743	**2.465.102**
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(347.031)	28.530
Tributos a compensar	690.753	375.392
Depósitos judiciais	15.304	18.940
Ativo financeiro setorial	(127.191)	47.428
Contas a receber - CDE	(12.219)	(4.961)
Outros ativos operacionais	49.225	168.277
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	7.462	(176.291)
Outros tributos e contribuições sociais	153.524	(99.067)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(6.769)	(4.594)
Taxas regulamentares	16.542	240
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(94.383)	(112.735)
Passivo financeiro setorial	(442.916)	243.944
Contas a pagar - CDE	(8.164)	7.321
Outros passivos operacionais	(62.988)	106.644
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**2.672.892**	**3.064.170**
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(457.564)	(372.095)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(641.873)	(273.976)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**1.573.456**	**2.418.099**
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(460.748)	(191.669)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	373.046	178.224
Adições de ativo contratual	(1.487.668)	(1.955.912)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**(1.575.370)**	**(1.969.357)**
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	935.995	1.877.592
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(587.159)	(1.267.748)
Liquidação de operações com derivativos	(194.265)	(121.920)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(327.718)	(659.258)
Amortização de mútuo com controladas e coligadas	–	(134.932)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**(173.147)**	**(306.266)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(175.063)**	**142.476**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**464.913**	**322.437**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**289.851**	**464.913**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**1.124.512**	**1.065.789**
Outros resultados abrangentes	**19.955**	**51.546**
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	21.851	54.011
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(1.896)	(2.466)
Resultado abrangente do exercício	**1.144.467**	**1.117.335**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	2023	2022
1 - Receita	**14.642.810**	**14.707.509**
1.1 Receita de venda de energia e serviços	13.257.286	12.895.993
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.456.110	1.896.946
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70.584)	(85.430)
2 - (–) Insumos adquiridos de terceiros	**(7.468.096)**	**(7.840.591)**
2.1 Custo com energia elétrica	(5.229.539)	(5.276.707)
2.2 Material	(933.180)	(1.149.682)
2.3 Serviços de terceiros	(905.785)	(1.093.370)
2.4 Outros	(399.592)	(320.832)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**7.174.714**	**6.866.918**
4 - Retenções	**(517.395)**	**(476.300)**
4.1 Amortização	(465.296)	(424.201)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(52.099)	(52.099)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**6.657.318**	**6.390.618**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**355.454**	**498.294**
6.1 Receitas financeiras	355.454	498.294
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**7.012.772**	**6.888.913**
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	**465.055**	**401.113**
8.1.1 Remuneração direta	272.913	229.501
8.1.2 Benefícios	175.063	156.132
8.1.3 F.G.T.S	17.080	15.479
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**4.418.341**	**4.398.762**
8.2.1 Federais	2.752.176	2.647.498
8.2.2 Estaduais	1.662.723	1.749.890
8.2.3 Municipais	3.442	1.374
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**1.004.864**	**1.023.249**
8.3.1 Juros	970.689	995.653
8.3.2 Aluguéis	34.175	27.596
8.4 Remuneração de capital próprio	**1.124.512**	**1.065.789**
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	273.099	253.125
8.4.2 Lucros retidos	851.413	812.664
	7.012.772	**6.888.913**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período. A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,1 milhões de consumidores. **1.1 Mudanças climáticas:** Como posicionamento frente às Mudanças climáticas, Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro a partir de 2025[1], reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures - TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). [1] Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025. **1.2 Capital circulante líquido negativo:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, o capital circulante líquido negativo de R$ 156.189, sendo que, caso necessário, potenciais aprovações de financiamento serão realizadas. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ("www.aneel.gov.br") e da Companhia ("www.cpfl.com.br") a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 23 de fevereiro de 2024. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados); • Nota 9 - Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens); • Nota 10 - Débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 32); • Nota 12 - Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 14 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 16 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 17 - Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 18 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 20 - Impostos, taxas e contribuições a recolher (incertezas sobre os tributos sobre o lucro); • Nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e • Nota 32 - Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo). Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Segmento operacional:** A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional. **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas. **3.2 Contratos de concessão:** O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. **3.3 Instrumentos financeiros: - Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas: **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. **Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: • a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **- Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32. **- Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.4 Intangível e Ativo contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2. Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução n° 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47. **3.5 Redução ao valor recuperável ("*impairment*"): - Ativos financeiros:** A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses)*, contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. **- Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros com vida útil indefinida como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*. **3.6 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.7 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características: i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano. **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente compete à Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.9 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.11 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício. **3.12 Subvenção governamental - CDE:** As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente aos valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários - nota 25.3). As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. **3.13 Ativo e passivo financeiro setorial:** Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis). A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. **3.14 Arrendamentos:** Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia. O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis:** A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia adotou as alterações ao CPC 32 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras: **(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1)):** Em maio de 2022, a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. **(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima:** Para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras, e não adotará os relatórios de sustentabilidade e clima de forma voluntária e antecipada para 2024.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora. O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos bancários	44.753	34.501
Aplicações financeiras	245.098	430.412
Aplicação de curtissímo prazo (a)	4.882	–
Títulos de crédito privado (b)	182.398	430.412
Fundos de investimento (c)	57.818	–
Total	**289.851**	**464.913**

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) ("CDB's") no montante de R$ 150.068 (R$ 354.544 em 31 de dezembro de 2022) e (ii) operações compromissadas em debêntures R$ 32.330 (R$ 75.868 em 31 de dezembro de 2022), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,00% do ("CDI") (100,81% do CDI em 31 de dezembro de 2022). c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 100,38% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2023	31/12/2022
Através de fundos de investimentos	84.646	615
Total	**84.646**	**615**

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R$ 84.646, cuja remuneração equivalente, na média de 100,38% do CDI e R$ 615 em 31 de dezembro de 2022 cuja remuneração é equivalente, à média de 100% da TR.

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos	Vencidos		Total	
Circulante	**vincendos**	**até 90 dias**	**> 90 dias**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Classes de consumidores					
Residencial	372.318	172.400	25.343	570.061	477.509
Industrial	22.391	16.937	17.857	57.186	54.920
Comercial	83.178	27.251	26.389	136.818	114.624
Rural	54.773	15.671	11.912	82.356	81.247
Poder público	23.546	2.823	3.829	30.199	25.511
Iluminação pública	42.135	895	1.266	44.296	24.249
Serviço público	14.091	1.256	167	15.514	14.963
Faturado	**612.433**	**237.233**	**86.763**	**936.429**	**793.022**
Não faturado	572.667	–	–	572.667	421.331
Parcelamento de débito de consumidores	27.298	13.006	16.640	56.945	69.373
Operações realizadas na CCEE	13.325	–	–	13.325	10.624
Concessionárias e permissionárias	13.020	–	–	13.020	16.757
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(2.150)	–	–	(2.150)	(2.477)
Outros	131	–	–	131	1.799
	1.236.724	**250.239**	**103.404**	**1.590.367**	**1.310.429**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(89.350)	(91.405)
Total				**1.501.016**	**1.219.024**
Não circulante					
Precatórios	23.148	–	–	23.148	31.148
Parcelamento de débito de consumidores	29.461	–	–	29.461	27.021
Total	**52.610**	**–**	**–**	**52.610**	**58.168**

Parcelamento de débitos de consumidores - refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 (f). A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2021	**(110.379)**	**(17.099)**	**(127.478)**
Provisão revertida (constituída) liquida	(152.940)	128	(152.813)
Recuperação de receita	67.383	–	67.383
Baixa de contas a receber provisionadas	104.531	–	104.531
Saldo em 31/12/2022	**(91.405)**	**(16.972)**	**(108.377)**
Provisão revertida (constituída) liquida	(122.213)	14	(122.199)
Recuperação de receita	51.615	–	51.615
Baixa de contas a receber provisionadas	72.653	–	72.653
Saldo em 31/12/2023	**(89.350)**	**(16.958)**	**(106.308)**

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.563	–
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	12.142	–
Imposto de renda e contribuição social a compensar	87.119	25.465
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**102.825**	**25.465**
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	7.162	12.234
ICMS a compensar	117.503	118.375
Programa de integração social - PIS	456	416
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.103	1.920
Outros	11	22
Outros tributos a compensar	**127.235**	**132.966**
Total circulante	**230.059**	**158.431**
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	174	174
Imposto de renda a compensar - IRPJ	229	229
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**403**	**403**
ICMS a compensar	165.094	167.012
Programa de integração social - PIS	918	872
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.227	4.016
Outros	671	671
Outros tributos a compensar	**170.910**	**172.572**
Total não circulante	**171.313**	**172.974**

Antecipações de contribuição social - CSLL e Imposto de renda - IRPJ - refere-se ao recolhimento a maior de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2023. **Imposto de renda e contribuição social a compensar -** referem-se principalmente a constituição de crédito de imposto sobre lucro líquido e retenções de órgão público. **Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte -** refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras. **ICMS a compensar -** refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros. **8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:**

Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		
PIS sobre ICMS	144.817	95.175
COFINS sobre ICMS	667.035	446.033
Total circulante	**811.851**	**541.208**
Não circulante		
PIS sobre ICMS	201.904	351.562
COFINS sobre ICMS	929.981	1.611.664
Total não circulante	**1.131.885**	**1.963.226**
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		
PIS/COFINS devolução consumidores	413.695	250.942
Total circulante	**413.695**	**250.942**
Não circulante		
PIS/COFINS devolução consumidores	1.261.704	2.069.786
Total não circulante	**1.261.704**	**2.069.786**

Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002). Considerando as duas ações judiciais (RGE Sul "Processo judicial n° 5081703-26.2018.4.04.7100" e RGE "Processo judicial n° 5003290-12-2017.4.04.7107"), o montante total até dezembro de 2023 de ativos de tributos a compensar é de R$ 1.943.736 e do passivo com consumidores é de R$ 1.675.399. Para a RGE Sul "Processo judicial n° 5081703-26.2018.4.04.7100" os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.059.161 (R$ 1.685.452 em 31 de dezembro de 2022). Sendo que, entre julho de 2021 e dezembro de 2023 já foram compensados R$ 1.463.910. Em relação, ao saldo do passivo com consumidores atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 790.824, saldo este já considerando no reajuste tarifário de junho de 2021 (R$ 228.800), junho 2022 (R$ 657.746) e junho 2023 (R$ 887.749) (nota 9) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R$ 1.774.295. Ainda em 2021, tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal ("STF") que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado "praticamente certo", no 2º trimestre 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R$ 739.273 (R$ 755.750 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018), "Processo judicial n° 5003290-12-2017.4.04.7107"embora a ação desta empresa ainda não ter recebido a certificação do trânsito em julgado. O saldo atualizado até dezembro de 2023 é de R$ 884.575. Foi publicada a Lei nº 14.385 em 28 de junho de 2022, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento. Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL n° 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão. Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

9. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2022			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)		Recebimento	Saldo em 31/12/2023		
	Diferido	**Homo-logado**	**Total**	**Cons-tituição**	**Realização**	**Atualização monetária**	**Devolução do crédito de PIS/COFINS**	**CDE Eletrobrás**	**Diferido**	**Homo-logado**	**Total**
Parcela "A"	**106.559**	**142.402**	**248.961**	**23.989**	**(94.812)**	**19.258**	**–**	**(23.549)**	**246.526**	**(72.678)**	**173.848**
CVA (*)											
CDE (**)	(6.505)	(16.976)	(23.481)	(16.684)	33.701	(1.688)	–	(23.549)	3.019	(34.721)	(31.702)
Custos energia elétrica	(353.691)	(321.852)	(675.543)	(422.571)	583.458	(58.533)	–	–	(271.845)	(301.344)	(573.189)
ESS e EER (***)	(45.225)	172.098	126.873	114.593	(176.781)	6.049	–	–	50.971	19.762	70.734
Proinfa	–	21.604	21.604	(17.067)	(12.722)	(1.229)	–	–	–	(9.415)	(9.415)
Rede básica	146.292	35.318	181.609	295.363	(159.332)	30.602	–	–	234.975	113.267	348.243
Repasse de Itaipu	158.741	340.504	499.245	(135.390)	(389.594)	25.519	–	–	(78.212)	77.991	(221)
Transporte de Itaipu	9.575	(1.394)	8.181	35.347	(7.057)	2.358	–	–	29.732	9.098	38.830
Neutralidade dos encargos setoriais	23.418	(5.860)	17.558	28.376	13.202	515	–	–	66.896	(7.246)	59.650
Sobrecontratação	174.119	(81.040)	93.079	141.885	20.313	15.665	–	–	211.014	59.929	270.943
Bandeira Tarifária Faturada	(164)	–	(164)	139	–	–	–	–	(25)	–	(25)
Outros componentes financeiros	**(96.406)**	**(277.054)**	**(373.460)**	**(65.517)**	**729.996**	**(4.203)**	**(887.749)**	**–**	**(72.027)**	**(528.908)**	**(600.934)**
Devolução do crédito de PIS/COFINS	–	(319.853)	(319.853)	–	766.664	–	(887.749)	–	–	(440.939)	(440.939)
Outros	(96.406)	42.799	(53.607)	(65.517)	(36.667)	(4.203)	–	–	(72.027)	(87.969)	(159.996)
Total	**10.153**	**(134.653)**	**(124.499)**	**(41.528)**	**635.184**	**15.055**	**(887.749)**	**(23.549)**	**174.499**	**(601.587)**	**(427.087)**
Ativo circulante			52.746								130.933
Ativo não circulante			55.675								113.565
Passivo circulante			(134.653)								(527.433)
Passivo não circulante			(98.267)								(144.152)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"
(**) Conta de desenvolvimento energético
(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Neutralidade dos encargos setoriais:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS: conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.206 relativa ao RTP de 2023, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R$ 887.749. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no segundo trimestre de 2023 (nota 8.1). **(ii) Outros:** (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão, entre outros. **Recebimento - CDE Eletrobrás:** Conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2023 ocorreu em maio, cujo valor de R$ 23.549 foi homologado por meio do Despacho nº 1.120 de 24 de abril de 2023.

10. DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	228	20.449
Benefício fiscal do intangível incorporado	35.280	37.396
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(148.943)	(147.899)
Subtotal	**(113.435)**	**(90.054)**
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	634	59.677
Benefício fiscal do intangível incorporado	109.916	118.657
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(413.730)	(410.831)
Subtotal	**(303.179)**	**(232.498)**
Total	**(416.614)**	**(322.552)**

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de bases negativas e prejuízo fiscais, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros. **10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:** Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) - Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 4,11% ao ano. **10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:**

	31/12/2023		31/12/2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutiveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outras	21.313	59.203	19.153	53.202
Entidade de previdência privada	1.842	5.117	1.566	4.351
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.093	28.036	10.323	28.675
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	(1.055)	(2.931)	(805)	(2.237)
Provisão relacionada a pessoal	2.039	5.665	1.711	4.753
Marcação a Mercado - Derivativos	2.088	5.799	18.334	50.928
Marcação a Mercado - Dívidas	(9.284)	(25.790)	(24.266)	(67.405)
Derivativos	(19.928)	(55.355)	(26.534)	(73.707)
Registro da concessão - ajuste do intangível	1.202	3.340	1.516	4.212
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(202.097)	(561.381)	(165.083)	(458.564)
Outros	41.085	114.124	9.707	26.964
Diferenças temporariamente indedutiveis/ tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	3.644	10.123	6.621	18.393
Marcação a Mercado - Derivativos	70	194	109	302
Marcação a Mercado - Dívidas	(267)	(742)	(565)	(1.568)
Total	**(148.943)**	**(413.730)**	**(147.899)**	**(410.831)**

10.4 - Expectativa do período de recuperação: A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de bases negativas, prejuízos fiscais, diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	
2024	237.558
2025	72.598
2026	68.523
2027	83.539
Total	**462.218**

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**1.735.681**	**1.735.681**	**1.644.271**	**1.644.271**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(4.830)	(4.830)	(5.664)	(5.664)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	65.734	65.734	61.704	61.704
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	12.102	(3.132)	8.272	(1.472)
Base de cálculo	**1.808.687**	**1.793.453**	**1.708.583**	**1.698.839**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	**(162.782)**	**(448.363)**	**(153.772)**	**(424.710)**
Provisão para riscos fiscais	–	(24)	–	–
Total	**(162.782)**	**(448.387)**	**(153.772)**	**(424.710)**
Corrente	(142.120)	(385.258)	(75.842)	(206.102)
Diferido	(20.662)	(63.129)	(77.930)	(218.608)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social e diferidos registrados no resultado do exercício de R$ 83.791 (R$ 296.538 em 2022), refere-se a, (i) benefício fiscal do intangível incorporado de R$ 10.857 (R$ 10.857 em 2022), (ii) prejuízo fiscal e base negativa de R$ 79.263 (R$ 122.066 em 2022) e crédito de (iii) diferenças temporárias de R$ 6.329 (débito R$ 163.615 em 2022). **10.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	**(3.262)**	**(3.262)**	**(110.620)**	**(110.620)**
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(29.837)	(29.837)	28.785	28.785
Base de cálculo	**(33.099)**	**(33.099)**	**(81.835)**	**(81.835)**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	**2.979**	**8.275**	**7.365**	**20.459**
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	(2)	(5)	–	–
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	**2.977**	**8.270**	**7.365**	**20.459**
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	**2.872**	**2.872**	**3.736**	**3.736**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	**(258)**	**(718)**	**(336)**	**(934)**
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**2.718**	**7.552**	**7.029**	**19.525**

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2021	**5.904.078**
Transferência - ativo contratual	1.595.009
Transferência - intangível em serviço	885
Ajuste ao valor justo	559.063
Baixas	(48.646)
Saldo em 31/12/2022	**8.010.390**
Transferência - ativo contratual	961.735
Transferência - intangivel em serviço	(27.109)
Ajuste ao valor justo	462.815
Baixas	(55.342)
Saldo em 31/12/2023	**9.352.489**

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício. Em 2023, o valor das baixas de R$ 55.342 (R$ 48.646 em 2022) referem-se tanto a do ativo de R$ 29.344 (R$ 27.878 em 2022) como à baixa de sua respectiva atualização de R$ 25.998 (R$ 20.768 em 2022).

12. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos - fornecedores	15	256	–	–
Cauções, fundos e depósitos vinculados	35.541	29.417	–	–
Ordens em curso	147.273	168.303	–	–
Serviços prestados a terceiros	6.886	7.464	–	–
Despesas antecipadas	41.297	26.236	14.110	2.885
Contas a receber - CDE	80.097	67.878	–	–
Adiantamentos a funcionários	9.112	6.825	–	–
Arrendamentos e alugueis	29.890	21.613	–	–
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber	4.383	4.378	–	–
Outros	28.707	21.221	14.602	16.158
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(16.958)	(16.972)	–	–
Total	**366.243**	**336.620**	**28.712**	**19.043**

Ordens em curso - compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22).

Despesas antecipadas - refere-se principalmente à antecipação de despesas com PROINFA e licença de *software*.

Contas a receber - CDE - refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R$ 13.064 (R$ 13.997 em 31 de dezembro de 2022); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R$ 64.420 (R$ 51.200 em 31 de dezembro de 2022) (nota 25.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R$ 2.613 (R$ 2.681 em 31 de dezembro de 2022).

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

13. ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2021	**650.777**
Adições	1.978.276
Transferência - Intangível em serviço	(419.303)
Transferência - Ativo financeiro	(1.595.009)
Saldo em 31/12/2022	**614.740**
Adições	1.502.915
Transferência - Intangível em serviço	(211.075)
Transferência - Ativo financeiro	(961.735)
Saldo em 31/12/2023	**944.845**

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

14. INTANGÍVEL

	Direito de concessão			
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	**305.882**	**2.030.802**	**3.907**	**2.340.592**
Custo histórico	1.923.048	5.322.726	41.191	7.286.965
Amortização acumulada	(1.617.166)	(3.291.924)	(37.284)	(4.946.373)
Amortização	(52.099)	(412.572)	(1.418)	(466.090)
Transferência - ativo contratual	–	417.590	1.713	419.303
Transferência - ativo financeiro	–	(885)	–	(885)
Baixa e transferência - outros ativos	–	(28.950)	–	(28.950)
Saldo em 31/12/2022	**253.783**	**2.005.985**	**4.203**	**2.263.970**
Custo histórico	1.923.048	5.540.263	42.904	7.506.215
Amortização acumulada	(1.669.265)	(3.534.278)	(38.701)	(5.242.245)
Amortização	(52.099)	(458.185)	(1.566)	(511.851)
Transferência - ativo contratual	–	211.075	–	211.075
Transferência - ativo financeiro	–	27.109	–	27.109
Baixa e transferência - outros ativos	–	(34.699)	–	(34.699)
Saldo em 31/12/2023	**201.683**	**1.751.284**	**2.637**	**1.955.604**
Custo histórico	1.923.048	5.585.648	42.904	7.551.600
Amortização acumulada	(1.721.365)	(3.834.364)	(40.267)	(5.595.996)

Adquirido em Combinações de Negócios: Refere-se principalmente ao intangível decorrente de incorporações da AES Guaíba Empreendimentos e DOC 3 Participações S.A. A amortização deste intangível é efetuada pelo método linear conforme revisão do CPC 04 - Ativo Intangível.

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção para os ativos qualificáveis. No exercício de 2023 foram capitalizados R$ 13.448 (R$ 20.847 em 2022), a uma taxa média de 7,38% a.a. (7,13% a.a. em 2022) (nota 28).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2023 e 2022, não houve necessidade de provisão de recuperação.

15. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Encargos de serviço do sistema	17.892	393
Suprimento de energia elétrica	458.408	420.673
Encargos de uso da rede elétrica	173.154	154.244
Materiais e serviços	273.680	315.150
Total	**923.133**	**890.460**
Não circulante		
Suprimento de energia elétrica	158.798	177.032
Encargos de uso da rede elétrica	60.762	67.739
Total	**219.560**	**244.771**

Os montantes de suprimento de energia elétrica e Encargos de uso da rede elétrica registrados no não circulante são relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculados ao processo de exposição decorrente de preços entre submercados (nota 35).

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	2.216.290	–	(172.115)	196.681	–	(95.039)	2.145.817
Gastos com captação	(14.003)	–	–	3.149	–	–	(10.854)
Total moeda nacional	**2.202.287**	**–**	**(172.115)**	**199.830**	**–**	**(95.039)**	**2.134.963**
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.458.206	325.995	(327.006)	39.213	(87.395)	(38.704)	1.370.309
Iene	–	360.000	–	1.287	409	–	361.696
Marcação a mercado	(79.539)	–	–	28.534	–	–	(51.005)
Total moeda estrangeira	**1.378.667**	**685.995**	**(327.006)**	**69.034**	**(86.986)**	**(38.704)**	**1.681.000**
Total	**3.580.954**	**685.995**	**(499.121)**	**268.864**	**(86.986)**	**(133.744)**	**3.815.963**
Circulante	**491.124**						**534.107**
Não circulante	**3.089.830**						**3.281.856**

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
TJLP	427	–	(426)	6	–	(7)	–
IPCA	1.903.727	297.139	(114.794)	225.108	–	(94.892)	2.216.290
Gastos com captação	(17.179)	–	–	3.176	–	–	(14.003)
Total moeda nacional	**1.886.975**	**297.139**	**(115.220)**	**228.290**	**–**	**(94.899)**	**2.202.287**
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.692.701	–	(119.198)	31.541	(115.664)	(31.174)	1.458.206
Euro	187.339	–	(168.330)	193	(18.865)	(337)	–
Marcação a mercado	(48.284)	–	–	(31.255)	–	–	(79.539)
Total moeda estrangeira	**1.831.756**	**–**	**(287.528)**	**479**	**(134.529)**	**(31.511)**	**1.378.667**
Total	**3.718.732**	**297.139**	**(402.748)**	**228.769**	**(134.529)**	**(126.410)**	**3.580.954**
Circulante	**435.612**						**491.124**
Não circulante	**3.283.120**						**3.089.830**

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R$ 51.005 (R$ 79.539 em 31 de dezembro de 2022), que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R$ 53.495 (R$ 76.740 em 31 de dezembro de 2022), contratados para proteção da variação cambial (nota 32.b), geraram uma perda total líquida não realizada de R$ 2.490 (ganhos R$ 2.799 em 31 de dezembro de 2022).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	2.145.817	2.216.290	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Gastos com captação		(10.854)	(14.003)		
Total moeda nacional		**2.134.963**	**2.202.287**		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US$ + de 1,8258% a 4,732% e US$ + Sofr 3 meses + 0,87%	1.370.309	1.458.206	2021 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Iene	Iene + de 0,9250%	361.696	–	2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(51.005)	(79.539)		
Total moeda estrangeira		**1.681.000**	**1.378.667**		
Total		**3.815.963**	**3.580.954**		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 79% a 83% do CDI.

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
2025	1.121.708
2026	743.798
2027	1.461.836
Subtotal	**3.327.342**
Marcação a mercado	(45.486)
Total	**3.281.856**

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

	Variação acumulada %		% da dívida	
Indexador	2023	2022	31/12/2023	31/12/2022
IPCA	5,19	7,17	55,95	61,50
CDI	12,65	13,65	44,05	38,50
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Valor	Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro/ Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda estrangeira						
Empréstimo bancário - Lei 4131	177.354	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2025	Capital de giro	USD + 4,732%	CDI + 1,25%
Empréstimo bancário - Lei 4131	148.641	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2025	Capital de giro	USD + 4,4906%	CDI + 1,25%
Empréstimo bancário - Lei 4131	360.000	Semestral	Parcela única em Julho de 2026	Capital de giro	YEN + 0,925%	CDI + 1,40%
	685.995					

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais *(cross default)*, dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

• Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

• Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,

• EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

17. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.719.109	–	–	236.579	(236.430)	1.719.258
IPCA	177.893	–	(88.038)	9.815	(7.044)	92.627
Gastos com captação	(5.977)	–	–	1.375	–	(4.602)
Total ao custo	**1.891.025**	**–**	**(88.038)**	**247.769**	**(243.474)**	**1.807.283**
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.560.188	250.000	–	156.082	(80.346)	1.885.924
Marcação a mercado	(196.354)	–	–	145.611	–	(50.743)
Total ao valor justo	**1.363.834**	**250.000**	**–**	**301.693**	**(80.346)**	**1.835.181**
Total	**3.254.860**	**250.000**	**(88.038)**	**549.462**	**(323.820)**	**3.642.464**
Circulante	**130.440**					**284.265**
Não circulante	**3.124.420**					**3.358.199**

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.489.897	1.090.000	(865.000)	179.457	(175.245)	1.719.109
IPCA	168.163	–	–	18.662	(8.932)	177.893
Gastos com captação	(26.836)	(2.547)	–	23.407	–	(5.977)
Total ao custo	**1.631.223**	**1.087.453**	**(865.000)**	**221.526**	**(184.177)**	**1.891.025**
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.001.805	493.000	–	126.891	(61.508)	1.560.188
Marcação a mercado	(97.169)	–	–	(99.185)	–	(196.354)
Total ao valor justo	**904.637**	**493.000**	**–**	**27.705**	**(61.508)**	**1.363.834**
Total	**2.535.860**	**1.580.453**	**(865.000)**	**249.232**	**(245.685)**	**3.254.860**
Circulante	**159.762**					**130.440**
Não circulante	**2.376.098**					**3.124.420**

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R$ 50.743 (R$ 196.354 em 31 de dezembro de 2022), acrescidos dos ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R$ 33.906 (perdas R$ 128.179 em 31 de dezembro de 2022), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R$ 84.649 (ganhos R$ 68.175 em 31 de dezembro de 2022).

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 1,20% a 1,40%	1.719.258	1.719.109	2021 a 2028	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA+ 5,35%	92.627	177.893	2017 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(4.602)	(5.977)		
Total mensuradas ao custo		**1.807.283**	**1.891.025**		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + 4,30% a 6,17%	1.885.924	1.560.188	2022 a 2033	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		**(50.743)**	**(196.354)**		
Total mensuradas ao valor justo		**1.835.181**	**1.363.834**		
Total		**3.642.464**	**3.254.860**		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo variam, CDI + 1,20% a 1,58% e IPCA + 5,49%.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
2025	144.144
2026	1.289.844
2027	200.428
2028	460.692
2029 a 2031	1.316.817
Subtotal	**3.411.925**
Marcação a mercado	(53.726)
Total	**3.358.199**

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberado em 2023	Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro /Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda nacional							
IPCA							
15ª Emissão	250.000	250.000	Semestral	3 Parcelas anuais a partir de outubro 2031	Investimento	IPCA + 6,1774%	CDI + 0,43%
	250.000	**250.000**					

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

• Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.

• EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada, que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A.), sendo conforme abaixo:

18.1 - Características:

"Plano 1" (Plano Único da incorporada): Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018, conforme mencionado na nota 1; e

"Plano 2" (Plano Único da incorporadora): Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação Família Previdência.

Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de "contribuição definida", sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela companhia a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras.

18.2 - Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2023		31/12/2022	
	Plano 1	*Plano 2*	*Plano 1*	*Plano 2*
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	471.126	634.759	439.609	589.674
Valor justo dos ativos do plano	(473.065)	(500.813)	(468.394)	(499.466)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	**(1.939)**	**133.947**	**(28.785)**	**90.209**
Efeito do limite maximo de reconhecimento de ativo	1.939	–	28.785	–
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	–	(73.755)	–	–
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	**–**	**60.192**	**–**	**90.209**

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Plano 1	*Plano 2*
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	**472.498**	**622.201**
Custo do serviço corrente bruto	(79)	1.367
Juros sobre obrigação atuarial	42.801	56.456
Contribuições de participantes vertidas no exercício	160	565
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	10.647	–
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(52.349)	(45.221)
Benefícios pagos no exercício	(34.069)	(45.694)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	**439.609**	**589.674**
Custo do serviço corrente bruto	(80)	848
Juros sobre obrigação atuarial	43.830	58.821
Contribuições de participantes vertidas no exercício	164	739
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	–	(73.755)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	23.182	32.825
Benefícios pagos no exercício	(35.579)	(48.148)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	**471.126**	**561.004**
	Plano 1	***Plano 2***
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	**(451.414)**	**(482.733)**
Rendimento esperado no exercício	(40.933)	(43.517)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(160)	(565)
Contribuições de patrocinadoras	(2.308)	(2.286)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.648)	(16.049)
Benefícios pagos no exercício	34.069	45.694
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	**(468.394)**	**(499.466)**
Rendimento esperado no exercício	(46.955)	(49.605)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(164)	(739)
Contribuições de patrocinadoras	(2.304)	(4.481)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	9.173	5.320
Benefícios pagos no exercício	35.579	48.158
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	**(473.065)**	**(500.813)**

18.3 - Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Plano 1	*Plano 2*	*Plano 1*	*Plano 2*
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	**–**	**90.209**	**21.084**	**139.458**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(214)	10.064	1.789	14.306
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(2.304)	(4.481)	(2.308)	(2.286)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	–	(73.755)	–	–
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	–	–	10.647	–
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	23.182	32.825	(52.349)	(45.221)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	9.173	5.330	(7.648)	(16.049)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(29.837)	–	28.785	–
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	**–**	**60.192**	**–**	**90.209**
Circulante		17		–
Não circulante		60.175		90.209

18.4- Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2024 estão apresentadas no montante de R$ 2.220 (plano 1) e R$ 5.681 (plano 2).

Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação Família Previdência nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	Plano 1	Plano 2
2024	38.010	50.444
2025	39.240	51.958
2026	40.441	53.467
2027	41.701	55.040
2028 a 2033	274.774	364.910
Total	**434.166**	**575.819**

Em 31 de dezembro de 2023, a duração média da obrigação do benefício definido foi 9,6 anos (Plano 1) e 11,1 anos (Plano 2).

18.5 - Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2024 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2023 e 2022, são como segue:

	2024 estimadas		2023 realizadas		2022 realizadas	
	Plano 1	*Plano 2*	*Plano 1*	*Plano 2*	*Plano 1*	*Plano 2*
Custo do serviço	(2.130)	(716)	(80)	848	(79)	1.367
Juros sobre obrigações atuariais	43.901	52.024	43.830	58.821	42.801	56.456
Rendimento esperado dos ativos do plano	(44.305)	(46.569)	(46.955)	(49.605)	(40.933)	(43.517)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	188	–	2.991	–	–	–
Total da despesa (receita)	**(2.346)**	**4.739**	**(214)**	**10.064**	**1.789**	**14.306**

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Planos 1 e 2	
	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,73% a.a.(*)	5,88% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015 (-10) (**)	BR-EMS sb v.2015 (-20) (**)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,30% em 2023 e de 4,45% em 2022.

(**) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plara RGE Sul é BR-EMSsb v.2021 por sexo.

18.6 - Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, administrados pela Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2024, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2023.

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	Plano 1		Plano 2	
	2023	2022	2023	2022
Renda fixa	**79%**	**75%**	**79%**	**74%**
Títulos públicos federais	66%	66%	64%	64%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	3%	1%	3%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	2%	1%	3%
Fundos de investimento multimercado	11%	4%	13%	4%
Renda variável	**8%**	**12%**	**9%**	**14%**
Fundos de investimento em ações	8%	12%	9%	14%
Investimentos estruturados	**9%**	**9%**	**8%**	**8%**
Fundos de investimento multimercado	9%	9%	8%	8%
Cotados em mercado ativo	**97%**	**97%**	**96%**	**96%**
Imóveis	**1%**	**1%**	**1%**	**1%**
Operações com participantes	**2%**	**2%**	**3%**	**3%**
Outros ativos	**0%**	**0%**	**0%**	**0%**
Depósitos judiciais e outros	0%	0%	0%	0%
Não cotados em mercado ativo	**3%**	**3%**	**4%**	**4%**

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Metas 2024 - Fundação Família Previdência	
	Plano 1	*Plano 2*
Renda fixa	81,4%	80,5%
Renda variável	6,0%	6,0%
Imóveis	0,8%	0,9%
Empréstimos e financiamentos	1,8%	2,6%
Investimentos estruturados	10,0%	10,0%
	100,0%	**100,0%**

A meta de alocação para 2024 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2023 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2024, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos é o Estudo de Asset Liability Management - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nos segmentos das classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazo, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 - Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

• Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 11.401 no plano 1 e R$ 15.714 no plano 2 (redução de R$ 10.931 no plano 1 e R$ 15.051 no plano 2).

• Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R$ 8.715 no plano 1 e R$ 12.608 no plano 2 (aumento de R$ 8.480 no plano 1 e R$ 12.307 no plano 2).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,71% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,46% a.a. e 9,96% a.a..

As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 - Risco de investimento:

Os planos de benefícios da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia tem sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2023: a) redução de risco; b) aquisição de títulos públicos na curva; c) redução na exposição do Segmento de Renda Variável, e além disso, foi iniciada a estratégia de redução de duration dos planos, com migração dos Títulos Públicos - NTN-Bs com vencimento mais longos para vértices mais curtos. A Fundação Família Previdência utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test").

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down.* Adicionalmente, para avaliar a exposição à risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

19. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.315	1.355
Conta de desenvolvimento energético - CDE	24.042	7.937
Bandeiras tarifárias e outros	477	1
Total	**25.835**	**9.292**

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	–	14.659	7.730	7.138
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	–	7.766	2.148	2.016
Total	**–**	**22.425**	**9.878**	**9.154**

	Circulante	
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	55.744	–
Programa de integração social - PIS	11.372	8.412
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	52.666	39.138
Outros	17.516	18.456
Total	**137.298**	**66.007**

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS - a redução em 2022 deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar n° 194/2022, que foram: (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Adicionalmente, o saldo a pagar também foi reduzido em razão da liberação pela Sefaz/SP de créditos acumulados de ICMS (artigo 73 e seguintes do RICMS). Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 que determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente, a partir de 18 de fevereiro de 2023.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	78.414	28.041	83.841	39.054
Cíveis	67.819	10.986	68.577	12.072
Fiscais	34.444	45.667	20.764	42.829
Regulatórios	51.905	–	34.645	–
Outros	–	–	369	–
Total	**232.583**	**84.695**	**208.196**	**93.954**

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	83.841	24.783	(10.924)	(27.959)	8.673	78.414
Cíveis	68.577	71.285	(12.619)	(65.361)	5.938	67.819
Fiscais	20.764	12.804	(5)	(1.062)	1.945	34.444
Regulatórios	34.645	12.180	–	–	5.080	51.905
Outros	369	–	(369)	–	–	–
Total	**208.196**	**121.052**	**(23.917)**	**(94.383)**	**21.634**	**232.583**

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

a. **Trabalhistas -** os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização;

b. **Cíveis** - as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros;

c. **Fiscais -** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS; e;

d. **Regulatórios -** os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estavam assim representadas:

	31/12/2023	31/12/2022	Principais causas
Trabalhistas	271.001	289.726	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	946.467	1.016.744	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	1.251.688	1.119.564	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	615.894	580.542	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	106.339	79.320	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	**3.191.389**	**3.085.896**	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Consumidores e concessionárias	206.767	220.192	76.024	84.754
Programa de eficiência energética - PEE	98.014	135.235	–	–
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	50.921	54.235	18.543	16.348
EPE/FNDCT/PROCEL (*)	20.304	15.232	–	–
Adiantamentos	1.853	18.344	985	2.051
Descontos tarifários - CDE	18.351	26.515	–	–
Folha de pagamento	4.623	4.137	–	–
Participação nos lucros	24.292	21.206	2.524	2.119
Convênios de arrecadação	40.150	38.239	–	–
Outros	19.830	12.584	47.513	49.902
Total	**485.105**	**545.918**	**145.590**	**155.174**

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. O saldo no passivo não circulante de R$ 76.024 (R$ 84.754 em 31 de dezembro de 2022), refere-se à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288 (nota 35).

Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento - P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1° de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Descontos tarifários - CDE: refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação - referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.14).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim distribuída:

	Quantidade de ações	
Acionistas	**Ordinárias**	**%**
CPFL Energia S.A.	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S.A.	123.676	10,99
Total	**1.125.427**	**100,00**

23.1 - Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA. Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,44 vezes o EBITDA em 2023 (2,40 vezes em 2022), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

23.2 - Capital social

Através da AGO/E de 26 de abril de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2022 sem emissão de novas ações.

23.3 - Dividendos

Na AGO de 26 de abril de 2023 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2022, através de (i) dividendos intermediários no montante de R$ 67.407 aprovado em dezembro de 2022, e (iii) dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 185.718.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2023:

• Dividendo intermediário no montante de R$ 142.000, utilizando-se o saldo da Reserva de reforço de capital de giro, aprovado em AGE de 20 de junho de 2023.

• Dividendo adicional proposto no montante de R$ 6.027 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 267.072, que serão deliberados na AGO de abril de 2024.

No exercício de 2023, a Companhia efetuou pagamento no montante de R$ 327.718 referente a dividendos.

23.4 Reserva de capital

Refere-se ao benefício fiscal do Intangível Incorporado, oriundo das incorporações da CPFL Jaguariúna e da Rio Grande Energia de R$ 152.248.

23.5 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.756.862, correspondente a (i) Reserva legal R$ 344.299, (ii) Reserva de lucros a realizar R$ 643.574 e (iii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R$ 768.989.

23.6 Resultado abrangente acumulado

É composto por:

• entidade de previdência privada com saldo devedor de R$ 66.454 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);

• efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários com saldo credor de R$ 1.447 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48;

23.7 - Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido do exercício	**1.124.512**
Reserva legal	(56.226)
Reserva de lucros a realizar	(288.299)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(506.889)
Dividendo adicional proposto	(6.027)
Dividendo mínimo obrigatório	(267.072)

Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R$ 506.889 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R$ 288.299, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações nas reservas poderão ser realizadas durante o exercício de 2024, mediante aprovação da Administração

24. LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação - básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.124.512	1.065.789
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R$	**999,19**	**947,01**

Nos exercícios de 2023 e 2022 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R$ mil	
Receita de operações com energia elétrica	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Classe de consumidores						
Residencial	2.647.288	2.618.664	5.907	5.753	5.105.746	5.140.312
Industrial	18.589	17.299	1.078	1.259	886.787	1.026.876
Comercial	183.311	178.460	1.658	1.768	1.506.844	1.667.058
Rural	225.189	229.900	1.320	1.458	899.103	975.962
Poderes públicos	23.578	22.862	380	360	329.344	326.332
Iluminação pública	614	574	535	537	261.931	269.557
Serviço público	4.041	3.911	278	296	213.518	238.188
Fornecimento faturado	**3.102.610**	**3.071.670**	**11.157**	**11.430**	**9.203.272**	**9.644.284**
Consumo próprio	224	236	6	6	–	–
Fornecimento não faturado (líquido)	–	–	–	–	62.182	13.728
(–) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	–	–	–	–	(5.531.104)	(4.973.807)
Fornecimento de energia elétrica	**3.102.834**	**3.071.906**	**11.163**	**11.436**	**3.734.350**	**4.684.205**
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			227	342	202.601	212.319
(–) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			–	–	(135.788)	(111.666)
Energia elétrica de curto prazo			1.338	1.380	96.517	76.616
Suprimento de energia elétrica			**1.566**	**1.722**	**163.330**	**177.269**
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					5.666.892	5.085.473
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.716.817	1.473.348
(–) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(50.999)	(64.447)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.456.110	1.896.946
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					593.656	133.045
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					436.817	538.295
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários					803.533	707.953
Outras receitas e rendas					192.889	160.852
Outras receitas operacionais					**10.815.715**	**9.931.465**
Total da receita operacional bruta					**14.713.396**	**14.792.939**
Deduções da receita operacional						
ICMS					(1.659.470)	(1.747.535)
PIS					(180.785)	(171.301)
COFINS					(832.524)	(788.935)
ISS					(154)	(152)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.505.094)	(1.465.147)
Programa de P & D e eficiência energética					(84.525)	(80.700)
PROINFA					(75.579)	(68.862)
Bandeiras tarifárias e outros					–	(13.902)
Outros					(91.347)	(15.656)
					(4.429.477)	**(4.352.189)**
Receita operacional líquida					**10.283.920**	**10.440.750**

25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL n° 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4° ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de janeiro de 2018, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

25.2 - Revisão Tarifária Periódica ("RTP") e Reajuste Tarifário Anual ("RTA")

Em junho de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória ("REH"), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 16 de junho até 15 de junho do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 13 de junho de 2023, a ANEEL publicou a REH nº 3.206, relativo à revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas em 1,67%, sendo 7,22% referentes ao reajuste tarifário econômico e menos 5,55% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 1,10%.

Em 14 de junho de 2022 a ANEEL publicou a REH nº 3.044 postergando o reajuste tarifário da Companhia. Em 22 de junho de 2022, a ANEEL publicou a REH nº 3.045, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas em 8,72%, sendo 7,60% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,12% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 10,98%.

25.3 - Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2023, foi registrada receita de R$ 803.533 (R$ 707.953 em 2022), sendo (i) R$ 82.647 (R$ 79.667 em 2022) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R$ 651.878 (R$ 595.080 em 2022) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R$ 36.793 (R$ 32.775 em 2022) de subvenção CCRBT e (iv) R$ 431 de desconto tarifário - liminares em 31 de dezembro de 2022 e (iv) R$ 32.215 de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica ("SCEE") conforme institui a Lei n° 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

25.4 - Conta de desenvolvimento energético ("CDE")

A ANEEL, por meio da REH nº 3.165, de 13 de dezembro de 2022, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a março de 2023.

A REH nº 175, de 07 de março de 2023, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2023 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, cujos valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2021 até 2026.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

25.5 - ICMS: Suspensão da não incidência de ICMS nas tarifas de energia elétrica:

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente, a partir de 18 de fevereiro de 2023.

26. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R$ mil	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	3.148	3.215	679.318	936.675
PROINFA	269	278	122.186	166.119
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	11.505	11.855	2.440.315	2.405.054
Crédito de PIS e COFINS	–	–	(291.923)	(312.537)
Subtotal	**14.921**	**15.347**	**2.949.896**	**3.195.311**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			1.260.803	1.009.597
Encargos de transporte de Itaipu			115.638	89.518
Encargos de conexão			177.981	187.872
Encargos de uso do sistema de distribuição			6.094	5.208
Encargos de serviço do sistema - ESS liquido do repasse da CONER (*)			50.063	192.011
Encargos de energia de reserva - EER			293.858	208.772
Crédito de PIS e COFINS			(176.157)	(156.597)
Subtotal			**1.728.280**	**1.536.380**
Total			**4.678.176**	**4.731.691**

(*) Conta de energia de reserva.

27. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custos com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais: Vendas		Outras despesas operacionais: Gerais e administrativas		Outras despesas operacionais: Outros		Total	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Pessoal	262.431	223.883	–	–	108.529	93.711	94.309	73.847	–	–	465.269	391.441
Entidade de previdência privada	9.850	16.095	–	–	–	–	–	–	–	–	9.850	16.095
Material	91.345	104.543	583	471	27.870	9.941	4.622	3.983	–	–	124.421	118.939
Serviços de terceiros	161.780	151.347	642	467	40.720	38.005	146.256	123.175	–	–	349.398	312.993
Custos com construção da infraestrutura	–	–	1.456.110	1.896.946	–	–	–	–	–	–	1.456.110	1.896.946
Outros	31.532	23.742	(3)	(4)	23.901	24.227	127.268	124.327	87.679	94.028	270.377	266.320
Taxa de arrecadação	–	–	–	–	23.998	25.846	–	–	–	–	23.998	25.846
Arrendamentos e aluguéis	30.883	24.273	–	–	–	–	(411)	394	–	–	30.472	24.667
Publicidade e propaganda	–	–	–	–	–	–	6.902	6.904	–	–	6.902	6.904
Legais, judiciais e indenizações	–	–	–	–	731	–	111.817	112.102	–	–	112.548	112.102
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	84.137	92.320	84.137	92.320
Outros	650	(531)	(3)	(4)	(828)	(1.618)	8.961	4.927	3.542	1.708	12.321	4.481
Total	**556.938**	**519.609**	**1.457.332**	**1.897.880**	**201.020**	**165.884**	**372.455**	**325.332**	**87.679**	**94.028**	**2.675.425**	**3.002.734**

28. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	**2022**
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	59.044	64.997
Acréscimos e multas moratórias	88.201	95.830
Atualização de créditos fiscais	135.995	159.487
Atualização de depósitos judiciais	6.044	6.759
Atualizações monetárias e cambiais	17.528	23.087
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	4.368	5.881
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	30.357	116.562
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(4.450)	(23.427)
Outros	13.918	25.691
Total	**351.004**	**474.867**
Despesas		
Encargos de dívidas	(478.233)	(424.638)
Atualizações monetárias e cambiais	(333.677)	(369.367)
(–) Juros capitalizados	13.448	20.847
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(15.302)	(7.773)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(122.167)	(146.836)
Outros	(23.530)	(48.943)
Total	**(959.461)**	**(976.709)**
Resultado financeiro	**(608.457)**	**(501.841)**

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,38% a.a. em 2023 (7,13% a.a. em 2022) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R$ 82.773 (perdas R$ 401.706 em 2022) (nota 32).

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2023, as seguintes empresas como acionistas controladores:

• State Grid Brazil Power Participações S/A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

• ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.

b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R$ 7.848 (R$ 7.561 em 2022). Este valor é composto por R$ 6.514 (R$ 6.600 em 2022) referente a benefícios de curto prazo, R$ 162 (R$ 116 em 2022) de benefícios pós-emprego e R$ 1.172 (R$ 845 em 2022) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
Empresas	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	938	532	10.323	4.792	–	–	77.655	49.783
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	957	297	–	–	234	246
Contrato de Mútuo								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	–	–	–	–	–	9.918
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	–	–	267.072	185.718	–	–	–	–
Ativo contratual, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	10.929	–	6.779	15.516	–	–	4.762	61.514
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	357	555	8.441	10.457	27	–	61.975	139.597
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	14	23	4.967	11.318	113	137	364.177	382.471
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	–	–	5.839	6.245	–	–	78.861	51.245
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	–	6	–	–	–	–	123.923	102.182
Outras operações financeiras								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (**)	–	–	382.230	380.000	–	–	2.230	–
Entidades sob o controle da CPFL Energia	91	–	13.844	24.451	–	3.453	1.863	866
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	–	–	–	–	–	(50)	–	–

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R$ 22.328 no exercício (R$ 18.378 em 2022), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(**) Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no montante de R$ 1.090.000 MM, com taxa efetiva anual de CDI + 1,20% pelo prazo de quatro anos, sendo adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A com saldo de R$ 382.230 MM (R$ 380.000 MM em 31 de dezembro de 2022).

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2023
Ativo financeiro da concessão/Intangível	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional	548.868
Responsabilidade civil	Geral e risco ambiental	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	396.178
Garantia	Seguro Garantia	1.965.954
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		**3.244.000**

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

31. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO *(Data Protection Officer)*, bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

• Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;

• Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;

• Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;

• Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;

• Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e

• Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração**:**

• Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;

• Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;

• Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e

• Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

• Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;

• Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;

• Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;

• Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade *(compliance)* e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;

• Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

• Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;

• Identificar e documentar os riscos aos quais a Companhia está exposta;

• Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;

• Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;

• Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da Companhia;

• Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e

• Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Ao longo de 2023, observa-se continuidade do cenário hidrológico favorável ocorrido em 2022, e os principais reservatórios seguem em níveis confortáveis.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market, Stress Testing e Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota explicativa	Categoria/ mensuração	Nível(*)	31/12/2023 Contábil	31/12/2023 Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	289.851	289.851
Titulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	84.646	84.646
Derivativos	32	(a)	Nível 2	286.594	286.594
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	9.352.489	9.352.489
Total				**10.013.580**	**10.013.580**
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	2.134.963	2.134.963
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.681.000	1.681.000
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.807.284	1.802.735
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	1.835.180	1.835.180
Derivativos	32	(a)	Nível 2	84.659	84.659
Total				**7.543.086**	**7.538.537**

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R$ 174.145 em 2023 (um ganho de R$ 130.440 em 2022).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria/Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

• Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber - CDE; (iii) cauções; fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; (vi) ativo financeiro setorial e (vii) arrendamento.

• Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários - CDE e (vii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

• Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

• Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

• Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha as seguintes operações de *swap,* todas negociadas no mercado de balcão:

	Valores de mercado (contábil)								
Estratégia	**Ativo**	**Passivo**	**Valores justos, líquidos**	**Valores a custo, líquidos (1)**	**Ganho (Perda) na marcação a mercado**	**Moeda/ indexador dívida**	**Moeda/ indexador swap**	**Faixa de venci-mento**	**Nocional**
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
***Hedge* variação cambial**									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	41.079	(61.582)	(20.503)	25.962	(46.465)	US$ + (Sofr 3 meses + 0,87%) ou (1,83% a 4,73%)	CDI + 0,8% a 1,26%	fev/24 a jun/26	1.594.772
Empréstimos bancários - Lei 4.131	–	(23.077)	(23.077)	(16.046)	(7.030)	Iene + 0,925%	CDI + 1,40%	jul/26	360.000
	41.079	**(84.659)**	**(43.580)**	**9.915**	**(53.495)**				
***Hedge* variação índice de preços**									
Debêntures	245.514	–	245.514	211.608	33.906	IPCA + 4,3% a 6,1774%	104,3% a 111,07% do CDI ou CDI + 0,6%	jan/24 a out/33	1.642.600
	245.514	**–**	**245.514**	**211.608**	**33.906**				
Total	**286.594**	**(84.659)**	**201.934**	**221.523**	**(19.589)**				
Circulante	**47.774**	**–**							
Não circulante	**238.820**	**(84.659)**							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	294.929	(267.671)	194.265	221.523
Marcação a mercado (*)	(204.919)	185.330	–	(19.589)
Total	**90.010**	**(82.341)**	**194.265**	**201.934**
Ativo circulante	**39.714**			**47.774**
Ativo não circulante	**128.930**			**238.820**
Passivo não circulante	**(78.634)**			**(84.659)**

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2023 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado as dívidas para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2023 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
Risco protegido/operação	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Variação de taxas de juros	(38.495)	(30.968)	–	–
Marcação a mercado	161.653	(62.368)	432	761
Variação cambial	(229.176)	(265.292)	–	–
Marcação a mercado	23.245	(43.078)	–	212
Total	**(82.773)**	**(401.706)**	**432**	**973**

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício em 2023 de R$ 462.815 (R$ 559.063 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 25.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, iene, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Receita (despesa) Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.326.146)		(55.168)	290.161	635.489
Derivativos - *swap plain vanilla*	1.344.168		55.918	(294.103)	(644.125)
	18.023	baixa dólar	**749**	**(3.943)**	**(8.637)**
Instrumentos financeiros passivos	(354.854)		(33.255)	63.772	160.799
Derivativos - *swap plain vanilla*	366.671		34.362	(65.896)	(166.154)
	11.817	baixa iene	**1.107**	**(2.124)**	**(5.355)**
Total	**29.840**		**1.856**	**(6.067)**	**(13.992)**
Efeitos no resultado do exercício			**1.856**	**(6.067)**	**(13.992)**

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2023 foi de R$ 4,84 para o dólar e R$ 0,03 para o iene.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R$ 5,04 e R$ 0,04 e a depreciação cambial de 4,16% e 9,37%, do dólar e do iene respectivamente em 31.12.2023.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é a baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Taxa no período	Taxa Cenário provável (a)	Cenário provável	Receita (despesa) Elevação/ Redução de índice em 25% (b)	Elevação/ Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	365.286				36.930	46.163	55.396
Instrumentos financeiros passivos	(1.719.258)				(173.817)	(217.271)	(260.725)
Derivativos - *swap plain vanilla*	(3.483.269)				(352.158)	(440.198)	(528.238)
	(4.837.241)	alta CDI	**11,65%**	**10,11%**	**(489.045)**	**(611.306)**	**(733.567)**
Instrumentos financeiros passivos	(4.073.624)				(142.169)	(106.627)	(71.085)
Derivativos - *swap plain vanilla*	1.974.363				68.905	51.679	34.453
Ativo financeiro da concessão	9.352.489				326.402	244.801	163.201
	7.253.228	baixa IPCA	**4,62%**	**3,49%**	**253.138**	**189.853**	**126.569**
Ativos e passivos financeiros setoriais	(427.087)				(43.178)	(53.973)	(64.768)
	(427.087)	alta SELIC	**11,65%**	**10,11%**	**(43.178)**	**(53.973)**	**(64.768)**
Total	**1.988.901**				**(279.085)**	**(475.426)**	**(671.766)**
Efeitos no resultado abrangente acumulado					**26**	**(20)**	**(66)**
Efeitos no resultado do exercício					**(279.111)**	**(475.406)**	**(671.700)**

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita ajustada", refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	–	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice "Ajustado" de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") para o mês, que foi determinado dividindo-se a "PCLD Real" pela "Receita Ajustada" de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais "Ajustados", e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default - PD*"), Exposição na Inadimplência ("*Exposure at Default* - EAD") e Perda Dada a Inadimplência ("*Loss Given Default* - LGD").

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor rating entre elas (nota 32b). A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	883.897	39.237	–	–	–	219.560	1.142.693
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	32.149	423.260	374.485	2.160.013	1.496.490	–	4.486.397
Derivativos	32	–	–	–	84.659	–	–	84.659
Debêntures - principal e encargos	17	–	169.854	503.287	2.115.219	1.008.715	1.497.337	5.294.412
Taxas regulamentares	19	25.835	–	–	–	–	–	25.835
Outros	22	17.668	228.105	21.448	–	–	76.024	343.245
Consumidores e concessionárias		17.668	187.955	1.144	–	–	76.024	282.791
EPE/FNDCT/PROCEL		–	–	20.304	–	–	–	20.304
Convênio de arrecadação		–	40.150	–	–	–	–	40.150
Total		**959.548**	**860.455**	**899.220**	**4.359.891**	**2.505.206**	**1.792.921**	**11.377.241**

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2023 um valor de R$ 13.448 (R$ 20.847 em 2022) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

Ainda em 2023, houve o aumento do capital social (nota 23) da Companhia no montante de R$ 10.857 (R$ 10.857 mesmo período de 2022), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2022.

34. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 4 anos	2.676.938	4.934.902	2.263.984	–	9.875.825
Compra de energia de Itaipu	Até 4 anos	662.159	1.517.042	762.611	–	2.941.811
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 4 anos	1.714.554	3.403.845	1.410.542	–	6.528.941
Projetos de construção de subestação	Até 2 anos	106.900	5.032	–	–	111.932
Fornecedores de materiais e serviços	Até 14 anos	1.366.312	1.921.814	1.231.107	3.803	4.523.036
Total		**6.526.864**	**11.782.635**	**5.668.243**	**3.803**	**23.981.545**

35. EXPOSIÇÃO DECORRENTE DE PREÇOS ENTRE SUBMERCADOS - CCEE

A Companhia é parte ativa no processo nº 2002.34.00.026509-0, cujo pleito é a anulação dos efeitos do Despacho ANEEL nº 288, que determinou a obrigatoriedade da adesão ao mecanismo de alívio de exposição financeira para as operações realizadas no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As transações efetuadas sem a adesão ao mecanismo de alívio de exposição de diferença de preços entre os submercados resultaram num ganho de R$ 437.800 em 16 de maio de 2002, a ANEEL emitiu o Despacho nº 288, considerando ilegal a opção da Companhia durante o período anterior à aprovação do ato. A Companhia, mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho n° 288, registrou em 31 de dezembro de 2002, por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no mesmo montante de R$ 437.800.

Durante o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, a Companhia efetuou transações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE, resultando no montante líquido a pagar de R$ 219.560 (R$ 244.771 em 31 de dezembro de 2022), cujo pagamento está suspenso por conta de decisão judicial obtida em Medida Cautelar nº 0043277-81.2012.4.01.0000/DF.

Com o ajuizamento do processo nº 2002.34.00.026509-0, a Companhia obteve liminar a fim de que os valores que o Despacho n° 288 lhe suprimiram, fossem imediatamente pagos. Em decorrência disso, a ANEEL e a CCEE executaram os atos necessários para tanto, determinando a um conjunto de empresas que depositasse os valores em favor da Companhia. Parte dessas empresas se insurgiu contra a decisão e, em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor de R$ 27.783 de empresas que não obtiveram liminares. Em 18 de novembro de 2008 foi proferida decisão reconsiderando, em parte, a antecipação de tutela, para torná-la sem efeito no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar esses valores em favor da Companhia e, em função dessa decisão, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante de R$ 76.024 (R$ 84.754 em 31 de dezembro de 2022 (nota 22).

Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória - e não facultativa, conforme defendido pela Companhia - e o Despacho n° 288 considerado como legal.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia interpôs recurso de apelação contra tal sentença que, em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a ilegalidade do Despacho n° 288. As partes requeridas no processo apresentaram recursos de embargos de declaração contra esta decisão. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada decisão negando provimento aos recursos e mantendo a decisão favorável à Companhia. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1a Região as partes requeridas apresentaram recursos de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão favorável obtida pela Companhia. Os recursos aguardam julgamento.

Além da existência da discussão judicial sobre a legalidade do Despacho n° 288, diversos agentes do mercado de energia elétrica ingressaram em juízo contra a Companhia objetivando a cobrança dos valores dos créditos oriundos da liquidação promovida pela CCEE sob os efeitos do Despacho nº 288, sendo que a única ação desta natureza que prosperou foi a ajuizada pela Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., cuja liquidação ocorreu em 27 de setembro de 2016, encerrando desta forma a ação de cobrança no valor atualizado de R$ 16.644, sendo de (i) principal R$ 2.503, (ii) correção monetária e juros R$ 12.603 e (iii) custas judiciais e honorários de R$ 1.538.

36. EVENTO SUBSEQUENTE

Empréstimos e Financiamentos

Em 14 de fevereiro de 2024, houve a liberação referente financiamento Lei 4.131, no montante de R$ 199.100 - (JPY 5.792.000.00), taxa de juros de 0,52% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização em agosto de 2024, para reforço de capital de giro.

Conselho de Administração

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice-Presidente

RAFAEL LUIS LUGOCH
Conselheiro

Diretoria

MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

Diretoria de Contabilidade

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6 S-RS

continua

continuação

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

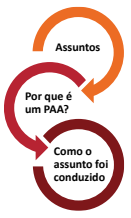
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7) A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2023 somava R$ 572.667 mil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo. Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração. Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.
Mensuração e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta saldos de Ativo financeiro da concessão, Ativos contratual e Intangível (Direito de concessão - Infraestrutura), nos valores de R$ 9.352.489 mil, R$ 944.845 mil e R$ 1.955.604 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15). O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro da concessão, ativo contratual e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação. Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados. Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as premissas e critérios adotados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

MEMPHIS S.A. INDUSTRIAL

CNPJ 92.697.010/0001-46 NIRE 43300004414

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Em cumprimento às disposições legais estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referente ao exercício iniciado em 01 de Janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2023. O Conselho de Administração já se manifestou favoravelmente às contas que ora lhes apresentamos. Permanecemos à disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias. Porto Alegre, 22 de março de 2024. A Diretoria

Demonstrações Financeiras levantadas em 31/12/2023 e 2022 - Valores expressos em milhares de reais (As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equiv. de caixa	5	217.337	171.702	229.868	177.542
Aplicações financeiras	6	2.817	3.559	2.817	3.559
Contas a receber	7	673	16.029	33.374	38.997
Estoques	8	19.059	21.603	28.432	30.216
Tributos a recuperar	9	9.245	9.507	10.819	10.443
Dividendos a receber	11	33.365	14.789	-	-
Outras contas a receber		391	1.440	476	1.634
Total ativo circulante		**282.887**	**238.629**	**305.786**	**262.391**
Não circulante					
Tributos a recuperar	9	704	460	706	461
IR e contrib. social diferidos	10	831	119	6.113	5.643
Outras contas a receber		34.028	30.997	35.053	31.669
Investimentos	11	10.085	10.085	-	-
Imobilizado	12	51.190	47.789	52.980	49.499
Total ativo não circulante		**96.838**	**89.450**	**94.852**	**87.272**
Total do ativo		**379.725**	**328.079**	**400.638**	**349.663**

Passivo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores		7.128	8.699	8.562	8.808
Tributos a recolher		738	329	12.635	6.852
Dividendos propostos	16.d	15.487	10.465	15.587	10.509
Salários e enc. sociais		2.319	1.608	3.969	2.960
Provisão para riscos	14	-	-	405	1.574
Particip. administradores	21	-	-	710	272
Prov. p/comissões e frete		-	-	4.871	5.508
Adiantam. a partes relacion.	13	7.328	-	-	-
Provisões diversas e outras contas a pagar		415	298	2.516	2.101
Total do passivo circulante		**33.415**	**21.399**	**49.255**	**38.584**
Não circulante					
Provisão para riscos	14	2.056	1.280	7.108	5.658
Total do passivo Não circulante		**2.056**	**1.280**	**7.108**	**5.658**
Patrimônio líquido					
Capital social	16.a	170.000	170.000	170.000	170.000
Reservas de lucros	16.b	174.254	135.400	174.254	135.400
Patrimônio líquido atribuível aos propr. da controladora		344.254	305.400	344.254	305.400
Participação não controladores		-	-	21	21
Total do patrimônio líquido		**344.254**	**305.400**	**344.275**	**305.421**
Total do passivo e patrimônio líquido		**379.725**	**328.079**	**400.638**	**349.663**

Demonstração dos resultados abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	54.341	36.718	54.440	36.761
Resultado abrang. do exercício	**54.341**	**36.718**	**54.440**	**36.761**
Result. abrang. exerc. atribuível a:				
Proprietários da controladora	54.341	36.718	54.341	36.718
Participações não controladoras	-	-	99	43
	54.341	**36.718**	**54.440**	**36.761**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Reservas de Lucros: Para invest. e capital de giro	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Lucros acumul.	Total atrib. aos propriet. da controladora	Particip. Não Control.	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31/12/2021		**170.000**	**94.119**	**15.028**	**-**	**279.147**	**21**	**279.168**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	36.718	36.718	43	36.761
Reserva legal	16.b	-	-	1.836	(1.836)	-	-	-
Dividendos propostos	16.d	-	-	-	(10.465)	(10.465)	(43)	(10.508)
Reserva de investimentos e capital de giro	16.c	-	24.417	-	(24.417)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022		**170.000**	**118.536**	**16.864**	**-**	**305.400**	**21**	**305.421**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	54.341	54.341	99	54.440
Reserva legal	16.b	-	-	2.717	(2.717)	-	-	-
Dividendos propostos	16.d	-	-	-	(15.487)	(15.487)	(99)	(15.586)
Reserva de investimentos e capital de giro	16.c	-	36.137	-	(36.137)	-	-	-
Saldos em 31/12/2023		**170.000**	**154.673**	**19.581**	**-**	**344.254**	**21**	**344.275**

Demonstração dos Resultados

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operac. líquida	18	**105.971**	**115.195**	**218.224**	**189.329**
Custo dos prod. vendidos	20	**(94.913)**	**(105.897)**	**(100.004)**	**(101.430)**
Lucro (prejuízo) bruto		**11.058**	**9.298**	**118.220**	**87.899**
Receitas (desp.) operac.					
Com vendas	20	(139)	(1.544)	(45.072)	(45.453)
Gerais e administrativas	20	(4.687)	(2.241)	(17.693)	(14.347)
Equivalência patrimonial em empresas controladas	11	33.365	14.789	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		211	5.634	306	5.007
Resultado antes do resultado financeiro		**39.808**	**25.936**	**55.761**	**33.106**
Receitas financeiras	19	25.788	22.629	28.260	23.798
Despesas financeiras	19	(163)	(370)	(310)	(526)
Lucro antes do IR e da contribuição social		**65.433**	**48.195**	**83.711**	**56.378**
IR e contrib. social corrente	10	(11.804)	(11.386)	(29.741)	(21.303)
IR e contrib. social diferido	10	712	(91)	470	1.686
		(11.092)	(11.477)	(29.271)	(19.617)
Lucro líq. do exercício		**54.341**	**36.718**	**54.440**	**36.761**
Lucro atribuível a:					
Propriet. da controladora		54.341	36.718	54.341	36.718
Particip. não controladoras		-	-	99	43
Lucro por ação - em R$		**1,40**	**0,95**	**1,40**	**0,95**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa proven. das operações	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líq. do exercício		54.341	36.718	54.440	36.761
Ajustes em:					
Deprec. e amortização	12	4.928	4.810	5.237	5.091
IR e contrib. social diferidos	10	(712)	91	(470)	(1.686)
Equivalência patrimonial	11	(33.365)	(14.789)	-	-
Prov. p/perdas esperadas	7	(19)	26	(51)	(1.241)
Provisão para riscos	14	776	(191)	281	3.963
Red.(aum.) nos ativos:					
Contas a rec. de clientes	7	22.702	(444)	5.674	(9.494)
Estoques	8	2.544	(2.523)	1.784	(3.614)
Tributos a recuperar		18	(2.545)	(620)	(843)
Outros ativos		(1.982)	(4.169)	(2.226)	(4.253)
Aum.(red.) nos passivos:					
Fornecedores		(1.572)	1.004	(246)	413
Salários e encargos sociais		711	146	1.446	531
Tributos a recolher		410	(28)	8.273	5.461
IR e contrib. social pagos		-	-	(2.490)	(1.578)
Outros passivos		117	173	(220)	1.455
Dividendos recebidos		14.789	11.316	-	-
Recursos líq. proven. das ativid. operacionais		**63.686**	**29.595**	**70.813**	**30.966**
Fluxo de caixa das ativid. de investimento					
Adições ao ativo imobiliz.	12	(8.329)	(4.866)	(8.718)	(4.883)
Aporte em aplicação financ. para negociação		(7.487)	(15.181)	(7.490)	(15.181)
Resgates de aplicação financ. para negociação		8.230	15.002	8.230	15.002
Recursos líq. utiliz. nas ativid. de investimento		**(7.586)**	**(5.045)**	**(7.978)**	**(5.062)**
Fluxo de caixa das ativid. de financiamento					
Dividendos pagos		(10.465)	(5.588)	(10.509)	(5.620)
Recursos líq. utiliz. nas ativid. de financiamento		**(10.465)**	**(5.588)**	**(10.509)**	**(5.620)**
Aum. no caixa e equiv.		45.635	18.962	52.326	20.284
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício		171.702	152.740	177.542	157.258
Caixa e equivalentes de caixa final do exercício		217.337	171.702	229.868	177.542

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A Memphis S.A. Industrial ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída no Brasil, com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Tem como atividade principal a fabricação, a comercialização, importação e exportação de artigos de higiene, perfumaria e matérias-primas do seu ramo de industrialização. Suas operações são conduzidas em conjunto com empresas ligadas, sendo os custos corporativos, gerenciais e operacionais compartilhados entre as empresas. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real - R$, sendo esta também a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, sendo as mais relevantes divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 21 de março de 2024. **3. Práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo, as quais se aplicam a todos os exercícios apresentados. a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores a noventa dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) Contas a receber: Os saldos de contas a receber de clientes são registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e reduzidos ao seu valor presente na data do balanço patrimonial. A necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas é avaliada com base na experiência passada de inadimplência da Companhia, na análise da situação financeira atual de cada devedor e na expectativa de perdas esperadas dos clientes. c) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. d) Investimentos: Participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e o resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional. e) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado, a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil dos ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores, uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas. g) Direitos e obrigações: Os direitos e obrigações foram classificados no circulante ou não circulante, de acordo com o prazo de realização ou exigibilidade, e estão demonstrados pelos seus valores atualizados até a data do balanço. h) Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto a pagar baseia-se no lucro tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases tributárias de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e para quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja provável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período de relatório. i) Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. j) Reconhecimento das receitas: A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a entidade espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando as obrigações de performance forem atendidas, usualmente quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre os produtos vendidos. k) Reconhecimento dos custos e despesas: Os custos e despesas são registrados conforme o regime contábil de competência. l) Consolidação: Quando a Companhia tem o poder, direta ou indiretamente, para regulamentar as políticas financeiras e operacionais de outra entidade ou negócio, de modo a obter benefícios para suas atividades, é classificada como uma controlada. As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os resultados da Companhia e suas controladas ("o Grupo"), como se constituíssem uma única entidade. As transações entre partes relacionadas, os resultados não realizados e os saldos entre as empresas do Grupo são, portanto, integralmente eliminados. As participações de cotistas não controladores nas sociedades controladas são destacadas na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Empresa	% de particip. em 2023	% de particip. em 2022
Distribuidora Memphis Ltda	99,7%	99,7%
Sulplastic Loc. de Máquinas e Equipamentos Ltda	100%	100%

m) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia só possui instrumentos financeiros não complexos, os quais são avaliados pelo método do custo amortizado e classificados como custo amortizado. O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro (ou grupo de ativos e passivos financeiros), e de alocar os rendimentos de juros ou despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial. Ativos e passivos financeiros que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos e passivos circulantes, são avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado. n) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de perda esperada do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. o) Alterações de normas: A Administração avaliou as alterações de normas que passaram a vigorar a partir de 1° de janeiro de 2023 e concluiu que não apresentaram impacto relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na opinião da Administração, também não haverá impacto significativo de novas normas e alterações de normas emitidas até o momento, vigentes a partir de 1º. de janeiro de 2024. **4. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça estimativas para contabilizar determinados ativos, passivos e outras transações apresentadas nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão apresentar variações em relação às estimativas. Abaixo são apresentadas as principais estimativas e julgamentos contábeis: a) Vida útil dos ativos: Os imobilizados são depreciados, levando em consideração a taxa de depreciação com base na vida útil-econômica dos bens. A Companhia estabeleceu a vida útil dos ativos imobilizados com base na experiência adquirida com ativos, estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos e com a expectativa de utilização desses ativos. b) Provisões para riscos: A Administração reconhece as provisões atribuídas para riscos de perdas em processos legais cíveis, tributários e trabalhistas. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada pelos escritórios de advogados em cada processo judicial.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos - conta corrente	24	10	963	428
Aplic. financ. liquidez imediata	217.312	171.692	228.905	177.114
Total	**217.336**	**171.702**	**229.868**	**177.542**

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em fundos de investimentos financeiros de renda fixa lastreados ao CDI. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. A taxa média de remuneração do exercício está em 103,54% do CDI (96,80% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

6. Aplicação financeira: As aplicações financeiras e fundos no valor de R$ 2.817 (R$ 3.559 em 2022) estão constituídas de aplicações vinculadas à moeda estrangeira. A Companhia adota como política aplicar o valor referente à exposição que possui em moeda estrangeira decorrente das aquisições de matérias-primas e maquinários do exterior. A taxa média de remuneração do exercício está em 97,40% do CDI (94,42% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

7. Contas a receber:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Clientes mercado interno	120	203	35.384	40.892
Partes relacionadas (Nota 13)	-	15.123	-	-
Clientes mercado externo	572	738	572	738
	692	**16.064**	**35.956**	**41.630**
Provisão p/ perdas esperadas	(19)	(35)	(2.582)	(2.633)
Total	**673**	**16.029**	**33.374**	**38.997**

A movimentação da provisão para perdas esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo no início do exercício	(35)	(9)	(2.633)	(3.874)
Adições	38	(75)	1.606	(3.125)
Recuperações/ realizações	(22)	49	(1.555)	4.366
Saldo no final do exercício	**(19)**	**(35)**	**(2.582)**	**(2.633)**

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A vencer	673	13.187	32.082	36.898
Vencidos	19	2.877	3.874	4.732
De 1 a 30 dias	-	2.149	978	1.412
De 31 a 60 dias	-	36	127	151
De 61 a 90 dias	-	692	94	155
Mais de 91 dias	19	-	2.675	3.014
	692	**16.064**	**35.956**	**41.630**

8. Estoques:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Produto acabado	5.122	6.070	9.062	9.538
Produto acabado em trânsito	-	-	4.190	5.245
Produtos em elaboração	2.983	2.452	2.983	2.452
Matérias-primas	8.647	11.209	8.647	11.210
Almoxarifado	2.095	1.604	2.170	1.644
Adiantamento a fornecedores	1.267	359	2.745	871
Prov. p/ aj. a valor de mercado	(1.055)	(91)	(1.365)	(744)
Total	**19.059**	**21.603**	**28.432**	**30.216**

9. Tributos a Recuperar:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRPJ e CSLL	1.371	716	1.440	774
IRRF	347	300	389	317
PIS	557	1.188	877	1.389
COFINS	2.360	4.545	3.484	5.130
INSS	-	-	2	2
IPI	2.430	1.543	2.444	1.558
ICMS	2.884	1.675	2.889	1.734
Total	**9.949**	**9.967**	**11.525**	**10.904**
Ativo circulante	9.245	9.507	10.819	10.443
Ativo não circulante	704	460	706	461

10. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo:				
Diversos	1.340	126	10.597	9.742
Provisões	2.057	1.281	8.336	7.911
Base de cálculo	3.397	1.407	18.933	17.653
IRPJ e CSLL diferidos - 34%	**1.155**	**478**	**6.437**	**6.002**
Passivo:				
Ajuste de avaliação patrimonial	(324)	(359)	(324)	(359)
Saldo líquido - ativo	**831**	**119**	**6.113**	**5.643**

A realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme orçamento aprovado pela Diretoria:

Período	Controladora 2023	Consolidado 2023
2024	580	3.235
2025	575	3.202
Total	**1.155**	**6.437**

O imposto de renda e contribuição social registrados na demonstração do resultado foram calculados da seguinte forma:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do IR e CS	65.435	48.195	83.710	56.378
Alíquota aplicável	34%	34%	34%	34%
	(22.248)	(16.386)	(28.461)	(19.168)
Aj. p/ apuração de IR e CS				
Equivalência patrimonial	11.344	5.028	-	-
Outros	(188)	(119)	(809)	(449)
Total	**(11.092)**	**(11.477)**	**(29.270)**	**(19.617)**
Tributos correntes	(11.804)	(11.386)	(29.741)	(21.303)
Tributos diferidos	712	(91)	470	1.686
Total	**11.092**	**(11.477)**	**(29.271)**	**(19.617)**

11. Investimentos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as participações em empresas controladas estão assim demonstradas:

	Distrib. Memphis Ltda.	Sulplastic Loc. de Máq. e Equip. Ltda.	Controladora Totais 2023	Controladora Totais 2022
Patrimônio líquido	6.882	3.224	-	-
Result. líq. do exerc. aj. pelos lucros não realiz. em operaç. com control.	33.232	231	-	-
Partic. no capital soc. - %	**99,70%**	**100%**	**-**	**-**
Movimento do exercício				
Saldos no início do exerc.	**6.861**	**3.224**	**10.085**	**10.085**
Equivalência patrimonial	33.134	231	33.365	14.789
Dividendos a receber	(33.134)	(231)	(33.365)	(14.789)
Saldos no final do exerc.	**6.861**	**3.224**	**10.085**	**10.085**

Distribuidora Memphis Ltda. é responsável pela distribuição dos produtos fabricados pela Memphis Industrial. Sulplastic Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. é responsável pelo aluguel de máquinas, prestação de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos.

12. Imobilizado:

Controladora

	Valor Imobilizado	Depreciação Acumulada	Total Líquido 2023	Total Líquido 2022
Terrenos	288	-	288	288
Edificações	36.322	(25.332)	10.990	11.714
Máq. e equipamentos	77.600	(41.566)	36.034	33.819
Equip. de informática	4.091	(3.169)	922	664
Móveis e utensílios	1.971	(1.650)	321	273
Outros	15	-	15	22
Imob. em andamento	2.620	-	2.620	1.009
Total	**122.908**	**(71.717)**	**51.190**	**47.789**

Consolidado

	Valor Imobilizado	Depreciação Acumulada	Total Líquido 2023	Total Líquido 2022
Terrenos	303	-	303	303
Edificações	37.207	(26.118)	11.089	11.830
Máq. e equipamentos	83.887	(46.515)	37.372	35.305
Equip. de informática	4.820	(3.640)	1.180	727
Móveis e utensílios	2.254	(1.854)	400	296
Outros	16	-	16	23
Imob. em andamento	2.620	-	2.620	1.015
Total	**131.107**	**(78.127)**	**52.980**	**49.499**

As taxas de depreciação aplicadas pela Companhia para os itens de ativo imobilizado são as que seguem abaixo.

Grupo de ativos	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações	4% a.a.
Máquinas e equipamentos	5% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Equipamentos de informática	20% a.a.
Outros	10% a.a.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	47.789	49.499
Adições	8.329	8.718
Depreciação	(4.928)	(5.237)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**51.190**	**52.980**

13. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas.

	Contas a receber (NE 7) 2023	Contas a receber (NE 7) 2022	Contas a pagar 2023	Contas a pagar 2022
Distribuidora Memphis Ltda.	-	15.123	7.328	-
Sulplastic Loc.de Máq.e Equip.Ltda.	-	-	30	15
Total	**-**	**15.123**	**7.358**	**15**

	Receita bruta de venda 2023	Receita bruta de venda 2022	Compras 2023	Compras 2022
Dist. Memphis Ltda	114.015	129.128	-	-
Sulplastic Loc.de Máq.e Equip.Ltda.	-	-	864	864
Total	**114.015**	**129.128**	**864**	**864**

As transações comerciais de compras e vendas praticadas com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes, que poderiam ser diferentes se praticadas entre partes não relacionadas. A remuneração total dos diretores e outros membros do pessoal-chave da Administração em 2023 (incluindo salários e benefícios) foi de R$1.823 (R$1.703 em 2022)

14. Provisão para riscos: A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, cível e tributária. A perda estimada foi provisionada tanto no passivo circulante, quanto no não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis. Em 2015 a Companhia ajuizou Mandado de Segurança, perante a Justiça Federal em Porto Alegre/RS, objetivando a declaração de seu direito de excluir o ICMS destacado nas notas fiscais de venda da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em agosto de 2020, após trânsito em julgado da decisão, a Companhia obteve ganho de causa, garantindo o direito ao crédito tributário a partir de 25/08/2020. O crédito, no montante de R$7.216, foi registrado no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nos montantes, respectivamente, de R$ 6.148 e R$1.068, com base na perspectiva de compensações. Em 31 de dezembro de 2023, as provisões para riscos, líquida dos respectivos depósitos judiciais, estavam apresentadas da seguinte forma:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Riscos trabalhistas	1.735	648	2.846	719
Indenização de representantes	232	534	1.556	3.342
Riscos tributários	89	98	3.111	3.171
Total	**2056**	**1.280**	**7.513**	**7.232**
Circulante	-	-	405	1.574
Não circulante	2.056	1.280	7.108	5.658

15. Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seu ativo imobilizado e seus estoques. O valor dos seguros contratados com vigência no exercício de 2023 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas..

16. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado no valor de R$170.000 está composto por 38.768.818 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Reserva legal: É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. c) Reserva para investimentos e capital de giro: É composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A administração irá propor à assembleia a proposta de destinação referente ao excesso de reserva de lucros em relação ao capital social em 31 de dezembro de 2023. d) Dividendos: O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 30%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, o dividendo proposto é de R$15.487 (R$10.465 em 2022), calculado conforme segue:

Base de cálculo dos dividendos	2023	2022
Lucro líquido do exercício	54.341	36.718
Reserva legal (5%)	(2.717)	(1.836)
	51.624	**34.882**
Dividendo mínimo obrigatório	15.487	10.465
Total dividendos propostos	**15.487**	**10.465**

17. Instrumentos financeiros - gestão de riscos: As principais bases de instrumentos financeiros que afetam o negócio da Companhia podem ser assim listadas: Risco com taxa de câmbio: esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólares americanos conforme demonstrado na tabela abaixo, não existindo nenhum instrumento derivativo para proteger essa exposição nessa data.

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo		
Aplicações financeiras	2.817	3.559
Clientes do exterior	572	738
Passivo		
Fornecedores estrangeiros	(658)	(1.687)
Exposição ativa (passiva) líquida	**2.731**	**2.610**

A Companhia vem utilizando uma aplicação financeira diretamente atrelada à variação do dólar e do euro para se proteger do efeito do câmbio de seus contratos de importação de matéria-prima. Para cada importação que a Companhia julga relevante, um depósito do mesmo valor do pedido é efetuado na aplicação financeira para reduzir a exposição do câmbio. Esse depósito é efetuado na data em que a Companhia efetivamente efetua o pedido do fornecedor, e é resgatado na data do seu pagamento. Risco de crédito: a política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus ativos recebíveis de clientes. Risco de liquidez: o risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia possua os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação, aportes de capital e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Risco de preço: decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

18. Receita operacional: Segue abaixo a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional bruta	117.990	133.215	262.246	227.979
(-) Devoluções e abatimentos	(1.777)	(6.174)	(11.261)	(8.412)
(-) Impostos sobre as vendas	(10.242)	(11.846)	(32.761)	(30.238)
Receita operacional líquida	**105.971**	**115.195**	**218.224**	**189.329**

19. Receitas e Despesas Financeiras:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Juros auferidos	2	-	63	44
Descontos obtidos	3	2	30	13
Receita de aplicações financeiras	22.737	18.620	25.112	19.724
Variação monetária ativa	3.046	3.579	3.048	3.586
Variação cambial ativa	-	427	-	427
Outras receitas	-	1	7	4
Total de receitas financeiras	**25.788**	**22.629**	**28.260**	**23.798**

Continua>>>

>>> Continuação

Memphis S.A. Industrial - CNPJ 92.697.010/0001-46

... continuação nota 19. Receitas e Despesas Financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Juros sobre duplicatas	(13)	(8)	(112)	(88)
Descontos concedidos	-	-	-	(15)
Despesas comissões bancárias	(16)	(62)	(64)	(122)
Variação cambial passiva	(134)	(300)	(134)	(301)
Total de despesas financeiras	**(163)**	**(370)**	**(310)**	**(526)**

20. Despesas por Natureza:

Despesas por função:	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo dos produtos vendidos	(94.913)	(105.897)	(100.004)	(101.430)
Com vendas	(139)	(1.544)	(45.072)	(45.453)
Gerais e administrativas	(4.687)	(2.241)	(17.693)	(14.347)
	(99.739)	**(109.682)**	**(162.769)**	**(161.230)**
Despesas por natureza:				
Matéria prima e mat. de uso e consumo	(69.284)	(82.191)	(90.169)	(93.283)
Despesas com pessoal	(13.795)	(11.886)	(24.846)	(22.100)
Fretes	(386)	(1.014)	(17.301)	(17.933)
Depreciação e amortização	(4.928)	(4.810)	(5.237)	(5.091)
Energia elétrica	(2.573)	(2.313)	(2.592)	(2.330)
Consultoria e assessoria	(193)	(305)	(399)	(430)
Comissões de representantes	-	-	(7.220)	(6.660)
Outras despesas	(8.580)	(7.163)	(15.005)	(13.403)
	(99.739)	**(109.682)**	**(162.769)**	**(161.230)**

21. Participações nos Resultados: Em conformidade com o programa de participação dos resultados devidamente homologado junto ao sindicato, foi registrado o montante de R$1.116 e R$1.865, controladora e consolidado, respectivamente, referente à participação nos resultados do exercício (R$286 e R$707 controladora e consolidado respectivamente no exercício de 2022). O programa de participação de empregados e administradores é baseado em metas operacionais e financeiras, individuais e corporativas, previamente estabelecidas às quais são apuradas ao final do exercício para verificação da parcela de seu atendimento e consequente distribuição dos valores devidos. Os valores demonstrados abaixo estão inclusos nas despesas administrativas, porém a base de cálculo é o resultado operacional líquido antes das provisões das participações.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Administradores	-	-	710	272
Empregados	1.116	286	1.865	707
Total	**1.116**	**286**	**2.575**	**979**

Conselho de Administração: Carlos Alberto Kroeff - Presidente; Marcos Lutz Uber - Vice-Presidente; Francisco Eduardo Caruccio - Conselheiro **Diretoria:** Raul Lutz Kroeff - Diretor Presidente; João Paulo Pirró - Diretor; Carlos Valotta - Diretor; Fernanda Moraes da Silva Forace - Diretora. **Contador:** Cassius Zenon da Silva - CRC/RS 078889/O-1

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da **Memphis S.A. Industrial**. Porto Alegre - RS.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Memphis S.A. Industrial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: Conforme descrito na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 25 de agosto de 2020, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado lhe assegurando o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, em linha com o apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, de 15 de março de 2017. Entretanto, a Companhia efetuou o registro contábil do crédito tributário de R$ 1.068 mil somente no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o restante do saldo, no valor de R$ 6.148 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, totalizando o valor de R$ 7.216 mil. Consequentemente, o lucro líquido, individual e consolidado, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está superavaliado em R$4.058 mil, líquido dos efeitos tributários. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 conteve modificação em relação a este assunto e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período corrente também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de março de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP015199/F. **Vicente de Giacomo Pias** - Contador CRC-RS 097557/O

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Roseflor Alimentos

MOINHOS GALÓPOLIS S/A

CNPJ 88.614.557/0001-63 - NIRE 43 3 0001265 4

Balanço Patrimonial (Em reais/mil)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	93.842.650	34.767.373
Contas a Receber de Clientes	05	48.529.661	52.942.998
Estoques	06	21.334.279	20.708.922
Créditos Tributários a Recuperar	07	16.545.472	11.181.748
Adiantamentos		2.917.872	565.656
Outros Créditos		280.452	130.018
Total do Ativo Circulante		**183.450.386**	**120.296.715**
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.658.818	1.707.443
Créditos Tributários a Recuperar	07	13.879.959	19.451.316
Tributos Diferidos		430.199	1.550.638
Outros Créditos		-	-
Total do Realizável a Longo Prazo		**15.968.976**	**22.709.397**
Investimentos	08	**2.396.227**	**2.263.640**
Imobilizado	09	**46.544.893**	**51.282.116**
Intangível	10	**64.666**	**742.190**
Total do Ativo Não Circulante		**64.974.762**	**76.997.343**
TOTAL DO ATIVO		**248.425.148**	**197.294.058**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		18.521.128	24.143.494
Empréstimos e Financiamentos		37.125.400	34.304.172
Obrigações Sociais		2.162.715	1.942.521
Obrigações Tributárias		1.551.194	3.256.449
Dividendos a Pagar		16.544.432	6.654.065
Outras Contas a Pagar		4.087.235	2.473.227
Total do Passivo Circulante		**79.992.104**	**72.773.928**
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos		-	9.319
Tributos Diferidos		256.907	206.438
Juros sobre Capital Próprio a Pagar		5.674.693	5.691.932
Provisão para Contingências	11	2.794.900	2.742.208
Total do Passivo Não Circulante		**8.726.500**	**8.649.897**
Patrimônio Líquido	12		
Capital Social		60.000.000	60.000.000
Reservas de Incentivos Fiscais		65.793.382	28.822.075
Reserva Legal		4.108.878	1.290.777
Ajuste de Avaliação Patrimonial		498.701	400.732
Reservas de Lucros		29.305.583	25.356.648
Total do Patrimônio Líquido		**159.706.544**	**115.870.232**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**248.425.148**	**197.294.058**

Demonstração dos Resultados dos Exercícios

	Nota	2023	2022 Reclassificado
Receita Operacional Líquida	13	**395.806.038**	**402.788.435**
(-) Custos dos Prod. e Serviços Vendidos		(289.982.153)	(341.122.854)
Lucro Bruto		**105.823.885**	**61.665.581**
Despesas Operacionais			
Despesas com Vendas		(41.034.136)	(36.085.338)
Despesas Administrativas		(8.257.834)	(5.863.721)
Outras Receitas (Despesas)		909.672	(884.877)
Resultado da Equiv. Patrimonial		7.369	15.393
Total das Despesas Operacionais		**(48.374.929)**	**(42.818.543)**
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		**57.448.956**	**18.847.039**
Receitas Financeiras		8.860.369	1.889.382
Despesas Financeiras		(5.590.835)	(3.099.848)
Lucro Antes do IR e da Contrib. Social		**60.718.489**	**17.636.573**
IR e Contribuição Social Diferidos		(1.120.440)	(736.732)
IR e Contribuição Social Correntes		(3.236.027)	(2.111.208)
Resultado do Exercício		**56.362.023**	**14.788.634**
Resultado por Ação:		**11,62**	**3,05**

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	2023	2022
Resultado do Exercício	**56.362.023**	**14.788.634**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	148.438	-
IRPJ e CSLL Diferidos	(50.469)	-
Outros Resultados Abrangentes	**97.969**	**-**
Total dos Resultados Abrangentes	**56.459.993**	**14.788.634**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Das Atividades Operacionais	2023	2022
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	56.362.023	14.788.634
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	5.921.153	5.923.136
Constituição (Realiz.) do IR/CS Diferidos	1.170.908	736.732
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.369)	(15.393)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	**63.446.715**	**21.433.109**
Contas a Receber de Clientes	4.413.337	(12.092.286)
Estoques	(625.357)	(1.100.956)
Créditos Tributários a Recuperar	207.633	(3.386.475)
Adiantamentos	(2.352.215)	(156.511)
Depósitos Judiciais	48.625	299.420
Outros Créditos	(150.434)	114.724
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	**1.541.588**	**(16.322.084)**
Fornecedores	(5.622.366)	(1.667.639)
Obrigações Sociais	220.194	(80.412)
Obrigações Tributárias	(1.705.255)	1.858.821
Provisões para Contingências	52.692	351.562
Outras Obrigações	11.487.136	2.369.621
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	**4.432.401**	**2.831.953**
Total das Atividades Operacionais	**69.420.704**	**7.942.978**
Das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(1.383.493)	(2.229.431)
Baixas de Imobilizado e Intangível	751.868	183.188
Aquis./ Baixa de Popr. para Investimento	97.969	-
Total das Atividades de Investimentos	**(533.657)**	**(2.046.243)**
Das Atividades de Financiamentos		
Variação de Emprést. e Financiamentos	2.811.910	20.672.729
Dividendos Destinados	(12.623.680)	(3.692.654)
Total das Atividades de Financiamentos	**(9.811.770)**	**16.980.075**
Aum. (Dim.) de Caixa e Equiv. de Caixa	**59.075.277**	**22.876.810**
Caixa e Equiv. de Caixa - Início do Exercício	**34.767.373**	**11.890.563**
Caixa e Equiv. de Caixa - Final do Exercício	**93.842.650**	**34.767.373**

Notas Explicativas

Nota 01 - Informações Gerais: A **Moinhos Galópolis S.A.**, é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Caxias do Sul - RS, contando com mais duas unidades industriais localizadas em Porto Alegre - RS e Rio Grande - RS. A Companhia tem por objeto a industrialização e comercialização de produtos alimentícios derivados da moagem de trigo e milho; comércio dos subprodutos derivados das moagens e rações, comércio de cereais em geral, sua importação e exportação; transporte rodoviário de cargas secas, líquidas e frigorificadas. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de março de 2024.

Nota 02 - Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **Nota 03 - Resumo das Principais Práticas Contábeis: 3.1. Bases de Consolidação:** As demonstrações financeiras da Moinhos Galópolis S.A. serão apresentadas de forma individual, não sendo apresentado o consolidado, visto que a Companhia controladora é ela própria uma controlada; e sua controladora final (ou qualquer controladora intermediária) irá produzir demonstrações financeiras de finalidade geral consolidadas, em conformidade com o conjunto completo de Pronunciamentos Técnicos. **3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.3. Compensação Entre Contas:** Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação. **3.4. Instrumentos Financeiros: 3.4.1. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócio da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **3.4.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. **Custo amortizado:** São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. **3.4.3. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira no período em que ocorrem. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. **3.5. Transações em Moeda Estrangeira:** Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda. **3.6. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez. **3.7. Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber gerados no decurso normal das atividades da Entidade. As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente. Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, líquido de reduções ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). **3.8. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. **3.9. Investimentos: 3.9.1. Propriedades para Investimentos:** As propriedades para investimentos são reconhecidas pelo valor de mercado. **3.9.2. Investimentos em controladas:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. **3.10. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são inicialmente reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível ao ativo para deixá-los nas condições pretendidas. Após o reconhecimento inicial os ativos imobilizados são mensurados pelo custo menos a depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. **3.11. Intangível:** Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. O custo dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil. **3.12. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.13. Contas a Pagar a Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **3.14. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar a instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A determinação do lucro tributável é feita com base no regime de lucro real, nos termos previstos no regulamento do imposto de renda (Decreto 3.000/99). Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido: As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los. **3.17. Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **3.18. Reconhecimento das Receitas: 3.18.1. Vendas de mercadorias, produtos e Serviços:** A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **3.18.2. Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.19. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são: *a) Impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis; b) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; c) Expectativa de êxito dos passivos contingentes, avaliados em conjunto a assessoria jurídica da entidade; d) Constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques; e, e) Revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

Relatório da Diretoria - Em cumprimento as disposições Legais e Estatutárias, temos o prazer de submeter a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Agradecemos o apoio e colaboração de todos, e colocamo-nos a seu inteiro dispor para os esclarecimentos que forem necessários. Caxias do Sul, 19 de março de 2024.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Ajuste de Aval. Patrimonial	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros (Prej.) Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2021	**60.000.000**	**28.822.075**	**551.347**	**400.732**	**15.000.098**	**-**	**104.774.252**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	14.788.634	14.788.634
Reserva Legal	-	-	739.432	-	-	(739.432)	-
Dividendos	-	-	-	-	(180.354)	(3.512.300)	(3.692.654)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	10.536.902	(10.536.902)	-
Em 31 de dezembro de 2022	**60.000.000**	**28.822.075**	**1.290.779**	**400.732**	**25.356.647**	**-**	**115.870.232**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	56.362.023	56.362.023
Reserva Legal	-	-	2.818.099	-	-	(2.818.099)	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	36.971.307	-	-	(36.971.307)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	762.300	(13.385.980)	(12.623.680)
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	40.157.943	(40.157.943)	-
Custo Atribuído de PPI	-	-	-	148.438	-	-	148.438
Tributo Diferido s/ Custo Atribuído	-	-	-	(50.469)	-	-	(50.469)
Em 31 de dezembro de 2023	**60.000.000**	**65.793.382**	**4.108.878**	**498.701**	**29.305.583**	**-**	**159.706.544**

Nota 04. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2023	2022
Caixa	14.824	12.112
Banco Conta Movimento	35.274	24.448
Aplicações Financeiras	93.792.552	34.730.813
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**93.842.650**	**34.767.373**

As aplicações são atualizadas mensalmente com remuneração atrelada ao CDI.

Nota 05 - Contas a Receber de Clientes:

	2023	2022
Contas a Receber de Clientes	54.877.230	59.400.969
Novação de Dívidas	1.054.153	297.001
(-) Provisão para Perdas Liquidação Duvidosa	(7.081.706)	(6.754.972)
(-) Ajuste a Valor Presente	(320.016)	-
Total de Contas a Receber de Clientes	**48.529.661**	**52.942.998**

Aging List Contas a Receber de Clientes	2023	2022
Vencidos até 30 dias	1.694.290	2.680.232
Vencidos de 31 a 180 dias	648.365	395.060
Vencidos de 181 a 360 dias	1.893.726	2.920.338
Vencidos de 1 a 5 anos	3.742.250	1.728.567
Vencido há mais de 5 anos	5.671.887	4.990.676
A vencer até 30 dias	28.527.373	31.227.689
A vencer de 31 a 90 dias	12.919.361	11.400.434
A vencer de 91 a 360 dias	535.000	4.354.974
A vencer a mais de 1 ano	299.131	-
Total de Contas a Receber de Clientes	**55.931.383**	**9.697.970**

Nota 06 - Estoques:	2023	2022
Matéria-Prima	8.091.535	8.704.664
Produtos Prontos	6.451.586	5.602.771
Embalagens e Insumos	4.351.496	4.067.428
Produtos em Elaboração	2.074.715	2.058.979
Outros Estoques	364.947	275.080
Total de Estoques	**21.334.279**	**20.708.922**

Nota 07 - Tributos a Recuperar:	2023	2022
PIS e Cofins	13.592.399	9.943.406
ICMS	1.883.969	1.106.843
IRPJ e CSLL	23.810	23.810
Outros	1.045.294	107.689
Total de Tributos a Recuperar Circulante	**16.545.472**	**11.181.748**
PIS e Cofins	-	5.052.224
ICMS	72.521	413.078
IRPJ e CSLL	13.807.439	13.986.014
Total de Tributos a Recuperar Não Circulante	**13.879.960**	**19.451.316**
Total de Tributos a Recuperar	**30.425.432**	**30.633.064**

Nota 08 - Investimentos:	2023	2022
Propriedades para Investimento (Nota 8.1)	2.022.437	1.897.219
Investimentos em Controladas (Nota 8.2)	373.790	366.421
Total de Investimentos	**2.396.227**	**2.263.640**

8.1. Propriedades para Investimentos

	Prédios	Terrenos	Outros Invest.	Total
Saldo em 31/12/2022				
Custo	998.567	921.845	23.218	1.943.630
Depreciação Acumulada	(46.411)	-	-	(46.411)
Valor Líquido Contábil	**952.156**	**921.845**	**23.218**	**1.897.219**
Em 2023				
Adições	99.449	48.987	-	148.436
Baixas	-	-	(23.218)	(23.218)
Saldo Final	**1.051.605**	**970.832**	**-**	**2.022.437**
Saldo em 31/12/2023				
Custo	1.098.016	970.832	-	2.068.848
Depreciação Acumulada	(46.411)	-	-	(46.411)
Valor Líquido Contábil	**1.051.605**	**970.832**	**-**	**2.022.437**

8.2 - Investimentos em Controladas

	Mogal Ind. Ltda.	Tadeu Boz & Cia Ltda.	Total
Saldo em 31/12/2021	**264.994**	**86.034**	**351.027**
Resultado de equiv. patrimonial	13.668	1.725	15.393
Saldo em 31/12/2022	**278.662**	**87.759**	**366.421**
Resultado de equiv. patrimonial	7.137	232	7.369
Saldo em 31/12/2023	**285.799**	**87.991**	**373.790**

A companhia participa com 99,9833% do capital social da investida Mogal Indústria Moageira Ltda. e com 99,9455% do capital social da investida Tadeu Boz & Cia Ltda.

Nota 09 - Imobilizado:

Taxas de Depreciação	Terrenos	Prédios 4%	Máquinas e Equipamentos 10%	Veículos 20%	Móveis e Utensílios 10%	Equip. Proc. de Dados 20%	Biblioteca	Imobilizado em Andamento	Total
Em 31/12/2022									
Custo	5.893.135	22.615.829	78.312.469	1.183.847	1.304.283	1.594.793	210	915.518	111.820.084
Depreciação Acumulada	-	(8.411.156)	(48.582.390)	(1.118.734)	(1.035.326)	(1.390.152)	(210)	-	(60.537.968)
Valor Líquido Contábil	**5.893.135**	**14.204.674**	**29.730.079**	**65.133**	**268.957**	**204.640**	**-**	**915.518**	**51.282.116**
Em 2023									
Adições	-	146.231	371.871	58.999	27.666	43.752	-	564.987	1.213.506
Baixas	-	-	(46.193)	-	(162)	(1.400)	-	-	(47.755)
Depreciação	-	(743.583)	(4.977.421)	(29.872)	(62.813)	(89.286)	-	-	(5.902.975)
Transferências	-	159.619	364.496	-	-	-	-	(524.115)	-
Saldo Final	**5.893.135**	**13.766.941**	**25.442.832**	**94.240**	**233.648**	**157.706**	**-**	**956.390**	**46.544.892**
Em 31/12/2023									
Custo	5.893.135	22.921.680	79.002.643	1.242.846	1.331.787	1.637.145	-	956.390	112.985.626
Depreciação Acumulada	-	(9.154.739)	(53.559.811)	(1.148.606)	(1.098.139)	(1.479.439)	-	-	(66.440.734)
Valor Líquido Contábil	**5.893.135**	**13.766.941**	**25.442.832**	**94.240**	**233.648**	**157.706**	**-**	**956.390**	**46.544.892**

Nota 10 - Intangível:

Taxas de Amortização	Softwares 20%	Software em andamento	Marcas e Patentes	Total
Em 31/12/2022				
Custo	1.156.690	24.427	680.895	1.862.012
Amortização Acumulada	(1.119.822)	-	-	(1.119.822)
Valor Líquido Contábil	**36.868**	**24.427**	**680.895**	**742.190**
Em 2023				
Adições	1.900	19.649	-	21.549
Baixas	-	-	(680.895)	(680.895)
Amortização	(18.178)	-	-	(18.178)
Saldo Final	**20.590**	**44.076**	**-**	**64.666**
Em 31/12/2023				
Custo	1.158.590	44.076	-	1.202.666
Amortização Acumulada	(1.138.000)	-	-	(1.138.000)
Valor Líquido Contábil	**20.590**	**44.076**	**-**	**64.666**

Nota 11 - Provisão para Contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, discutindo essas questões nas esferas administrativas e judiciais, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com apoio de seus consultores jurídicos. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, relacionados a contingências:

	2023	2022
Conting. Trabalhistas.	241.940	732.140
Conting. Cíveis	1.023.350	517.621
Conting. Tributárias	1.529.610	1.492.447
Total	**2.794.900**	**2.742.208**

As contingências trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, e contingências de prestadores de serviços terceirizados em que a Companhia responde subsidiariamente. **Passivos contingentes:** A Companhia tem ações de naturezas trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R$ 4.763.206. Para cobrir as eventuais perdas, a Companhia realiza os seguintes depósitos judiciais:

	2023	2022
ICMS s/Bonificações	-	-
Cofins s/Receitas Financeiras	1.346.496	1.224.125
PIS s/Receitas Financeiras	218.806	208.643
Outros Dep. Judic. Recursais	93.516	198.414
Outros Depósitos Judiciais	-	76.261
Total Depósitos Judiciais	**1.658.818**	**1.707.443**

Nota 12. Patrimônio Líquido:
(a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado estava representado por 4.850.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal no montante total de R$ 60.000.000. **(b) Reservas de Incentivos Fiscais:** A reserva de incentivos fiscais refere-se as subvenções para investimentos através de incentivos fiscais de ICMS, conforme Lei Complementar 160/2017, dos exercícios de 2013 a 2023, no montante de R$ 65.793.382. **(c) Reserva Legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não excede a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízo e/ou aumento do capital social. **(d) Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Refere-se ao ajuste de avaliação patrimonial em ativos classificados como Propriedades para Investimentos.

Nota 13 - Receita Operacional Líquida:	2023	2022
Receita Bruta de Vendas	433.217.874	442.080.626
Total Receita Operacional Bruta	**433.217.874**	**442.080.626**
Devoluções de Vendas	(8.627.988)	(7.890.046)
ICMS	(25.352.489)	(26.999.236)
COFINS	(2.819.275)	(3.617.525)
PIS	(612.084)	(785.384)
Total das Deduções	**(37.411.836)**	**(39.292.191)**
Total Receita Operacional Líquida	**395.806.038**	**402.788.435**

Nota 14 - Seguros (Não auditado): A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	2023 Importâncias Seguradas	2022 Importâncias Seguradas
Seguro Patrimonial	54.720.000	128.120.000
Veículos (danos materiais e danos pessoais)	18.000.000	32.609.585

As demonstrações financeiras completas foram auditadas por auditores independentes e encontram-se disponíveis aos acionistas na sede da companhia.

CLAUDIO LUIZ FURLAN
Diretor Presidente

SADI BOZ
Diretor Superintendente

CHARLENE PREDEBON
Contadora - CRC/RS 083038/O

Jornalismo sério e de credibilidade

No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!

Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais: